CÂMARA MUNICIPAL DE
MANDAGUARI

PROJETO DE LEI Nº 020/2020

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento para 2020, inclusão nas Diretrizes Orçamentária para 2020e inclusão no Plano Plurianual 2018-2021 do Município de Mandaguari-Paraná.

AUTOR: Executivo Municipal.

MATÉRIA LEGISLATIVA

SITUAÇÃO DA PROPOSIÇÃO		
Aprovado em 1ª Discussão		19/03/2020
Aprovado em 2ª Discussão		19/03/2020
Aprovado em 3ª Discussão		19/03/2020
Enviada ao Executivo em		19/03/2020
Ofício de nº		023 /2020
Lei para sanção nº		021/2020
Lei		3.392/2020
Publicação – exemplar		1.974
Página:	546-549	23/03/2020

Câmara Municipal de Mandaguari - Mandaguari - PR
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

000178	Autenticação: 12020/03/04000178
Número / Ano	000178/2020
Data / Horário	04/03/2020 - 11:21:26
Ementa	Ofício nº 056/2020 encaminha Projeto de Lei nº 020/2020 que Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento para 2020, inclusão nas Diretrizes Orçamentária para 2020 e inclusão no Plano Plurianual 2018-2021 do Município de Mandaguari- Paraná.
Autor	Poder Executivo Municipal
Natureza	Legislativo
Tipo Matéria	Projeto de Lei do Poder Executivo
Número Páginas	168
Comprovante emitido por	carlos Carlos Henrique Brodbeck Batista

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI

Mandaguari-PR, 03 de março de 2020.

GABINETE DO PREFEITO
Ofício nº. 056/2020.

Exmo. Sr.
Hudson Efrain Theodoro Guimarães
DD. Presidente da Câmara Municipal
Mandaguari – Paraná

Senhor Presidente,

É o presente para encaminhar o **Projeto de Lei nº. 020/2020,** que Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento para 2020, inclusão nas Diretrizes Orçamentária para 2020 e inclusão no Plano Plurianual 2018-2021 do Município de Mandaguari-Paraná.

Justificamos o presente projeto de lei conforme justificativa anexa ao mesmo.

Isto posto, e considerando a urgência na adoção das medidas relativas à concretização do presente projeto, solicitamos sua apreciação, votação e aprovação em **regime de urgência, com dispensa de interstício**.

Agradecemos antecipadamente e, sem outro particular, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Romualdo Batista
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI

PROJETO DE LEI N.º 020/2020

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento para 2020, inclusão nas Diretrizes Orçamentária para 2020 e inclusão no Plano Plurianual 2018-2021 do Município de Mandaguari-Paraná.

A Câmara Municipal de Mandaguari-Pr, Estado do Paraná, aprovará e eu Romualdo Batista, Prefeito Municipal, sancionarei a seguinte

LEI:

ARTIGO 1º - Esta Lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito adicional especial para o exercício de 2020 (Lei Orçamentária 3354/2019), inclusão nas diretrizes orçamentária para o exercício de 2020(Lei nº 3270/2019) e inclusão no Plano Plurianual de 2018 a 2021 (Lei nº 3018/2017) do Município de Mandaguari-Pr.

ARTIGO 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir nas Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual e no Orçamento do município de Mandaguari-PR, para o exercício de 2020, um crédito adicional *especial* no valor de R$ 100.622,41 (Cem Mil, e Seiscentos e Vinte e Dois Reais, e Quarenta e Um Centavos) mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

PPA (Plano Plurianual 2018-2021) e LDO 2020

INCLUSÃO

08- Secretaria Municipal de Assistência Social

Programa- 08.241.0013- Proteção Social Básica

- **Publico Alvo: População em Geral**

AÇÕES						
DESCRIÇÃO:	TIPO ATIVIDADE/ PROJETO	ANO	METAS FÍSICAS			VALOR (R$)
			INDICADORES	UN. MEDIDA	QUANT	
• PA 2191 Ações de Implant../Implement. de Proj., Programas ou Serviços de Prot. E Defesa do Dir.	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	100	R$ 3.961,77

do Idoso						

VALOR TOTAL INCLUSÃO DAS AÇÕES PPA 2018 A 2021 e LDO 2020..... R$ 3.961,77

Programa- 08.241.0015- Gestão Assistência Social

- **Publico Alvo: População em Geral**

AÇÕES						
DESCRIÇÃO:	**TIPO ATIVIDADE/ PROJETO**	**ANO**	**METAS FÍSICAS**			**VALOR (R$)**
			INDICADORES	**UN. MEDIDA**	**QUANT**	
• PA 2134 Fundo Municipal dos Direitos do Idoso	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	300	R$ 4.351,13

VALOR TOTAL INCLUSÃO DAS AÇÕES PPA 2018 A 2021 e LDO 2020..... R$4.351,13

Programa- 08.243.0014- Proteção Social Especial

- **Publico Alvo: População em Geral**

AÇÕES						
DESCRIÇÃO:	**TIPO ATIVIDADE/ PROJETO**	**ANO**	**METAS FÍSICAS**			**VALOR (R$)**
			INDICADORES	**UN. MEDIDA**	**QUANT**	
• PA 6166- Programa Liberdade Cidadã - CEDCA/PR	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	25	R$ 16.743,69
• PA 6183- Incentivo a Pessoa com	A	2020	Pessoas	unidade	1	R$ 23.765,64

Deficiência – PCD II			Atendidas			
• PA 6168 - FIA - Crescer em Família	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	45	R$ 5.260,19
• PA 6120 - Convênio AFAI – Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medidas Socioeducativas	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	10	R$ 15.725,87
• PA 6117 - Manutenção das Atividades do Piso Paranaense de Assistência Social-PPAS IV	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	45	R$ 18.176,40

VALOR TOTAL INCLUSÃO DAS AÇÕES PPA 2018 A 2021 e LDO 2020..... R$ 79.671,79

Programa- 08.243.0013- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- **Publico Alvo: População em Geral**

AÇÕES						
DESCRIÇÃO:	**TIPO ATIVIDADE/ PROJETO**	**ANO**	**METAS FÍSICAS**			**VALOR (R$)**
			INDICADORES	**UN. MEDIDA**	**QUANT**	
• PA 6167- FIA - Incentivo ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	270	R$ 22,32

• PA 6189- FIA – Programa de Qualificação Profissional	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	70	R$ 1.192,35

VALOR TOTAL INCLUSÃO DAS AÇÕES PPA 2018 A 2021 e LDO 2020 ..... R$ 1.214,67

Programa- 08.243.0015- GESTÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL

- **Publico Alvo: População em Geral**

AÇÕES						
DESCRIÇÃO:	**TIPO ATIVIDADE/ PROJETO**	**ANO**	**METAS FÍSICAS**			**VALOR (R$)**
			INDICADORES	**UN. MEDIDA**	**QUANT**	
• PA 6187- Programa de Apoio e Fortal. Da Atuação dos Conselhos Tutelares do Est. Do PR	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	500	R$ 56,75
• PA 6133- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	880	R$ 8.288,16

VALOR TOTAL INCLUSÃO DAS AÇÕES PPA 2018 A 2021 e LDO 2020..... R$ 8.344,91

Programa- 08.244.0013- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- **Publico Alvo: População em Geral**

AÇÕES						
DESCRIÇÃO:	**TIPO ATIVIDADE/ PROJETO**	**ANO**	**METAS FÍSICAS**			**VALOR (R$)**
			INDICADORES	**UN. MEDIDA**	**QUANT**	

• PA 2165 Programa Família Paranaense	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	81	R$ 137,45
• PA 2182 Incentivo Benefício Eventual	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	10	R$ 6,99
VALOR TOTAL INCLUSÃO DAS AÇÕES PPA 2018 A 2021 e LDO 2020..... R$ 144,44						

Programa- 08.244.0014- Proteção Social Especial

- **Publico Alvo: População em Geral**

AÇÕES						
DESCRIÇÃO:	**TIPO ATIVIDADE/ PROJETO**	**ANO**	**METAS FÍSICAS**			**VALOR (R$)**
			INDICADORES	**UN. MEDIDA**	**QUANT**	
• PA 2190 - Programa de Enfrentamento à Violência	A	2020	Pessoas Atendidas	Pessoas	20	R$ 2.933,70
VALOR TOTAL INCLUSÃO DAS AÇÕES PPA 2018 A 2021 e LDO 2020 ..... R$2.933,70						

LOA (Lei Orçamentária Anual 2020)

Fonte 33950	**Valor**
08.001.08.244.0013.2165- Programa Família Paranaense 3.390.93.00.00 – Indenizações e Restituições	R$ 137,45
Total	**R$ 137,45**

Fonte 33962	Valor
08.001.08.241.0013.2191- Ações de Impl./Implem. de Projetos, Programas ou Serviços de Prot. e Defesa dos Dir. do Idoso	
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	R$2.541,78
3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$1.419,99
Total	**R$3.961,77**

Fonte 33900	Valor
08.003.08.241.0015.2134- Fundo Municipal dos Direitos do Idoso	
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	R$4.351,13
Total	**R$4.351,13**

Fonte 33953	Valor
08.001.08.243.0014.6.166- Programa Liberdade Cidadã- CEDCA/PR	
3.3.90.39.00.00-Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 16.743,69
Total	**R$ 16.743,69**

Fonte 33949	Valor
08.001.08.243.0013.6167- FIA- Incentivo ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições	R$ 22, 32
Total	**R$ 22, 32**

Fonte 33970	Valor
08.001.08.243.0015.6187 Programa de Apoio e Fortal. Da Atuação dos Conselhos Tutelares do Est. Do PR	
4.4.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições	R$ 56,75
Total	**R$ 56,75**

Fonte 33914	Valor

08.001.08.244.0013.2182 Incentivo Benefício Eventual 3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições	R$ 6, 99
Total	**R$ 6, 99**

Fonte 33966	**Valor**
08.001.08.243.0014.6183 Incentivo à Pessoa com Deficiência –PCD II 4.4.90.93.00.00- Indenizações e Restituições	R$ 23.765,64
Total	**R$ 23.765,64**

Fonte 53880	**Valor**
08.002.08.243.0015.6133 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 2.288,16 R$ 6.000,00
Total	**R$ 8.288,16**

Fonte 33960	**Valor**
08.001.08.243.0014.6168 – FIA – Crescer em Família 4.4.90.52.00.00 –Equipamentos e Material Permanente	R$ 3.653,70
Total	**R$ 3.653,70**

Fonte 33968	**Valor**
08.001.08.243.0014.6120 – Convênio AFAI – Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medidas Socioeducativas 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 15.725,87
Total	**R$ 15.725,87**

Fonte 33973	**Valor**

08.001.08.243.0013.6189 – FIA- Programa de Qualificação Profissional	
3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições	R$ 1.192,35
Total	**R$ 1.192,35**

Fonte 33971	Valor
08.001.08.244.0014.2190 – Programa de Enfrentamento à Violência	
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	R$ 2.933,70
Total	**R$ 2.933,70**

Fonte 33948	Valor
08.001.08.243.0014.6168 –FIA – Crescer em Família	
3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições	R$ 1.606,49
Total	**R$ 1.606,49**

Fonte 33907	Valor
08.001.08.243.0014.6117 – Manutenção das Atividades do Piso Paranaense de Assistência Social- PPAS IV 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente	R$ 17.000,00
3.3.90.30.00.00- Material de Consumo	R$1.176,40
Total	**R$ 18.176,40**

ARTIGO 3º - Para atender parte do disposto no Artigo 2º desta Lei, servirá como recurso de Superávit Financeiro, de acordo com Art. 43. § 1º, I e § 2º da Lei nº 4.320/64, como segue:

01 Demonstrativo do superávit financeiro objeto deste Projeto de Lei.

Descrição da fonte de	Superávit financeiro apurado em 31/12/2018	Superávit financeiro utilizado em alterações	Saldo do superávit financeiro a ser

recursos.		orçamentárias.	utilizado para fins de alterações orçamentárias.
950	R$ 137,45	R$ 137,45	0,00
900	R$ 84.351,13	R$ 84.351,13	0,00
962	R$ 3.961,77	R$ 3.961,77	0,00
953	R$ 16.743,69	R$ 16.743,69	0,00
949	R$ 22,32	R$ 22,32	0,00
970	R$ 56,75	R$ 56,75	0,00
914	R$ 6,99	R$ 6,99	0,00
966	R$ 23.765,64	R$ 23.765,64	0,00
960	R$ 3.653,70	R$ 3.653,70	0,00
968	R$ 15.725,87	R$ 15.725,87	0,00
973	R$ 1.192,35	R$ 1.192,35	0,00
971	R$ 2.933,70	R$ 2.933,70	0,00
948	R$ 1.606,49	R$ 1.606,49	0,00
907	R$ 18.176,40	R$ 18.176,40	0,00
880	R$ 8.288,16	R$ 8.288,16	0,00

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná 03 de março de 2020

Romualdo Batista
Prefeito Municipal

1ª Votação
APROVADO
Em 19/03/20
PRESIDENTE

2ª Votação
APROVADO
Em 19/03/20
PRESIDENTE

3ª Votação
APROVADO
Em 19/03/20
PRESIDENTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI

JUSTIFICATIVA

O executivo municipal vem apresentar as justificativas para o encaminhamento do **Projeto de Lei nº 020/2020**, conforme segue:

1-O referido projeto de lei, é necessário para a Secretaria Municipal de Assistência Social para devoluções de saldos de rendimentos de aplicações financeiras das Deliberações 066/2017-CEAS/PR, 062/2016-CEDCA/PR, 107/2017 CEDCA/PR, 065/2017 CEAS/PR, deliberação 012/2018 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, 081/2016 – CEDCA/PR, 055/2016 do CEDCA /PR, contratação de uma banda musical para realização de baile para os idoso e gêneros alimentícios que serão consumidos durante o baile, esse recurso é oriundo da deliberação nº 0001/2017do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR, contratações de oficineiros para oficinas de artes visuais para aplicação do recurso da Deliberação 054/2016 CEDCA/PR, aquisições de mesas de escritórios, cadeiras, armários, computadores, impressora, notebook dos recursos oriundos da Deliberação 031/2017 – CEDCA/PR e Resolução 90/2016-SEDS para despesas com o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, realização de cursos de capacitação para famílias dos adolescentes internados por medida socioeducativas conforme Deliberação 095/2017 CEDCA/PR, aquisições de materiais de expediente e gêneros alimentícios para o CREAS e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, através da Deliberação 051/2016 – CEDCA/PR, aquisição de lanches e palestrante para capacitação de captação de recursos do Imposto de Renda .

Sem mais para o momento,

Mandaguari,03 de março de 2020

Hamilton José Borges Sampaio
Secretário de Planejamentos, Finanças e Gestão

CEAS/PR
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

Deliberação nº012/2018 – CEAS/PR

Estabelece o "Incentivo à Pessoa com Deficiência PcD II", para aprimoramento das ações, programas, projetos e serviços da rede socioassistencial, voltados a crianças e adolescentes com deficiência.

O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR reunido ordinariamente nos dias 08 e 09 de Março de 2018,

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, com a última alteração dada pela Lei nº 12.435 de 2011, em especial art. 2º que estabelece que é objetivo da assistência social a "habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária";

Considerando a Resolução nº 34, de 28 de novembro de 2011 do CNAS, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);

Considerando a Lei nº 17.544, de 17 de abril de 2013, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social;

Considerando o Decreto nº 8.543, de 17 de julho de 2013, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais, em atendimento a Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2013;

Considerando a Lei Estadual 18.419, de 07 de janeiro de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência do Paraná), que estabelece orientações normativas que objetivam assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de equidade de todos os direitos humanos e fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania plena, efetiva e participativa;

Considerando que a Assistência Social é reconhecida como a política privilegiada para tratar da questão da inclusão social da pessoa com deficiência, respeitando-se a transversalidade e intersetorialidades necessárias;

DELIBERA

Capítulo I
Do Objeto

Art. 1º Pela instituição "Incentivo à Pessoa com Deficiência PcD II", cujo objeto é o aprimoramento das ações, programas, projetos e serviços da rede socioassistencial, voltados a crianças e adolescentes com deficiência.

Parágrafo único. O aprimoramento das ações, programas, projetos e serviços da rede socioassistencial, se dará por meio da aquisição de veículo adaptado para pessoa com deficiência, com capacidade de no mínimo 10 (dez) lugares, propiciando o acesso e fortalecimento da rede socioassistencial, que atua com crianças e adolescentes com deficiência, resultando em melhoria das condições de locomoção e inclusão social.

Capítulo II
Dos Recursos

Art. 2º O valor a ser acessado é de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) por município, para um total de até 100 (cem) municípios, totalizando R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais).

§ 1º Os recursos referentes a esta deliberação serão transferidos em parcela única, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social.

§ 2º Os recursos serão repassados na modalidade Fundo a Fundo, para os municípios diretamente pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS em conta do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no Banco do Brasil.

Capítulo III
Da Adesão

Art. 3º Para o recebimento do "Incentivo à PcD II" foram considerados:

I – População Total Projetada. Fonte: IPARDES 2018;
II – Total de pessoas com deficiência. Fonte CadÚnico Janeiro de 2018;
III – Total de pessoas com, pelo menos, uma das deficiências investigadas. Fonte: IBGE 2010;
IV – Total de pessoas com deficiência na faixa etária de zero a dezessete anos. Fonte: CadÚnico Janeiro de 2018;
V – Total de deficiências registradas considerando cegueira, baixa visão e deficiência física. Fonte: CadÚnico Janeiro de 2018;
VI – Total de pessoas com deficiência na faixa etária de zero a dezessete anos. Fonte: IBGE 2010;
VII – Total de pessoas com deficiência visual e motora. Fonte: IBGE 2010;
VIII – Não ter aderido a Resolução *Ad Referendum* 005/2017, do Conselho Estadual de Assistência Social.

Parágrafo único. O Anexo I da presente Deliberação, relaciona 100 (cem) municípios para o recebimento do "Incentivo à PcD II" para crianças e adolescentes, ordenados em ordem alfabética, conforme critérios acima elencados.

Art. 4º Os municípios elegíveis que atendam aos requisitos do art. 3º desta deliberação, poderão aderir ao "Incentivo à PcD II", até a data de 21/03/2018, mediante a entrega do Termo de Adesão, Plano de Ação e cópia da resolução publicada do Conselho Municipal de Assistência Social que aprova os documentos do município.

Parágrafo único. Municípios que não aderirem a presente deliberação deverão observar o disposto na Deliberação n. 029/2017, do CEAS.

Capítulo IV
Da Prestação de Contas

Art. 5° A prestação de contas dos recursos repassados do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, será realizada por meio do Relatório de Gestão Físico-Financeira, que deverá ser encaminhado semestralmente ao órgão gestor estadual e devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.
§ 1º Considera-se relatório de gestão as informações relativas à execução física e financeira dos recursos transferidos, declaradas pelos municípios no Sistema Fundo a Fundo – SIFF, disponibilizado pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS.

§ 2º O Estado, inclusive por intermédio do Conselho Estadual de Assistência Social e da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, poderá requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Art. 6º Nos casos em que o Conselho Municipal de Assistência Social aprovar parcialmente o Relatório de Gestão Físico-Financeira, o documento deverá estar acompanhado de justificativa do respectivo Conselho para aprovação parcial. As ressalvas deverão ser resolvidas até a próxima prestação de contas.
§1º Caso as ressalvas não sejam sanadas será instaurado procedimento de Tomadas de Contas Especial no município.

§2º Nos casos em que houver saldo superior a 30% (trinta por cento), o Relatório deverá vir acompanhado de justificativa do município devidamente aprovado pelo CMAS.

Art. 7° Nos casos em que o Conselho Municipal de Assistência Social reprovar o Relatório de Gestão Físico-Financeira, o documento deverá estar acompanhado de justificativa do respectivo Conselho, e será instaurado o procedimento de Tomada de Contas Especial até que as ressalvas sejam sanadas;
Parágrafo único. Nos casos em que o município sofra Tomada de Contas Especial, não serão repassados novos recursos, e caso as ressalvas não sejam sanadas e sejam detectadas irregularidades o município deverá devolver os recursos recebidos devidamente corrigidos ao Fundo Estadual de Assistência Social;

Art. 8º Caberá ao Município responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo de Assistência Social o controle e o acompanhamento das ações, programas, projetos e serviços, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Art. 9º A prestação de contas será submetida também a aprovação do Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 10. É assegurado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado e ao Conselho Estadual de Assistência Social o acesso, a qualquer tempo, à documentação comprobatória da execução da despesa, aos registros dos programas e a toda

documentação pertinente à assistência social custeada com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social.

Parágrafo único. A prestação de contas da aplicação dos recursos repassados aos Fundos Municipais de Assistência Social deve atender também às instruções emanadas do Tribunal de Contas do Paraná, sendo as informações correspondentes a execução dos recursos inseridas no Sistema de Informações Municipais do referido Tribunal.

Art. 11. As despesas realizadas com recursos financeiros recebidos na modalidade fundo a fundo devem atender às exigências legais concernentes ao processamento, empenho, liquidação e efetivação do pagamento, mantendo-se a respectiva documentação administrativa e fiscal pelo período legalmente exigido.

Parágrafo único. Os documentos comprobatórios das despesas de que trata o caput, tais como notas fiscais, recibos, faturas, dentre outros legalmente aceitos, deverão ser arquivados preferencialmente na sede da unidade pagadora do Município, em boa conservação, identificados e à disposição do Estado e dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 12. Fica o Órgão Gestor Estadual de Assistência Social autorizado a substituir, a qualquer tempo, o Termo de Adesão, o Plano de Ação e o Relatório de Gestão Físico-Financeiro por um Sistema de Informações específico para Monitoramento, Avaliação, Acompanhamento e Controle dos recursos repassados aos municípios.

Capítulo V

Das Disposições Finais

Art. 13. Os casos omissos serão tratados pelo Órgão Gestor Estadual da Política de Assistência Social juntamente com o Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 14. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de Março de 2018.

Paulo Silvério Pereira
Presidente CEAS/PR

FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS
MUNICÍPIO: Mandaguari
REPASSE: Incentivo à Pessoa com Deficiência II
REFERÊNCIA DO PLANO: 2018
PERÍODO DE PREENCHIMENTO DO SIFF: DE 15/07/2019 a 14/08/2019
VALOR DO REPASSE: 240.000,00

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PLANO DE AÇÃO DO MUNICÍPIO

Atendimento Fisico

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	
Famílias e indivíduos com deficiência acompanhados	
Famílias e indivíduos com deficiência atendidos	
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Crianças e Adolescentes com deficiência	
Jovens e Adultos com Deficiência	
Pessoas Idosas com deficiência	
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	
Pessoas com Deficiência	
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
Média Complexidade	
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI)	
Famílias e indivíduos com deficiência acompanhados	
Famílias e indivíduos com deficiência atendidos	
Serviço Especializado em Abordagem Social	
Crianças e Adolescentes com deficiência	
Jovens e Adultos com Deficiência	
Pessoas Idosas com deficiência	
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	
Adolescentes com deficiência	
Jovens com deficiência	
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	
Pessoas com Deficiência	150
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua em Centro POP	
Jovens e Adultos com Deficiência	
Pessoas Idosas com deficiência	
Alta Complexidade	
Serviço de Acolhimento em República	
Jovens com deficiência	
Adultos com deficiência	
Pessoas Idosas com deficiência	
Serviço de Acolhimento Institucional	
Crianças e Adolescentes com deficiência	
Adultos com deficiência e suas famílias	
Pessoas Idosas com deficiência	
Indivíduos com deficiência em situação de rua	
Residência Inclusiva	
Jovens e Adultos com Deficiência	
Atendimento Físico Confirmado	**OK**

Execução de Despesa

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Capital		
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Capital		
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Capital		
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			
Média Complexidade			
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI)	Capital		
Serviço Especializado em Abordagem Social	Capital		
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	Capital		
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	✓ Capital		
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua em Centro POP	Capital		
Alta Complexidade			
Serviço de Acolhimento em República	Capital		
Serviço de Acolhimento Institucional	Capital		
Residência Inclusiva	Capital		
Execução de Despesa Confirmado			

Financiamento

Item	Valor Parcela	Qtde Parcela	Total
Aquisição de Veículo adaptado com no mínimo 10 lugares	R$ 240.000,00	1	R$ 240.000,00

Resumo Executivo

Valor previsto a ser repassado pelo FEAS para este repasse	R$ 240.000,00
Valor previsto a ser repassado pelo FNAS para objeto deste repasse	R$ 0,00
Recursos Próprios a serem alocados neste Fundo Municipal para o objeto deste repasse	R$ 0,00
Total de recursos do Fundo Municipal referente a este repasse para o exercício	R$ 240.000,00
Resumo Executivo Confirmado	**OK**

Parecer do Conselho

Conclusão Análise do Conselho Municipal	Favorável
Data da Reunião do Conselho Municipal	09/08/2019
Número da Ata do Conselho Municipal	10
Resolução/Deliberação do Conselho Municipal	22
Nome do Diário Oficial	DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO PARANÁ
Número do Diário Oficial	22
Data da Publicação no Diário Oficial	09/08/2019
ARQUIVO DA PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO	
Parecer do Conselho Confirmado	**OK**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CMAS
Avenida Amazonas, Nº 500 Praça dos Três Poderes, Centro CEP 86975-000
Mandaguari – Paraná
Fone/Fax (0**44) 3233-8426 – cmasmandaguari@hotmail.com

RESOLUÇÃO Nº. 22/2019

Súmula: Altera a Resolução Nº 03/2018 referente a aprovação do Plano de Ação da Deliberação nº 012/2018 – CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mandaguari - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.297 de 23 de abril de 2014, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 12 de agosto de 2019.

Considerando o disposto do inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93,

Resolve:

Artigo 1º - Altera a resolução Nº 03/2018 referente a aprovação do Plano de Ação referente da Deliberação Nº 012/2018 – CEAS/PR, que discorre sobre o Incentivo à Pessoa com Deficiência PcD II, modalidade de cofinanciamento para ações de Assistência Social, repassado aos municípios de Adesão Espontânea pelo Fundo Estadual de Assistência Social.

Artigo 2º - A aprova a ampliação da faixa etária conforme a Deliberação Nº 014/2019 Conselho Estadual de Assistência Social.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 12 de agosto de 2019.

Fábio Deusdet Souza
Presidente do Conselho

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 22/2019 SÚMULA: ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 03/2018 REFERENTE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA DELIBERAÇÃO Nº 012/2018 – CEAS/PR.

RESOLUÇÃO Nº. 22/2019

Súmula: Altera a Resolução Nº 03/2018 referente a aprovação do Plano de Ação da Deliberação nº 012/2018 – CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mandaguari - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.297 de 23 de abril de 2014, e,
Considerando a deliberação da plenária realizada em 12 de agosto de 2019.
Considerando o disposto do inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93,
.
Resolve:
Artigo 1º - Altera a resolução Nº 03/2018 referente a aprovação do Plano de Ação referente da Deliberação Nº 012/2018 – CEAS/PR, que discorre sobre o Incentivo à Pessoa com Deficiência PcD II, modalidade de cofinanciamento para ações de Assistência Social, repassado aos municípios de Adesão Espontânea pelo Fundo Estadual de Assistência Social.

Artigo 2º - A aprova a ampliação da faixa etária conforme a Deliberação Nº 014/2019 Conselho Estadual de Assistência Social.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 12 de agosto de 2019. .

FABIO DEUSDET SOUZA
Presidente do Conselho

Publicado por:
Jéssica Geovana de Castro Simões
Código Identificador:92F38D3F

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/08/2019. Edição 1819
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://www.diariomunicipal.com.br/amp/

CEAS/PR
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

Deliberação nº 012/2018 – CEAS/PR

TERMO DE ADESÃO AO "INCENTIVO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PcD II"

Termo que firma o Órgão gestor da Política de Assistência Social do Município de Mandaguari, neste ato representado pelo Prefeito Romualdo Batista e pela Secretária responsável pela execução da Política de Assistência Social Gisele Maria Munhoz Knupp, com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao Incentivo à Pessoa com Deficiência II.

Considerando:

A Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, com a última alteração dada pela Lei nº 12.435 de 2011, em especial art. 2º que estabelece que é objetivo da assistência social a "habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária";

A Resolução nº 34, de 28 de novembro de 2011 do CNAS, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);

A Lei nº 17.544, de 17 de abril de 2013, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social;

O Decreto nº 8.543, de 17 de julho de 2013, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais, em atendimento a Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2013;

A Lei Estadual 18.419, de 07 de janeiro de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência do Paraná), que estabelece orientações normativas que objetivam assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de equidade de todos os direitos humanos e fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania plena, efetiva e participativa;

A Assistência Social ser reconhecida como a política privilegiada para tratar da questão da inclusão social da pessoa com deficiência, respeitando-se a transversalidade e intersetorialidades necessárias;

CEAS/PR
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Adesão tem como objeto a adesão do Município Mandaguari ao que prevê a Deliberação 012/2018, do CEAS/PR, a qual delibera o repasse financeiro na modalidade fundo a fundo com recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para o aprimoramento das ações, programas, projetos e serviços da rede socioassistencial, voltados às crianças e adolescentes com deficiência.

CLÁUSULA SEGUNDA - ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO/SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

I – Submeter o presente Termo de Adesão e o Plano de Ação à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, previamente a utilização dos recursos;
II – Encaminhar cópia da Resolução do CMAS publicada à SEDS;
III – Articular as ações junto à rede socioassistencial para o acesso de crianças e adolescentes com deficiência às ações, programas, projetos e serviços da rede socioassistencial municipal, conforme o art. 2º da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 alterada pela Lei nº 12.435 de 2011;
IV – Identificar que o veículo adquirido com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, conforme orientação do Manual de Identidade Visual, disponível no site da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS: *http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo/php?conteudo=601.*

CLÁUSULA TERCEIRA – ATRIBUIÇÕES DO ESTADO

O Estado do Paraná, quando da assinatura do Termo de Adesão, comprometer-se-á com as seguintes atribuições, no repasse de recurso:

I – Assessorar o município, valendo-se de instrumentos de monitoramento, avaliação e aprimoramento as ações da política de assistência social, bem como da pessoa com deficiência;

II – Repassar o recurso no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), em parcela única, para aquisição de veículo adaptado para crianças e adolescentes com deficiência, com capacidade de no mínimo 10 (dez) lugares. Propiciando o transporte adequado, resultando em melhoria das condições de locomoção e inclusão social.
III – Promover e apoiar a capacitação das equipes técnicas das redes socioassistenciais, para melhor execução das ações e dos recursos;

CLÁUSULA QUARTA – DA PENALIDADE

O descumprimento deste Termo implicará na suspensão de futuros repasses vinculados ao "Incentivo à PcD II", ou ainda, ensejará na instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial no município e este ficará impedido de receber recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/PR, podendo, ainda, devolver o recurso recebido, devidamente corrigido, ao Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/PR.

podendo, ainda, devolver o recurso recebido, devidamente corrigido, ao Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/PR.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As dúvidas e controvérsias surgidas no decorrer da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas no âmbito dos Conselhos Municipais, serão apreciadas e pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Romualdo Batista
Prefeito

Gisele Maria Munhoz Knupp
Secretária Municipal de Assistência Social

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS
PLANO DE AÇÃO PARA COFINANCIAMENTO DO GOVERNO ESTADUAL
"INCENTIVO A PcD II"
EXERCÍCIO 2018

I - DADOS CADASTRAIS

1. ORGÃO PROPONENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Mandaguari
Nível de Gestão: Básica
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Praça dos três poderes, nº 500 – Centro
CEP: 86975-000
Telefone: 44 3233-8400
Fax: (044) 3233-8462
E-mail: gabinete@mandaguari.pr.gov.br
Prefeito: Romualdo Batista

2. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: Secretaria Municipal de Assistência Social
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 – Centro
CEP: 86975-000
Telefone: 44 3233-3630
Fax: (044) 3233-2171
E-mail: mandaguari.secsocial@gmail.com
Gestora: Gisele Maria Munhoz Knupp

3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: Fundo Municipal de Assistência Social de Mandaguari
CNPJ: 13.476.894/0001-32
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Assistência Social
Telefone: (044) 3233-3630
Ato de Criação: Lei Nº 3.001/2017
Número do Ato: 3.001
Data Assinatura: 05/12/2017
Data Publicação: 07/12/2017

4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: Conselho Municipal de Assistência Social
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 – Centro
CEP: 86975-000
Secretária Executiva: Jéssica Geovana de Castro Simões

4.1 CONSELHEIROS

CPF	NOME	CARGO	INÍCIO	MAN DATO	FIM MANDATO
082.984.719-70	Bruna Eloise Souza Vettor	Titular	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
057.374.749-09	Rosinéia Gomes de Freitas	Suplente	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
436.033.009-04	Marli Felicia da Silva	Titular	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
750.190.009-49	Angela de Cassia Capoia de Osti	Suplente	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
965.738.309.97	Claudia Maria Ferrairo Rodelli	Titular	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
053.102.779-19	Cristiane Marcato Lopes Silva	Suplente	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
428.735.929-15	Osni Rodrigues	Titular	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
021.811.279-30	Kelli Paula do Nascimento Venancio	Suplente	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
495.963.229-15	Stael Maria de Oliveira	Titular	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
057.830.729-80	Guilherme Augusto Lima C Neia	Suplente	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
725.296.609-72	Caludete Pereira Velasco Conceição	Titular	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
044.377.209-62	Marcela Jesus Rocha	Suplente	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
517.144.699-72	Izildinha Aparecida Marques Sincero	Titular	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
054.154.306-79	Eliane Queila Valdomiro	Suplente	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
006.533.479-52	Edirene Maria Valério Monteiro	Titular	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
580.317.829-20	Rosangela Aparecida Vivian	Suplente	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
024.561.149-57	Luciane da Silva Siqueira	Titular	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
048.717.019-99	Marco Antonio Machado Pereira	Suplente	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
620.469.349-20	Roselene Valentim Pavezi do Amaral	Titular	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
830.585.089-72	Ana Maria Felizatdo Cucollo	Suplente	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
066.169.999-47	Flavia Maria da Silva Teles	Titular	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
060.006.169-88	Tielly Zanelli Gomes	Suplente	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
059.917.349-17	Rosicléia Feira Gonçalves Rocha	Titular	12/07/2017	2 anos	12/07/2019
088.669.049-88	Josenirk Pinheiro Medrado	Suplente	12/07/2017	2 anos	12/07/2019

II. PROPOSTA DE ATENDIMENTO FÍSICO – 2018

REFERÊNCIA DE PACTUAÇÃO: PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Serviço	Previsão de Atendimento
IDENTIFICAR A PROTEÇÃO ONDE SERÁ EXECUTADO	Crianças e Adolescentes
PSE	
IDENTIFICAR SERVIÇO QUE SERÁ EXECUTADO	88
Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiência, Idosas e suas famílias	

III. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO — **VALOR**
TOTAL FEAS 2018 (Conforme Deliberação n 012/2018) — R$ 240.000,00

IV. PREVISÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA

SERVIÇO	INVESTIMENTO
INCENTIVO A PcD	X

V. RESUMO EXECUTIVO

Item	Valor
1. Valor Total Previsto a ser repassado pelo FEAS	R$ 240.000,00

VI. PARECER DO CONSELHO SOBRE O PLANO DE AÇÃO

1. PARECER
Após discussão foi aprovado o Plano de Ação e o Termo de Adesão.

1.1 CONCLUSÃO DA ANALISE DO PLANO DE AÇÃO
Favorável (X)
Desfavorável ( )

1.2 DATA DA REUNIÃO: 20/03/2018
1.3 RESOLUÇÃO/DELIBERAÇÃO: Nº 03/2018
1.4 ATA Nº 03

VI. DECLARAÇÃO
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.

ROMUALDO BATISTA
PREFEITO

GISELE MARIA MUNHOZ KNUPP
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Avenida Presidente Vargas, 347 – Centro
Fone (044) 3233-3630 – Fax: 3233-2171
E-mail: cmas.mandaguaripr@yahoo.com.br
Mandaguari – Paraná

RESOLUÇÃO Nº. 03/2018

Súmula: Aprovação do Plano de Ação e Termo de Adesão referente a Deliberação nº 012/2018 – CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mandaguari - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.297 de 23 de abril de 2014, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 20 de março de 2018.

Considerando o disposto do inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93,

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação e o Termo de Adesão referente a Deliberação Nº 012/2018 – CEAS/PR, que discorre sobre o Incentivo à Pessoa com Deficiência PcD II, modalidade de cofinanciamento para ações de Assistência Social, repassado aos municípios de Adesão Espontânea pelo Fundo Estadual de Assistência Social.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 20 de março de 2018.

Izildinha Aparecida Marques Sincero
Presidente do Conselho

classidiário
(44) 3221 6000
www.odiario.com/classificados
IMÓVEIS
VEÍCULOS
EMPREGOS
DIVERSOS

Município de Astorga

Fica cientificada(s) a(s) empresa(s) acima do registro de Preços que vai assinado pelo senhor Maurício Aparecido da Silva, Prefeito Municipal de Mandaguaçu e pelos Srs.(as) Representante(s) Legal(is) qualificado(s) anteriormente, representando a(s) empresa(s) detentora(s) da ata cuja íntegra encontra-se publicada no Edital Central Leis

Maurício Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

ME MATERIAIS ELETRICOS LTDA - C N P J (MF nº 09.196.791/0001-03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUACU

CNPJ: 76.285.329/0001-08
Rua Bernardino Bogo, 175
C.E.P.: 87160-000 - Mandaguaçu - PR

PREGÃO PRESENCIAL
Nº.: 4/2018 - PR

Processo Administrativo: 22/2018
Processo de Licitação: 20/2018
Data do Processo: 08/02/2018

Folha 1º

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO

O(a) Prefeito, MAURICIO APARECIDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos

a) Processo Nº: 20/2018
b) Licitação Nº: 4/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 15/03/2018
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE RELE FOTOELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA

(em Reais R$)

f) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação)	Cota de Itens	Máxima Baixada (%)	Total dos Itens
28968 - W DIAS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA	1	0,0000	85.500,00
			85.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Ângulo, em 15 de março de 2018

José Carlos Borges
Diretor do SAMAE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Avenida Presidente Vargas, 347 – Centro
Fone (044) 3233-3630 - Fax: 3233-2171
E-mail: cmas.mandaguaripr@yahoo.com.br
Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº. 03/2018

Súmula: Aprovação do Plano de Ação e Termo de Adesão referente a Deliberação nº 012/2018 – CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mandaguari - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.287 de 23 de abril de 2014, e:

Considerando a deliberação da plenária realizada em 20 de março de 2018

Considerando o disposto no inciso III do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação e o Termo de Adesão referente a Deliberação Nº 012/2018 – CEAS/PR, que discorre sobre o Incentivo à Pessoa com Deficiência PcD II, modalidade de cofinanciamento para ações de Assistência Social repassado aos municípios de Adesão Espontânea pelo Fundo Estadual de Assistência Social.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 20 de março de 2018.

Izildinha Aparecida Marques Sincero
Presidente do Conselho

Maurício Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Mandaguaçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 Caixa Postal 81 CEP 87.160-000
PABX FAX (44) 3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08
e-mail:adm@mandaguacu.pr.gov.br

PORTARIA Nº 5696/2018

O Senhor **Maurício Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

CONCEDER a partir de 01 de março de 2018, aos (a) Professores (a) ab relacionados (as), progressão vertical de um nível para outro atendendo o contid Artigo 19 da Lei 1680/2009 de 23 de dezembro de 2009 (Estatuto de Carg Avanço Unificado dos Profissionais da Educação do Município de Mandaguaçu

NOME	Nível anterior	Nível Atual
FILIPE GALVÃO PORTILHO	EF – 20	EF – 28
JAFER DA SILVA DE FREITAS	EF – 20	EF – 28
PATRICIA MARQUES BOSKA MANTOVANI	EF – 01	EF – 28

Mandaguaçu, 19 de março de 2018.

Maurício Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

CEDCA-PR
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

DELIBERAÇÃO Nº 055/2016 – CEDCA/PR

Considerando o disposto no artigo 227 da Constituição da República, que estabelece como dever "da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e **à convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão"; (grifo nosso)

Considerando o contido na Lei nº 10.014/1992 que cria o Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR;

Considerando o Decreto nº 10.455/2014, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência (FIA) para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência, em atendimento a Lei Estadual nº 9.579 de 22 de março de 1991;

Considerando a Deliberação nº 006/2016 que estabelece o Plano de Ação 2016, destinando R$ 15.548.340,00 para "Cofinanciar medidas de acolhimento institucional e familiar mediante o estabelecimento de critérios que qualificam o atendimento para municípios e entidades";

Considerando o saldo existente de R$ 5.634.999,68 proveniente da Deliberação nº 022/2013 – Programa Crescer em Família, destinado ao cofinanciamento dos serviços de acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes;

Considerando o saldo de recurso existente da Deliberação nº 022/2013 – Programa Crescer em Família e o valor destinado na Deliberação nº 006/2016 para "Cofinanciar medidas de acolhimento institucional e familiar mediante o estabelecimento de critérios que qualificam o atendimento aos municípios, totalizando R$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais);

Considerando o contido no Eixo 2 do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, Objetivo 2: "Reordenar os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes", Ação 4: "Cofinanciamento para aprimoramento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, com foco na reintegração familiar de crianças e na construção da autonomia dos adolescentes";

Considerando a Resolução nº 109/2009, que versa sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS e estabelece os serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes como serviços competentes da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, descrito como "Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças

e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem--se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção". E ainda, considerando que as unidades não devem distanciar-se excessivamente do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos.

Considerando o disposto no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), no qual estão descritas as medidas protetivas passíveis de serem aplicadas às crianças, adolescentes e seus familiares, dentre elas aquelas previstas nos Incisos VII e VIII, quais sejam: acolhimento institucional e inclusão em programas de acolhimento familiar;

Considerando a organização e as normativas das Políticas de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, as quais estabelecem a descentralização político-administrativa destas políticas públicas, com primazia da execução dos serviços nos territórios em que estão as demandas, ou o mais próximo possível destes e as atribuições da esfera estadual em apoiar e cofinanciar aos municípios e instituições que compõem a rede de serviços;

Considerando o contido na Resolução Conjunta nº 001/2009 – CONANDA/CNAS, que estabelece as "Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes", requerendo que os serviços existentes nesta área adequem-se aos preceitos destas normativas;

Considerando o contido no Artigo 92, § 5º, do Estatuto da Criança e do Adolescente: "As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional somente poderão receber recursos públicos se comprovado o atendimento dos princípios, exigências e finalidade desta lei";

Considerando a Resolução nº 23/2013 – CNAS que estabelece o Reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal e expansão do cofinanciamento para a realização destas ações de reordenamento mediante apresentação de Plano Municipal de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos;

Considerando a Deliberação nº 39/2014 – CEAS que estabelece o cofinanciamento estadual por meio do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para ações de reordenamento dos serviços de acolhimento, mediante apresentação de Plano Municipal de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 Anos;

Considerando que todos os municípios da federação terão que apresentar o seu Plano Municipal de

Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 Anos e executar as ações de adequação da sua rede até o final do ano de 2017;

Considerando que o aporte financeiro pelo FIA Estadual tem caráter complementar de apoio à adequação dos serviços de acolhimento às Orientações Técnicas (CONANDA/CNAS), e não de manutenção dos serviços de caráter continuado;

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, reunido ordinariamente em 19 de agosto de 2016 estabelece a presente deliberação,

I - DO OBJETO

Art. 1º Prestar incentivo financeiro, pelo **Programa Crescer em Família**, aos serviços de acolhimento institucional e familiar, com a finalidade de reordenar e adequar os serviços às normativas vigentes, desde que atendam aos critérios desta deliberação.

Parágrafo único: Os recursos serão repassados do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FMIA, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deliberar acerca destes recursos, levando em consideração o Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) Anos.

II - DOS RECURSOS

Art. 2º Os recursos para suprir as ações desta deliberação são oriundos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR, provenientes do Plano de Ação 2016 (Deliberação nº 006/2016) e saldo da Deliberação nº 22/2013, totalizando até R$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) destinados exclusivamente ao acolhimento de crianças e adolescentes nas modalidades de acolhimento institucional e/ou familiar, conforme o Plano de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) Anos de cada município.

Art. 3º O município fará a adesão aos respectivos recursos por meio da assinatura do Termo de Adesão constante no Anexo VI, sendo que o recurso deverá ser destinado ao reordenamento dos serviços de acolhimento institucional e/ou familiar devidamente cadastrados no CADSUAS e constantes no Plano de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 Anos de cada município.

Art. 4º Os valores máximos que poderão ser acessados pelos municípios são aqueles constantes no Anexo

I da presente deliberação e foram calculados com base no número de serviços de acolhimento institucional e familiar cadastrados no CADSUAS até 30/08/2016 e constantes no Plano Municipal de Acolhimento, considerando as Casas Lares, Abrigos e Programas de Família Acolhedora, bem como, se diferenciam de acordo com o acesso aos recursos federais e/ou estaduais referentes à expansão para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens, conforme Deliberação nº 39/2014 do CEAS/PR e Resolução nº 23/2013 do CNAS.

§ 1º Para fins de cálculo do valor a ser recebido por cada município, considerar-se-á como referência o número de serviços de acolhimento institucional e/ou familiar instalados no município até 30/08/2016 e que estão referenciados no Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) Anos.

§ 2º Os serviços em fase de implantação ou que ainda serão implantados não poderão ser contemplados nesta deliberação.

§ 3º O repasse financeiro será realizado ao município em parcela única, à exceção dos casos que envolvam obras, de acordo com o enquadramento da instituição ou programa, com a seguinte base de cálculo:

Descrição da Modalidade e/ou Tipo de Serviço	Valor Total por Serviço Cadastrado no CADSUAS até 30/08/2016
Acolhimento Institucional – Casa Lar ou Abrigo Institucional, localizadas em municípios contemplados pelo cofinanciamento federal e estadual para o reordenamento dos serviços de acolhimento.	R$ 60.000,00
Acolhimento Familiar – Programas de Família Acolhedora, localizados em municípios contemplados pelo cofinanciamento federal e estadual para o reordenamento dos serviços de acolhimento.	R$ 60.000,00
Acolhimento Institucional – Casa Lar ou Abrigo Institucional, localizadas em municípios **NÃO** contemplados pelo cofinanciamento federal e estadual para o reordenamento dos serviços de acolhimento.	R$ 75.000,00
Acolhimento Familiar – Programas de Família Acolhedora, localizados em municípios **NÃO** contemplados pelo cofinanciamento federal e estadual para o reordenamento dos serviços de acolhimento.	R$ 75.000,00

§ 4º Os municípios contemplados pelo cofinanciamento federal e/ou estadual para o reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças, adolescentes e jovens estão nominados no Anexo I da presente deliberação.

§ 5º A capacidade de atendimento de cada serviço deverá estar de acordo com às modalidades, tipo de instituição/serviço e a capacidade máxima estabelecidas na Resolução Conjunta nº 01/2009 – CNAS/CONANDA, a saber:

Modalidade/Tipo de equipamento ou serviço	Número máximo de atendidos por equipamento
CASA LAR: Modalidade de Serviço de Acolhimento oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como cuidador(a) / educador(a) residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo, até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. Esse tipo de atendimento visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. Com estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica, localizar-se em áreas residenciais da cidade e seguir o padrão-sócio econômico da comunidade onde estiverem inseridas, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e sócio-econômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos. O serviço deve organizar ambiente próximo de uma rotina familiar, proporcionar vínculo estável entre o(a) cuidador(a)/educador(a) residente e as crianças e adolescentes atendidos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário dos mesmos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local, devendo atender a todas as premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, e oferecimento de oportunidades para a (re) inserção na família de origem ou substituta	10
ABRIGO INSTITUCIONAL: Serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Oferece atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. Deve estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecer ambiente acolhedor e ter aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e sócio-econômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.	20
FAMÍLIA ACOLHEDORA: Serviço que organiza o acolhimento, na residência de famílias acolhedoras, de crianças e adolescentes afastados da família de origem mediante medida protetiva. O acolhimento deve ocorrer paralelamente ao trabalho com a família de origem, com vistas à reintegração familiar. Representa uma modalidade de atendimento que visa oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar ou, na sua total impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente. [...] Tal serviço encontra-se contemplado, expressamente, na Política Nacional de Assistência Social, como um dos serviços de proteção social especial de alta complexidade.	Até 15 família acolhedora e 15 famílias de origem, por equipe de referência.

§ 6º Para fins de acompanhamento e monitoramento quanto à adequação dos serviços à modalidade e capacidade de atendimento, às normativas vigentes, todos os municípios proponentes deverão preencher o quadro integrante do Plano de Ação (Anexo II), no qual deverão ser descritos todos os serviços, as modalidades de atendimento e as capacidades instaladas, devendo estas informações serem ratificadas

pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 5º As transferências dos recursos para os municípios serão operacionalizadas na forma de transferência fundo a fundo, mediante a assinatura do Termo de Adesão constante no Anexo VI e preenchimento do Plano de Ação constante no Anexo II, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Parágrafo Único. Os recursos serão depositados em conta específica, no Banco do Brasil, em parcela única.

III – DA ADESÃO E DOS PRAZOS

Art. 6º Os municípios elegíveis, conforme listagem constante no Anexo I, que cumpram aos critérios desta deliberação, poderão fazer a adesão ao Programa Crescer em Família até a data de **28/06/2017**.

Art. 7º Os documentos deverão ser protocoladas nos Escritórios Regionais da SEDS, respeitando a região a qual pertence o município, conforme tabela de endereços no Anexo III.

Art. 8º A entrega da documentação do município interessado em participar desta deliberação dar-se-á por meio de entrega **presencial** de todos os itens elencados no Anexo IV da presente deliberação.

IV – DAS CONDIÇÕES PARA ADESÃO

Art. 9º Poderão fazer a adesão à presente deliberação aqueles municípios que possuírem em seu território serviços de acolhimento institucional e/ou familiar, conforme listagem do Anexo I, devidamente cadastrados no CADSUAS até 30/08/2016 e que cumpram aos seguintes requisitos:

I - possuir Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, instituído por lei e em regular funcionamento;
II - possuir Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA Municipal;
III - possuir Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – PMDCA, devidamente aprovado pelo CMDCA, contendo a previsão de ações estratégicas referentes ao acolhimento institucional e/ou familiar de crianças e adolescente, incluindo as ações de reordenamento dos serviços;
IV - possuir Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21(vinte e um) anos (atualizado), aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no qual contenha o diagnóstico, as matrizes de planejamento e de monitoramento do reordenamento dos serviços de acolhimento existentes no território do município;

V - comprovar a inscrição e/ou o registro no CMDCA, válidos, de todos os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes existentes no município, declarados no Plano de Ação constante no Anexo II da presente deliberação;

VI - comprovar a aprovação do Plano de Ação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, demonstrada através de deliberação ou resolução do CMDCA publicada na imprensa oficial.

VII - possuir equipe de profissionais completa nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, conforme as quantidades por turno e carga horária definidas na Resolução Conjunta nº 001/2009 – CONANDA/CNAS, a ser comprovada através da listagem dos funcionários ativos a ser preenchida por cada serviço referenciado na politica de assistência social municipal, com sede no território do município, no formulário padrão constante no Anexo V, a qual deverá ser assinada pelo gestor municipal e ratificada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VIII – nos casos em que o recurso será aplicado em reparos, deverá ser encaminhada a planilha sintética de serviços, no modelo-padrão da Paraná Edificações, a qual será disponibilizada no sitio eletrônico do CEDCA/PR. .

Parágrafo único. Quanto ao requisito do Inciso VII, a solicitação de recursos poderá excepcionalmente ser aceita desde que a regularização das equipes dos serviços existentes no município esteja prevista como meta a ser cumprida até o final do ano de 2017 no Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) Anos.

V – DO PLANO DE AÇÃO

Art. 10. O Plano de Ação deverá ser preenchido de acordo com as ações planejadas pelo município no Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21(vinte e um) Anos, devendo as ações que serão executadas estar rigorosamente de acordo com a Matriz de Planejamento do referido plano, respeitadas as dimensões prioritárias postas para o reordenamento dos serviços, quais sejam (conforme Resolução nº 23/2013 – CNAS):

I - porte e estrutura, que compreende:

a) adequação da capacidade de atendimento, observados os parâmetros de oferta para cada modalidade, com redução anual de no mínimo 1/4 (um quarto) do número de crianças e adolescentes que ultrapasse o limite estabelecido em cada serviço;

b) condições satisfatórias de habitabilidade, salubridade e privacidade;

c) localização do imóvel em áreas residenciais, com fácil acesso ao transporte público, cuja fachada não deve conter identificação externa; e

d) acessibilidade.

II - recursos humanos, que compreende as equipes de referência, conforme previsão na NOB-RH/SUAS e Resolução CNAS nº 17/2011;

III - gestão do serviço, que compreende:

a) elaborar o projeto político-pedagógico do serviço;

b) elaborar, sob a coordenação do órgão gestor, e implementar as ações de reordenamento propostas no Plano de Acolhimento; e

c) inscrever-se no conselho de direitos da criança e do adolescente e, no caso de serviço de acolhimento da rede socioassistencial privada, no respectivo conselho de assistência social.

IV - metodologias de atendimento, que consiste em:

a) elaborar o Plano Individual de Atendimento de cada criança e adolescente;

b) elaborar e enviar ao Poder Judiciário relatórios semestrais de acompanhamento de cada criança e adolescente;

c) atender os grupos de irmãos sempre que houver demanda;

d) manter prontuários individualizados e atualizados de cada criança e adolescente;

e) selecionar, capacitar de forma presencial e acompanhar no mínimo mensalmente as famílias acolhedoras para o serviço ofertado nessa modalidade.

f) acompanhar as famílias de origem das crianças e adolescentes nos CRAS, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, e nos CREAS, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, conforme situações identificadas;

V - gestão da rede, que compreende:

a) elaborar diagnóstico socioterritorial e Plano de Acolhimento com previsão de estratégias de reordenamento ou implantação de novas unidades de oferta;

b) gerir as capacidades de atendimento dos serviços e apoiá-los;

c) estabelecer fluxos e protocolos de atenção, na aplicação da medida protetiva aplicada pelo poder judiciário, que fortaleçam o papel da gestão da Assistência Social na coordenação dos encaminhamentos para os serviços de acolhimento;

d) gerir e capacitar os recursos humanos; e

e) articular com os serviços da rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os órgãos de defesa de direitos.

Art. 11. São requisitos específicos para a aplicação dos recursos na modalidade de Acolhimento Institucional:

I - as atividades a serem executadas com os recursos do Plano de Ação deverão priorizar o **atendimento direto** às crianças, adolescentes e suas famílias, desenvolvendo ações, em especial as de acolhimento

protetor, reintegração familiar e inserção comunitária, garantindo, garantindo recursos necessários para a reintegração familiar;

II - serão permitidas APENAS solicitações para **pequenos reparos**, não sendo permitidos obras de reformas ou ampliação.

Art. 12. São requisitos específicos para a aplicação dos recursos na modalidade de Acolhimento Familiar (Família Acolhedora):

I - possuírem a regulamentação legal do programa de Acolhimento Familiar via lei municipal;

II - os recursos do Plano de Ação poderão ser aplicados nas bolsas-auxílio devidas às famílias acolhedoras, mas também poderão servir para melhorar as condições de atendimento do serviço com aplicação em investimento e custeio, à exceção de obras.

Art. 13. Os recursos solicitados no Plano de Ação poderão ser utilizados para os itens de despesa abaixo relacionados:

I – custeio:
a) Custeio – Material de consumo;
b) Custeio – Serviço de terceiros Pessoa Jurídica e Pessoa Física;
c) Custeio – Obras: somente PEQUENOS REPAROS, caracterizados por serviços comuns, não sendo permitidas reformas e ampliações.
d) Custeio – Pagamento de Bolsa-Auxílio, apenas para modalidade de Acolhimento Familiar;

II – investimento:
a) Investimento - Equipamentos (eletrodomésticos, de informática para equipe técnica, etc.);
b) Investimento – Mobiliário;
c) Investimento – Aquisição de veículo para transporte dos acolhidos em atividades e uso da equipe técnica;

§ 1º O pagamento de pessoal somente será permitido nos casos em que a legislação vigente expressamente assim o permitir, sendo vedado o pagamento de pessoal do quadro próprio do município.

§ 2º Os recursos deverão ser aplicados prioritariamente para a realização das ações de reordenamento previstas na Matriz de Planejamento do Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) Anos.

§ 3º Considerando a destinação prioritária ao reordenamento dos serviços, os recursos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de manutenção cotidiana dos serviços, como material de expediente e material de limpeza, pagamento de pessoal de área administrativa e coordenação, limpeza, cozinha/copa. Não serão permitidas aquisições ou contratações de serviços que envolvam conservação e manutenção patrimonial, como copa, limpeza, segurança, monitoramento eletrônico, sistema de câmera, etc.

Art. 14. Somente serão liberados recursos para obras quando tratar-se de PEQUENOS REPAROS, não sendo permitidas reformas ou ampliações.

Art. 15. Quando no Plano de Ação houver previsão de obra/pequenos reparos em algum dos serviços existentes no município, deverão ser apresentadas as planilhas de quantitativos no modelo-padrão da Paraná Edificações, além de memorial descritivo dos serviços que serão executados.

Parágrafo Único. A planilha sintética será disponibilizada no mês de fevereiro/2017, no sítio eletrônico do CEDCA/PR. A planilha deve ser elaborada considerando-se como limite os valores dos materiais e serviços também previstos nas tabelas disponíveis no sítio eletrônico da Paraná Edificações: http://www.paranaedificacoes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6 .

Art. 16. O Plano de Ação deverá ter a sua execução prevista para um prazo de doze meses, podendo ser reprogramado eventual saldo de recurso para mais doze meses.

§ 1º Os recursos que eventualmente não forem executados ao final de 24 (vinte e quatro) meses após o repasse, deverão ser devolvidos ao FIA Estadual.

§ 2º Quaisquer saldos provenientes desta deliberação serão direcionados para a mesma linha de ação (Programa Crescer em Família).

Art. 17. Os recursos referentes aos repasses do Programa Crescer em Família poderão ser aplicados exclusivamente nas instituições, programas e serviços que executem acolhimento institucional e/ou familiar para a **faixa etária entre zero e dezoito anos incompletos (crianças e adolescentes)**.

VI – DA ANÁLISE, PARECER E APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Art. 18. O Plano de Ação deverá ser aprovado pelo CMDCA antes do protocolo junto aos Escritórios Regionais da SEDS, o qual deverá ser assinado pelo gestor municipal da política de assistência social e acompanhado da Resolução e/ou Deliberação do CMDCA aprovando.

Art. 19. Aos Escritórios Regionais da SEDS competirá conferir as documentações apresentadas pelo município, se o valor total solicitado está de acordo com o estabelecido no Anexo I desta deliberação e com o Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescente e Jovens até 21 (vinte e um) Anos e ratificar por meio de informação técnica a aprovação do Plano de Ação, conforme os critérios desta deliberação.

Art. 20. O Plano de Ação, o Termo de Adesão e demais documentos deverão ser protocolados por meio do Sistema Integrado de Protocolo do Estado do Paraná, no Escritório Regional da SEDS, e encaminhados à Coordenação de Proteção Social Especial – CPSE/SEDS, a qual ratificará o parecer e a documentação apresentada.

Art. 21. Os casos que envolverem obras serão também analisados pelo setores responsáveis por esta área no Governo do Estado do Paraná.

Art. 22. Dentro do prazo de vigência desta deliberação, os protocolos contendo as adesões dos municípios poderão retornar aos Escritórios Regionais quantas vezes forem necessárias, com o objetivo de regularizar todas as pendências que se apresentarem ou proceder alterações e ajustes que se fizerem necessários à aprovação do repasse de recursos.

Art. 23. Mensalmente, a coordenação da SEDS responsável pela operacionalização do Programa Crescer em Família apresentará à Câmara de Políticas Básicas, para ciência, a listagem dos municípios que fizeram a adesão ao cofinanciamento de que trata a presente deliberação.

VII – DAS OBRIGAÇÕES

Art. 24. São obrigações do município:

I - promover o reordenamento dos serviços, na forma prevista no Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) Anos, visando a adequá-los à Resolução Conjunta nº 001/2009 – CONANDA/CNAS (Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) Anos);

II - zelar pela qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar efetividade pedagógica e social;

III - executar o serviço de forma a atender integralmente ao contido na Resolução Conjunta nº 001/2009 – CNAS e CONANDA - "Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes";

IV - atender toda a demanda existente no município e, quando possível,da comarca a que pertence, sem distinção de público, incluindo crianças e adolescentes com deficiências, associadas ou não a transtornos

mentais ou quaisquer outras demandas específicas, conforme previsto na Resolução Conjunta nº 001/2009 – CNAS e CONANDA - "Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes" e na Resolução nº 109/2009 – CNAS – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

V - utilizar os recursos de forma eficiente, observando os valores e itens de despesas elencados no Plano de Ação.

VI - encaminhar ao Escritório Regional de referência os relatórios indispensáveis ao acompanhamento e à avaliação das ações, bem como da aplicação dos recursos do Plano de Ação, mediante instrumentos que serão disponibilizados pela SEDS e CEDCA/PR.

VII - garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades, conforme previsto na Resolução Conjunta nº 001/2009 – CNAS e CONANDA - "Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes" e nas Resoluções nº 269/2006 e 001/2009 – CNAS, NOB/RH-SUAS;

VII - arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como, ônus tributários ou extraordinários decorrentes das atividades desenvolvidas para execução das ações;

VIII - efetuar os pagamentos aos contratados, após a efetiva realização das ações;

IX - fornecer ao CEDCA e aos Escritórios Regionais da SEDS, sempre que solicitadas, quaisquer informações relativas às ações desenvolvidas, incluindo-se instrumentais em meio físico, eletrônico ou sistemas de monitoramento que venham a ser criados.

X – No caso de realização de obras/pequenos reparos, observar rigorosamente os parâmetros contidos no Decreto Estadual nº 5454 de 07 de novembro de 2016.

VIII – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 25. Em conformidade ao Decreto 10.455/2014, a prestação de contas dos recursos repassados por meio do repasse fundo a fundo será realizada através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução.

Parágrafo único. O Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução deverá ser encaminhado ao órgão gestor estadual a cada 6 meses, a contar da data do repasse do recurso, após estar devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 26. A omissão na apresentação do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução impedirá o repasse de futuros recursos do FIA Estadual, que somente será restabelecido após a apresentação do mesmo devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 27. Nos casos em que o CMDCA aprovar parcialmente ou com ressalvas o Relatório de Gestão Físico-

Financeiro e de Execução, o documento deverá estar acompanhado de justificativa do respectivo Conselho para aprovação parcial, e de um Plano de Providências – Prestação de Contas/FIA do município, devidamente aprovado pelo Conselho, para que as ressalvas sejam resolvidas até a data de entrega do próximo Relatório.

§ 1º Caso as ressalvas não sejam sanadas, será instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial no município.

§ 2º Na prestação de contas semestral, os casos em que houver saldo superior a 30% (trinta por cento) do valor repassado, o Relatório deverá vir acompanhado de justificativa do município, bem como de aprovação do CMDCA.

Art. 28. Nos casos em que seja instaurada a Tomada de Contas Especial, o município não receberá novos repasses do recurso do FIA e caso as ressalvas não sejam sanadas e sejam detectadas irregularidades, o município deverá devolver o recurso integral recebido, devidamente corrigido, ao FIA Estadual.

Art. 29. Fica o Órgão Gestor Estadual autorizado a substituir, a qualquer tempo, o Termo de Adesão ao Programa Crescer em Família, o Plano de Ação do recurso e o Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, por um Sistema de informações específico para monitoramento, avaliação, acompanhamento e controle dos recursos repassados aos municípios.

IX – DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Art. 30. A fiscalização e o monitoramento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes é uma responsabilidade compartilhada, com a participação do Município, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal da Assistência Social, Comissão Municipal de Convivência Familiar e Comunitária (onde houver), Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar e dos Escritórios Regionais da SEDS.

Art. 31. Os Escritórios Regionais da SEDS, além de avaliarem os relatórios de prestação de contas, realizarão acompanhamento qualitativo e quantitativo do processo, com visitas e agenda de reuniões, podendo solicitar a qualquer tempo informações e documentos visando a garantir o cumprimento integral da presente deliberação e das obrigações previstas no Termo de Adesão.

Parágrafo único. Serão utilizados instrumentais de avaliação e monitoramento padronizados pela SEDS que deverão ser apresentados ao CEDCA/PR com regularidade semestral.

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. Os Escritórios Regionais da SEDS, conforme contatos publicados no Anexo III, serão responsáveis por dirimir as dúvidas dos municípios e prestar orientações quanto ao conteúdo da presente deliberação e elaboração do Plano de Ação.

Art. 33. Incorporar-se-ão a esta deliberação, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações, relativos a este, que vierem a ser divulgados no endereço: www.cedca.pr.gov.br.

Art. 34. Os municípios assumem todos os custos relativos à preparação e apresentação de seu Plano de Ação, e o Estado do Paraná, por intermédio da SEDS, ou o CEDCA/PR, não serão em nenhum caso responsáveis por esses custos.

Art. 35. Os municípios são responsáveis legais pela veracidade das informações e dos documentos apresentados.

Art. 36. Os casos omissos nesta deliberação serão resolvidos pelo CEDCA/PR.

Art. 37. A presente deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 09 de dezembro de 2016.

Débora Cristina Reis Costa
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Memorando Circular nº 005/2019 - DPSE **Curitiba, 13 de dezembro de 2019.**

De: **Divisão de Proteção Social Especial**	Para: **Escritórios Regionais**

Ref.: Prorrogação dos prazos de execução dos recursos financeiros das Deliberações nº 54/2016 e 55/2016 - CEDCA/PR;

Considerando a explanação realizada na Câmara Setorial de Gerenciamento do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência e Orçamento, e na reunião ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, dos dias 05 e 06 de dezembro de 2019, justificamos a proposta de prorrogação dos prazos das Deliberações nº 54/2016 – CEDCA, e 55/2016 – CEDCA, respectivamente relativas ao Programa Liberdade Cidadã e Crescer em Família, tendo em vista as seguintes ponderações:

1. A gestão estadual repassava recursos por meio de transferências voluntárias (Convênios) e a partir do ano de 2016 propôs a nova modalidade de transferências automáticas (via Fundo a Fundo);

2. A relação convenial se prorrogava por até 48 ou 60 meses, na maioria dos casos;

3. A modalidade Fundo a Fundo permitiu maior volume de adesão de municípios e mais celeridade no repasse, mas não proporcionou celeridade em sua execução em decorrência de inúmeros fatores que devem ser relevados:

a) Reordenamento dos Serviços – Acolhimento de Crianças e Adolescente e Serviços de Medidas Socieducativas em Meio Aberto;

b) Possibilidade de repasses às OSC's, no entanto, com a instituição da Lei Federal nº 13.019/2014, houve dificuldades dos municípios em estabelecer seus Editais e formalizar as parcerias;

4. Os recursos para os Serviços de Medidas Socieducativas em Meio Aberto são escassos, há cobertura mínima do governo federal e não há recursos exclusivos em nível estadual, no âmbito da Política de Assistência Social;

5. Prioridade absoluta para atendimento às crianças e adolescentes no âmbito da Proteção Social Especial;

6. Novas deliberações e novos repasses de recursos poderão se dar após lapso de tempo de 10 a 12 meses, em decorrência de todos os atos administrativos necessários;

7. A descobertura poderá gerar impactos negativos e prejuízos ao atendimento das crianças e adolescentes;

8. Novas Deliberações de novos recursos só permitirão repasses aos municípios que não possuírem saldos de recursos não executados, o que deverá ser comprovada a execução na totalidade ou a devolução de eventuais saldos.

Por fim, informamos que o CEDCA acolheu os argumentos e aprovou a prorrogação dos prazos para execução dos recursos relativos ao Programa Liberdade Cidadã e Crescer em Família, respectivamente das Deliberações nº 54/2016 e 55/2016.

Portanto, por meio das Deliberações nº 102/2019 e nº 103/2019, do CEDCA/PR, houve a prorrogação dos prazos por mais 12 meses para execução dos recursos financeiros relativos às Deliberações nº 54/2016 e 55/2016.

Importante registrar que a decisão do Conselho abarca todos os municípios, os que solicitaram e os que não solicitaram prorrogação do prazo, e inclusive reverte decisões anteriores do Conselho que negaram pedidos de prorrogação, no entanto, não se aplica para os municípios que já efetuaram a devolução dos recursos, pela impossibilidade de efeitos retroativos no tocante a repasses de recursos financeiros.

Sendo assim, solicitamos os bons préstimos das equipes dos Escritórios Regionais para a devida orientação aos municípios e organização quanto à execução dos referidos recursos.

Colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.

Juliany Santos
Juliany Souza dos Santos
Divisão de Proteção Social Especial

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI
Secretaria Municipal de Assistência Social

Plano de Ação

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS
FUNDO ESTADUAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA
PLANO DE AÇÃO PARA INCENTIVO AO PROGRAMA CRESCER EM FAMÍLIA

I. DADOS CADASTRAIS

1. ORGÃO PROPONENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Mandaguari
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Praça dos três Poderes, nº 500 - Centro
CEP: 86975-000
Telefone: (44) 3233-8400
Fax: (44) 3233-8462
E-mail: gabinete@mandaguari.pr.gov.br
Prefeito: Romualdo Batista

2. ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: Secretaria Municipal de Assistência Social
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 – Centro
CEP: 86975-000
Telefone: (44) 3233-3630
Fax: (44) 3233-2171
E-mail: mandaguari.secsocial@gmail.com
Gestor: Gisele Maria Munhoz Knupp

3. FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Nome: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mandaguari
CNPJ: 11.739.193/0001-13
Secretaria onde está vinculado: Secretaria Municipal de Assistência Social
Telefone: (44) 3233-3630
Ato de Criação: Lei nº 043/1990
Data Assinatura: 19/12/1990
Data Publicação: -

4. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nome: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 - Centro
CEP: 86975-000
Secretária Executiva: Marlene Neves Gonçalves
Ato de Criação: Lei nº 2.485/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

Data Assinatura: 12/05/2015
Data Publicação: 14/05/2015

CONSELHEIROS DO CMDCA (DEVE SER PARITÁRIO):

Nº	Nome	CPF	Representação	Inicio do Mandato	Fim do Mandato
1	**Gisele M. Munhoz Knupp**	**007.330.909-58**	**Secr. Ass. Social**	**09/02/2017**	**27/05/2017**
	Juliana Moura dos Santos	332.073.108-42	Secr. Ass. Social	08/12/2015	27/05/2017
2	**Maria de Lourdes A.Paes**	**026.496.129-32**	**Secr. Ass. Social**	**08/12/2015**	**27/05/2017**
	Adriana Morganiça Gariani	810.794.009-15	Secr. Ass. Social	27/05/2015	27/05/2017
3	**Claudia Maria Ferrairo Rodelli**	**965.738.309-97**	**Secr. Saúde**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Deise Dayane E. Vernillo	044.453.249-81	Secr. Saúde	27/05/2015	27/05/2017
4	**Adenise Batista Rodrigues**	**019.173.109-94**	**Secr. Educação**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Alcione dos Santos F. Moraes	006.627.919-40	Secr. Educação	14/09/2016	27/05/2017
5	**Alfredo Mauro dos Santos**	**505.578.669-87**	**Núcleo Regional Estadual**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Irene Esteves Cordeiro Alva	575.382.129-49	Núcleo Regional Estadual	27/05/2015	27/05/2017
6	**Josias Gonçalves**	**557.559.719-72**	**Secr. Planejamento**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Carlos Bredariol	064.894.449-25	Secr. Planejamento	27/05/2015	27/05/2017
7	**Stael Maria de Oliveira**	**495.963.229-15**	**Procuradoria Jurídica**	**13/07/2016**	**27/05/2017**
	Guilherme A.Lima C. Neia	057.830.729-40	Procuradoria Jurídica	13/07/2016	27/05/2017
8	**Samantha Terra Fascio**	**083.448.119-70**	**Organização da Soc. Civil**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Tânia Maria Gomes da Silva	674.376.726-34	Organização da Soc.Civil	27/05/2015	27/05/2017
9	**Joice P Coutinho Simões**	**754.834.169-53**	**Organização da Soc. Civil**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Ana Maria Felizardo Cúcolo	830.585.089-72	Organização da Soc.Civil	27/05/2015	27/05/2017
10	**Valdirene Lima dos Santos**	**025.949.239-66**	**Organização da Soc. Civil**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Flávia Teles	066.169.999-47	Organização da Soc. Civil	27/05/2015	27/05/2017
11	**Eliane Queila Valdomiro**	**054.154.306-79**	**Organização da Soc. Civil**	**03/02/2016**	**27/05/2017**
	Daniele Caroline Lança da Silva	082.678.349-07	Organização da Soc. Civil	27/05/2015	27/05/2017
12	**Fernanda Monteiro**	**073.733.449-50**	**Assoc. de Pais, Professores e Servidores**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Selma de Fátima F. Bertolini	752.432.619-04	Assoc. de Pais, Professores e Servidores	27/05/2015	27/05/2017
13	**Luiz Roberto Inacio**	**604.372.609-25**	**Assoc. de Pais, Professores e Servidores (Carmem)**	**18/04/2016**	**27/05/2017**
	Rosangela Pinheiro Vieira	023.972.329-52	Assoc. de Pais, Professores e Servidores	27/05/2015	27/05/2017
14	**Zilda Donha**	**512.068.629-04**	**Defesa e Garantia de Direitos**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Lucilene da Silva Azevedo	924.684.119-00	Defesa e Garantia de	27/05/2015	27/05/2017

			Direitos		

5. PLANO MUNICIPAL DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Data da Aprovação do CMDCA: 05/12/2016
Data da Publicação: 06/12/2016

6. PLANO MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS ATÉ 21 ANOS.

Data da Aprovação do CMAS: 09 e 10/10/14
Data da Publicação: 11/10/14

II. REDE DE ATENDIMENTO

Nome do Serviço/Instituição	Vinculação		Tipo de Serviço			Capacidade Instalada
	Gov	Não Gov	Casa Lar	Abrigo	Família Acolhedora	
Centro de Atendimento a Criança, Adolescente e Família - CECAF		X		X		20

III. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO

R$ 60.000,00

IV. PREVISÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA

O município deverá marcar um X na rubrica orçamentária referente ao tipo despesas que pretende executar:

Custeio	
Investimento	X
Obras (Pequenos reparos)	
Pessoal (vedado para pagamento de quadro próprio)	X

V. RESUMO EXECUTIVO

1. Valor Total Repasse Incentivo Programa Crescer em Família: R$ 60.000,00
2. Recursos próprios a serem alocados no Fundo (Anual - 2017): R$ 0,00
3. Outras fontes (Anual - 2017): R$ 153.540,00
4. Total de recursos do Fundo Municipal para o exercício 2017: R$ 213.540,00

VI. PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL SOBRE O PLANO DE AÇÃO (ENVIAR EM ANEXO CÓPIA DA ATA PUBLICADA E DA RESOLUÇÃO/DELIBERAÇÃO DO CMDCA)

1. PARECER (Redigir o parecer do CMDCA, conforme consta em ata)
Após discussão foi **aprovado o Plano de Ação.**

1.1 CONCLUSÃO DA ANALISE DO PLANO DE AÇÃO
Favorável (X)
Desfavorável ( )

1.2 Data da Reunião: 13/03/2017

VII. DECLARAÇÃO

Por meio deste instrumento, declaro a adesão ao repasse Fundo a Fundo e ratifico os demais compromissos do termo de adesão anteriormente assinado.
Declaro o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de composição paritária entre governo e sociedade civil.
Declaro a existência do Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 Anos.
Declaro ainda sob as penas da lei, que as informações prestadas são a expressão da verdade.

ROMUALDO BATISTA
PREFEITO

GISELE MARIA MUNHOZ KNUPP
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mandaguari, 20 de março de 2017.

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
Coordenação da Política da Criança e do Adolescente

Termo de Adesão
Programa Crescer em Família

Termo que firma a Secretaria de Assistência Social ou órgão gestor da assistência social do Município de Mandaguari, neste ato representado pelo Prefeito Romualdo Batista e pelo Secretária de Assistência Social ou congênere Gisele Maria Munhoz Knupp, com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao incentivo do Programa Crescer em Família, com recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR, destinado ao reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

Em conformidade com a Deliberação nº 055/2016 do Conselho Estadual para os Direitos da Criança e do Adolescente, resolvem subscrever o presente Termo de Adesão ao incentivo do Programa Crescer em Família, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem como objeto a adesão do Município **Mandaguari ao incentivo do Programa Crescer em Família,** destinado prioritariamente ao reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, a ser repassado pelo Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR.**

Parágrafo Único. Os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, referidos no presente Termo, são aqueles ofertados nas modalidades abrigo, casa-lar e/ou família acolhedora, os quais de acordo com a Resolução n° 109/2009 do CNAS (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS), integram os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS.

CLÁUSULA SEGUNDA – ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO/SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL

I. Executar os recursos na forma prevista no Plano de Ação apresentado em decorrência da Deliberação nº 055/2016 do CEDCA/PR, promovendo o reordenamento da rede de serviços de acolhimento, na forma prevista no Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 Anos;

II. Comprovar, semestralmente, o número de atendimentos efetivamente realizados nos serviços de acolhimento. A ausência desta informação poderá acarretar suspensão, bloqueio ou até mesmo a devolução parcial ou total do recurso, conforme regras a serem definidas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e devidamente divulgadas aos municípios que aderiram ao incetivo do Programa Crescer em Família.

III. Executar as ações com o recurso repassado de acordo com o disposto na Deliberação nº 055/2016 – CEDCA.

IV. Realizar os trâmites necessários para a transferência dos recursos, na forma da legislação vigente, às Organizações da Sociedade Civil - OSC referenciadas na política de assistência social, com local de execução no território do município, que executem os serviços de acolhimento institucional e/ou familiar, referenciadas na Folha de Rosto que compõe a Deliberação nº 055/2016, caso este repasse seja deliberado pelo CMDCA.

V. Implementar o Plano de Acolhimento, com ações, prazos e metas de reordenamento dos serviços, de modo que, até 2017, a rede de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes esteja adequada à demanda existente e todos os serviços de acolhimento para esse público estejam funcionando de acordo com as normativas e legislações vigentes. O Plano de Acolhimento deverá dispor, ainda, sobre a implantação de possíveis novas modalidades de serviços de acolhimento, com ênfase na oferta de serviços de acolhimento em família acolhedora, no caso de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, conforme preconizado nas Diretrizes Sobre Cuidados Alternativos para Crianças, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Norma Operacional Básica do SUAS, na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e nas Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

VI. Garantir a articulação entre os serviços de acolhimento, os demais serviços socioassistenciais, as diversas políticas públicas e os demais órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, cujas estratégias devem estar contidas no Plano de Acolhimento com a pactuação de fluxos de encaminhamentos necessários para a promoção do acesso aos direitos das crianças e adolescentes acolhidos e das suas famílias, fortalecendo a gestão e a organização da rede de proteção social e defesa de direitos no território, de forma a

garantir a excepcionalidade da medida de acolhimento e que, salvo exceções previstas em lei, nenhuma criança ou adolescente permaneça mais de 2 (dois) anos em acolhimento institucional, conforme determina a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

VII. Implementar fluxo contínuo de trabalho de forma articulada com os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e/ou com os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, assegurando o acompanhamento das famílias das crianças e adolescentes acolhidos, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI ou do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, por todo o período do acolhimento e por pelo menos por 6 (seis) meses após a possível reintegração familiar da criança e do adolescente, e contido no Plano de Acolhimento.

VIII. Cumprir os prazos e as ações pactuadas no Plano de Acolhimento e, no caso de descumprimento, apresentar à SEDS justificativa para reprogramação de metas/ações/prazos.

IX. Realizar a gestão dos encaminhamentos para os serviços de acolhimento em diálogo com o sistema de justiça.

X. Assegurar adequada composição de equipe para o funcionamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, conforme quantidades/proporções, formação e carga horária definidas pelas Resoluções Conjunta nº 01/2009 – CNAS/CNAS (Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes) e nº 269/2006 e nº 001/2007 – CNAS (NOB-RH/SUAS).

XI. Ofertar capacitação/formação permanente às equipes dos serviços, bem como propiciar a participação destes nas capacitações e cursos ofertados pelo Governo do Estado do Paraná.

XII. Adequar a infraestrutura física e cumprir, necessariamente, as referências de capacidade de atendimento dispostas na Resolução n° 109/2009 – CNAS, e no documento "Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes", aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA n° 01/2009.

XIII. Reordenar os serviços de acolhimento de forma gradativa e qualificada, sem que haja interrupção do atendimento, a partir das seguintes dimensões: Porte e Estrutura; Recursos Humanos; Gestão do Serviço; Metodologias de Atendimento e Gestão da Rede, conforme previsto no Plano Municipal de Acolhimento de Crianças e Adolescentes.

XIV. Assegurar que a oferta dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes seja pautada em eixos norteadores da ética e respeito à dignidade e não discriminação; equipe especializada e atendimento com qualidade; acesso a direitos; trabalho em rede e com as

famílias; relação com a cidade e com a realidade do território; mobilização e participação social.

XV. Garantir o atendimento de todas as crianças e adolescentes que forem demandadas à instituição, incluindo aqueles com deficiências, associadas ou não a transtornos mentais e outras especificidades, considerando a universalidade do atendimento, conforme preconizam as Resoluções nº 001/2009 – CNAS/CONANDA e nº 109/2009 – CNAS.

XVI. Orientar e encaminhar as famílias das crianças e adolescentes para inclusão ou atualização dos seus dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, quando identificada necessidade.

XVII. Articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas, especialmente com o Sistema de Garantia de Direitos, com vistas a assegurar o acesso das crianças e adolescentes aos serviços, projetos, programas e benefícios daqueles órgãos, visando à construção de novos projetos de vida e a reintegração às famílias de origem.

XVIII. Adotar estratégias que estimulem a participação das crianças e adolescentes, bem como suas famílias, no planejamento, monitoramento e avaliação do serviço.

XIX. Prestar informações sobre a execução do recurso, periodicamente e sempre que solicitado, ao gestor da política estadual – SEDS, aos Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos órgãos de Controle Externo, através de relatórios físicos ou preenchimento via sistemas que podem vir a ser disponibilizados pela SEDS.

XX. Inserir os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no planejamento das ações estratégicas e orçamentárias do município (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Relatório de Execução Físico Financeiro e Sistemas de Informações desenvolvidos pela SEDS).

XXI. Manter em funcionamento o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

XXII. Realizar os trâmites necessários para execução do recurso no município, bem como aprovar a utilização dos recursos e a prestação de contas, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, entre outros procedimentos necessários para a correta implantação e execução do recurso.

XXIII. Dar ciência ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do contido no Plano de Ação e Prestação de Contas aprovados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. 9

XXIV. Prestar contas dos recursos repassados em conformidade ao Decreto nº 10455/2014, encaminhando Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, aprovado pelo CMDCA e com a ciência do CMAS, ao Escritório Regional da SEDS, conforme previsto na Deliberação nº 055/2016 – CEDCA, a cada seis meses, sendo o primeiro 180 dias após o repasse do recurso ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

XXV. Incluir em todos o bens adquiridos, nos veículos, placas de obras e materiais institucionais dos serviços abrangidos pelo incentivo do Programa Crescer em Família a inscrição: "SEDS/CEDCA/FIA/CRESCER EM FAMÍLIA/Delib nº 055/2016".

XXVI. Iniciar a execução do recurso até 90 (noventa) dias após o recebimento do repasse.

XXVII. Executar os recursos na sua integralidade num prazo de até 12 (doze) meses após o recebimento do repasse, os quais poderão ser reprogramados, mediante justificativa, pelo prazo de mais 12 (doze) meses.

XXVIII. Efetuar a devolução ao FIA Estadual de saldos de recursos não executados ao final dos 24 (vinte e quatro meses) que podem durar a execução.

XXIX. Nos casos em que houver a realização de obras/pequenos reparos, observar rigorosamente o contido no Decreto Estadual nº 5454/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – ATRIBUIÇÕES DO ESTADO

I. Apoiar o município, valendo-se de instrumentos de monitoramento e avaliação e aprimorando a execução da política.

II. Efetuar o repasse dos valores estabelecidos na Deliberação nº 055/2016 aos municípios, através da modalidade de repasse fundo a fundo.

III. Disponibilizar, oportunamente, instrumentos e sistemas de informação necessários para o acompanhamento, avaliação, controle e prestação de contas dos recursos.

IV. Promover e apoiar a capacitação dos trabalhadores municipais e estaduais, para melhor execução dos serviços e dos recursos.

V. Fomentar a articulação entre a Proteção Social Especial com a Proteção Social Básica de Assistência Social, fortalecendo a organização do SUAS, e articular este com as Políticas de Saúde, Educação, Habitação, Trabalho e demais políticas públicas, órgãos de defesa de direitos e demais órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescentes, a fim de

assegurar uma oferta adequada do Serviço.

VI. Alimentar e manter atualizadas as bases de dados e aplicativos pertinentes à Gestão Estadual, dos sistemas de informação e monitoramento do Governo Federal.

VII. Prestar informações que subsidiem as ações do CEDCA/PR quanto ao acompanhamento e monitoramento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

O descumprimento deste termo, por parte do município, implicará na suspensão dos repasses financeiros do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR e até mesmo a devolução parcial ou integral dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, no âmbito dos Conselhos Municipais, serão apreciadas e julgadas pelo Órgão Gestor Estadual e pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Curitiba, 03 de agosto de 2017.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Romualdo Batista
Prefeito

Gisele Maria Munhoz Knupp
Secretária Municipal de Assistência Social ou congênere

3. **Assinaturas:** 03/08/2017

Curitiba, 03 de agosto de 2017.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

71840/2017

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social-SEDS

TERMO DE ADESÃO

Protocolado nº 14.688.732-5

1. **Partícipes**: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS e o Município de Coronel Vivida
2. **Objeto:** Adesão do Município de Coronel Vivida ao incentivo financeiro estadual do Programa Crescer em Família, destinado aos aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, a ser repassado pelo Fundo Estadual da Infância e Adolescência – FIA/PR ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência.
3. **Assinaturas:** 03/08/2017

Curitiba, 03 de agosto de 2017.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

71842/2017

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social-SEDS

TERMO DE ADESÃO

Protocolado nº 14.687.434-7

1. **Partícipes**: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS e o Município de Manoel Ribas.
2. **Objeto:** Adesão do Município de Manoel Ribas ao incentivo financeiro estadual do Programa Crescer em Família, destinado aos aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, a ser repassado pelo Fundo Estadual da Infância e Adolescência – FIA/PR ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência.
3. **Assinaturas:** 03/08/2017.

Curitiba, 03 de agosto de 2017.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

71845/2017

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social-SEDS

TERMO DE ADESÃO

Protocolado nº 14.696.144-4

1. **Partícipes**: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS e o Município de Capitão Leônidas Marques.
2. **Objeto:** Adesão do Município de Capitão Leônidas Marques ao incentivo financeiro estadual do Programa Crescer em Família, destinado aos aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, a ser repassado pelo Fundo Estadual da Infância e Adolescência – FIA/PR ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência
3. **Assinaturas:** 03/08/2017

Curitiba, 03 de agosto de 2017.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

71847/2017

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social-SEDS

TERMO DE ADESÃO

Protocolado nº 14.689.721-5

1. **Partícipes**: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS e o Município de Mandaguari
2. **Objeto:** Adesão do Município de Mandaguari ao incentivo financeiro estadual do Programa Crescer em Família, destinado aos aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, a ser repassado pelo Fundo Estadual da Infância e Adolescência – FIA/PR ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência
3. **Assinaturas:** 03/08/2017.

Curitiba, 03 de agosto de 2017

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

71851/2017

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social-SEDS

TERMO DE ADESÃO

Protocolado nº 14.693.930-9

1. **Partícipes**: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS e o Município de Peabiru.
2. **Objeto:** Adesão do Município de Peabiru ao incentivo financeiro estadual do Programa Crescer em Família, destinado aos aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, a ser repassado pelo Fundo Estadual da Infância e Adolescência – FIA/PR ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência
3. **Assinaturas:** 03/08/2017.

Curitiba, 03 de agosto de 2017

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

71858/2017

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social-SEDS

TERMO DE ADESÃO

Protocolado nº 14.692.701-7

1. **Partícipes**: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS e o Município de Bela Vista do Paraíso.
2. **Objeto:** Adesão do Município de Bela Vista do Paraíso ao incentivo financeiro estadual do Programa Crescer em Família, destinado aos aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, a ser repassado pelo Fundo Estadual da Infância e Adolescência – FIA/PR ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência.
3. **Assinaturas:** 03/08/2017

Curitiba, 03 de agosto de 2017.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

71860/2017

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social-SEDS

TERMO DE ADESÃO

Protocolado nº 14.691.992-8

1. **Partícipes**: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS e o Município de Rio Branco do Sul
2. **Objeto:** Adesão do Município de Rio Branco do Sul ao incentivo financeiro estadual do Programa Crescer em Família, destinado aos aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, a ser repassado pelo Fundo Estadual da Infância e Adolescência – FIA/PR ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência
3. **Assinaturas:** 03/08/2017.

Curitiba, 03 de agosto de 2017

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

71863/2017

SEDS
Fls. 142
GAB

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Centro
Fone (044) 3233-3630 – Fax: 3233-2171
E-mail: cmasmandaguaripr@hotmail.com.br
Mandaguari – Paraná

RESOLUÇÃO Nº 34/2017

CÓPIA

Súmula: **Parecer sobre o Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Estadual do Programa Cresce em Família, referente a Deliberação nº055/2016 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/, que será repassado para o Centro de Atendimento à Criança, Adolescente e Família - CECAF, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mandaguari - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 2.297 de 23 de abril de 2014, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 05 de dezembro de 2017.

Considerando o disposto do inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93,

Resolve:

Artigo 1º - Parecer favorável para o Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Estadual do Programa Cresce em Família, referente a Deliberação nº055/2016 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/, que será repassado para o Centro de Atendimento à Criança, Adolescente e Família - CECAF, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Sala de Sessões, Mandaguari, 05 de dezembro de 2017.

Izildinha Aparecida Marques Sincero
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PREFEITO MUNICIPAL C. K. YOKOTA M

PREFEITURA DO MUNICÍ
MANDAGUA
Secretaria de Planejamento, Finança
Setor de Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2017

CONTRATO Nº 185/2017

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, co dos Três Poderes S00, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.2 neste ato representado pelo Prefeito Municinal em de seu mandato e funções Sr. ROMUALDO BATIST Cédula de Identidade Nº 3.489.662-3 SSP/PR e 653.716.409-30 e.

CONTRATADO KURTZ MED PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES L no CNPJ/MF sob o nº. 27.993.357/0001-74, com LAGES, Nº 405, 405, JARDIM LANCASTER CEP: 85851 de Foz do Iguaçu/PR, neste ato representada por s legal, a Senhora EDIVANIA APARECIDA DA. SILV Cédula de Identidade RG nº/, e inscrita no CPF sob o 50.

OBJETO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA UTILIZADOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

VALOR 356.10 (trezentos, cinqüenta e seis reais e dez centa

FORO Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 30 de no

ROMUALDO BATISTA
PREFEITO MUNICIPAL

EDIVANIA APARECID
KURTZ MED PRODUT

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PARANACITY
PARANÁ - BRASIL

PORTARIA N.º 228/2017

SUELI TEREZINHA WANDERBROOK, Prefe de Paranacity, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER licença de 09 (nove) dias, à funcionária pública mu CARVALHO MOREIRA", ocupante do cargo de Professor, a contar 28/11/2017, para tratamento de saúde, conforme atestado médico e em anexo.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PA 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

=Sueli Terezinha Wanderbrook=
=PREFEITA MUNICIPAL=

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 - Centro
Fone (044) 3233-3630 - Fax: 3233-4171
E-mail: cmasmandaguari@hotmail.com.br
Mandaguari – Paraná

RESOLUÇÃO Nº 34/2017

Súmula: Parecer sobre o Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Estadual do Programa Cresce em Família, referente a Deliberação nº055/2016 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, que será repassado para o Centro de Atendimento à Criança, Adolescente e Família - CECAF, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mandaguari - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 2.297 de 23 de abril de 2014, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 05 de dezembro de 2017.

Considerando o disposto do inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93,

Resolve:

Artigo 1º - Parecer favorável para o Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Estadual do Programa Cresce em Família, referente a Deliberação nº055/2016 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, que será repassado para o Centro de Atendimento à Criança, Adolescente e Família - CECAF, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Sala de Sessões, Mandaguari, 05 de dezembro de 2017.

Izildinha Aparecida Marques Sincero
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Prefeitura Municipal de Santa Fé
CNPJ 76.291.418/0001-67

CONTRATO Nº 088/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: ITAU UNIBANCO S/A
OBJETO: Contratação de instituição financeira, pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços de pagamento de subsídios e vencimentos dos servidores ativos, efetivos, celetista e comissionados da prefeitura municipal de Santa Fé.
VALOR TOTAL: O contratado pagará a contratante o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) em única parcela.
VIGENCIA: 60 (sessenta) meses.
DATA: 30/10/2017

CONTRATO Nº 089/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: TREVISA MAIS SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de um CAMINHÃO COLETOR DE RECICLÁVEIS, novo, zero km, para a Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR.
VALOR TOTAL: R$ 226.000,00 (duzentos e vinte e seis mil reais).
VIGENCIA: 12 (doze) meses
DATA: 22/11/2017.

CONTRATO Nº 090/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: RAFAEL DA SILVA RODRIGUES
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de serviços de brigadista de incêndio durante realizações de eventos municipais.
VALOR TOTAL: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).
VIGENCIA: 12 (doze) meses
DATA: 04/12/2017.

CEDCA-PR
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família e Desenvolvimento Social

DELIBERAÇÃO Nº 095/2017 – CEDCA/PR

Estabelece os procedimentos do repasse de recursos no formato fundo a fundo para a modalidade "**AFAI - ATENÇÃO ÀS FAMÍLIAS DOS ADOLESCENTES INTERNADOS POR MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**".

Considerando o disposto no artigo 227 da Constituição da República, que estabelece como dever "da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão";

Considerando o disposto no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), no qual estão descritas as medidas socioeducativas, passíveis de serem aplicadas ao adolescente autor de ato infracional, a saber: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional e qualquer uma das previstas no art. 101, incisos I a VI, da Lei nº 8.069/90 (encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamentos temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em projeto comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial e inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos);

Considerando que a aplicação e a execução das medidas socioeducativas devem também obedecer aos princípios relacionados nos arts. 99, 100, *caput* e par. único c/c 113, da Lei nº 8.069/90, bem como no art. 35, da Lei nº 12.594/2012 e em outras normas aplicáveis, como é o caso da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989; das "*Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing*", das "*Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil - Diretrizes de Riad*" e das "*Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade*";

Considerando o disposto na Lei nº12.594/2012 (Sistema de Atendimento Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE), o qual se destina à inclusão social do adolescente em

conflito com a lei e que possui interfaces com outros sistemas e políticas, tais como o sistema educacional, de saúde, da assistência social, de justiça e segurança pública;

Considerando que nesta diretriz legislativa admite-se a necessidade de uma atuação diferenciada dessas políticas no que concerne à responsabilização do adolescente e à garantia de seus direitos; o que demanda a elaboração de políticas públicas específicas, com o planejamento e execução de ações múltiplas, por profissionais qualificados de diversas áreas, sendo a interdisciplinaridade de relevância fundamental para análise da matéria sob os mais diversos ângulos e para descoberta da melhor forma de abordagem de cada caso, dentre as diversas alternativas existentes;

Considerando que a Política Nacional da Assistência Social – PNAS, prevista na Constituição Federal, artigo 194, prevê a oferta dos serviços às famílias nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e que nos casos onde se constata alguma violação de direitos os atendimentos e/ou acompanhamentos devem ocorrer nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS e, prevendo assim, a articulação da Política da Assistência Social com as demais políticas públicas para a efetividade das ações;

Considerando que na Política Nacional da Assistência Social (2004) ancorada pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei n° 8.742/1993) e pela lei do SUAS (Lei n° 12.435) está disposto que dentre as situações de risco pessoal e social, inclui-se as famílias cujos os membros possuem o envolvimento com o universo infracional;

Considerando a Resolução nº 109/2009 que versa sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS e estabelece que as "famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção" são público-alvo do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;

Considerando que o atendimento de adolescentes envolvidos com práticas infracionais deva ir além da simples aplicação e execução de medidas socioeducativas, pois se insere num contexto mais abrangente de busca da plena efetivação de seus direitos fundamentais, e que, por tal razão deve contemplar esforços conjugados do Poder Público, em todas as esferas de governo;

Considerando a necessidade de intervenção junto aos fatores que, usualmente, conduzem à prática de atos infracionais (como o uso de substâncias psicoativas, a evasão escolar, a dificuldade de inclusão produtiva da família etc.);

Considerando a relevância do atendimento aos adolescentes egressos da medida socioeducativa de internação, a qual não pode ser a pura e simples transferência dos adolescentes para o meio aberto, sem o devido preparo deles próprios e de suas famílias, sem a continuidade do atendimento (e eventual tratamento) que vinham recebendo enquanto privados de liberdade e, especialmente, sem perspectivas de uma vida melhor;

Considerando que as medidas socioeducativas não são "penas" e, portanto, não podem ser aplicadas e/ou executadas numa perspectiva meramente "retribuitivo-punitiva" (como ocorre com aquelas sanções estatais, quando aplicadas a imputáveis autores de crimes), pois visam "neutralizar" as causas determinantes da conduta infracional (que para tanto precisam ser devidamente apuradas), na perspectiva de evitar a reincidência;

Considerando também como traço diferencial em relação ao Sistema Penal destinado a adultos imputáveis, a aplicação e execução de medidas socioeducativas devem ser acompanhadas de um trabalho junto à *família* do adolescente, de modo a ampliar a capacidade protetiva dos familiares e/ou responsáveis nesta empreitada socioeducativa;

Considerando que é nesse contexto que a aplicação e execução das medidas socioeducativas, seja em meio aberto, seja em regime de privação de liberdade, deve ser considerada e efetivada, tanto em âmbito estadual quanto em âmbito municipal;

Considerando, por fim, a busca por uma maior efetividade na execução das medidas socioeducativas, em especial no que diz respeito ao efetivo envolvimento dos pais ou responsáveis no processo de "resgate da cidadania" dos adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais, abre-se espaço para implementação de um projeto especificamente destinado ao atendimento das famílias de adolescentes inseridos no Sistema Socioeducativo.

Considerando o Decreto nº 10.455/2014, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência (FIA) para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência, em atendimento a Lei Estadual nº 9.579 de 22 de março de 1991;

Considerando ainda a Deliberação nº 94/2016, que aprovou o Plano de Ação do ano de 2017 e considerando a Linha de Ação "Garantir a convivência familiar e comunitária dos adolescentes em medida socioeducativa de internação", a qual destina o recurso FIA no valor de R$ 6.182.790,00 para municípios;

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, reunido ordinariamente em 8 de dezembro de 2017.

DELIBERA

I - DO OBJETO E DOS RECURSOS

Art. 1º. Fica estabelecido o cofinanciamento estadual Fundo a Fundo para a modalidade AFAI (Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa), no **valor total de R$ 6.182.790,00 (seis milhões, cento e oitenta e dois mil, setecentos e noventa reais),** em conformidade ao Decreto nº 10.455/2014 que regulamenta a transferência automática de recursos do FIA aos Fundos Municipais para a Infância e Adolescência.

Parágrafo Único. O cofinanciamento será abrangido pelos seguintes eixos do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná:

I - direito à liberdade, ao respeito e à dignidade (pela disponibilização de serviços que auxiliem na capacidade protetiva das famílias de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas);

II - direito à convivência familiar e comunitária (pelo direcionamento de serviços que estimulem a convivência familiar e comunitária);

III - direito à profissionalização e à proteção no trabalho (visando a oferta de cursos de qualificação profissional aos adolescentes acima de quatorze anos em cumprimento de medidas socioeducativas e a suas famílias).

Art. 2º. O cofinanciamento deve prever ações municipais às famílias dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas tanto de internação (prioritariamente), bem como às demais medidas (semiliberdade, liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade) por intermédio dos instrumentais e do arranjo institucional do Programa Família Paranaense, devendo contemplar os seguintes eixos:

I - Acompanhamento intersetorial da família e do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, para promoção nos eixos de habitação, transporte, educação, saúde, assistência social, cultura, lazer e esporte, alimentação, profissionalização, acesso à documentação civil e empreendedorismo;

II - Serviço de Convivência Familiar e Comunitária enquanto ações intergeracionais que estimulem o conhecimento do cumprimento da medida socioeducativa do adolescente pelos familiares, com a finalidade de fortalecer o respeito entre os membros da família;

III - Profissionalização, escolarização e encaminhamento a programas de transferência de renda, nos casos em que a ação seja necessária.

Art. 3º. O repasse financeiro aos municípios participantes da modalidade AFAI será realizado do Fundo Estadual para o Fundo Municipal da Infância em valor proporcional ao número de internações de cada município, em conformidade com o estabelecido na tabela apresentada no Art. 7º.

Parágrafo único O repasse financeiro será realizado em parcela única, de acordo com o enquadramento do município nos tetos de referência estabelecidos, por número de internações no ano de 2017.

Art. 4º. Dentro do prazo de noventa dias, contados da data da publicação desta Deliberação, os cem municípios indicados no seu art. 6º deverão enviar o termo de adesão (Anexo I), acompanhado do plano de ação e demais documentos.

Parágrafo único: As vagas que permanecerem abertas serão destinadas aos municípios indicados no Anexo III desta Deliberação, segundo a ordem de classificação, conforme nova deliberação.

II - DOS PROCEDIMENTOS

Art. 5º. Para a realização do repasse Fundo a Fundo os municípios abrangidos pela modalidade AFAI deverão, com base no art. 4º do Decreto nº 10.455/2014, assinar o Termo de Adesão e apresentar o Plano de Ação pelo qual as ações serão planejadas, conforme o Anexo II desta Deliberação.

Parágrafo Único. No Plano de Ação, o (a) prefeito (a) e o (a) Secretário (a) da Política da Criança e do Adolescente ou Congênere deverão apresentar informações, documentalmente comprovadas, a respeito:

I – da Lei de Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

II – do efetivo funcionamento do (CMDCA) e de composição paritária entre governo e sociedade civil;

III – da existência de Fundo Municipal para Infância e Adolescência, com orientação e controle social do respectivo CMDCA;

IV - do Plano Municipal para a Infância e Adolescência, devidamente aprovado pelo CMDCA;

Art. 6º. Poderão apresentar propostas de ação a serem executadas com recursos do FIA, municípios dentre estes selecionados, de acordo com listagem abaixo ou comprovação de adolescente internado por medida socioeducativa em 2017, conforme disposto nos artigos 112 e 121 a 125 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Municípios	Escritórios Regionais	Nº de Internações 2017
Altônia	Umuarama	1
Ampére	Francisco Beltrão	1
Apucarana	Apucarana	14
Arapongas	Apucarana	6
Assaí	Londrina	1
Bandeirantes	Cornélio Procópio	2
Barbosa Ferraz	Campo Mourão	3
Bituruna	União da Vitória	1
Boa Vista da Aparecida	Cascavel	1
Bom Jesus do Sul	Francisco Beltrão	1
Borrazópolis	Ivaiporã	1
Cafezal do Sul	Umuarama	1
Cambará	Jacarezinho	2
Cambé	Londrina	9
Campina da Lagoa	Campo Mourão	3
Campo do Tenente	Curitiba	2
Campo Magro	Curitiba	6
Campo Mourão	Campo Mourão	20
Cantagalo	Guarapuava	1
Carambeí	Ponta Grossa	2
Cianorte	Cianorte	6
Colorado	Maringá	1
Cornélio Procópio	Cornélio Procópio	3
Cruzeiro do Oeste	Umuarama	2
Diamante do Sul	Laranjeiras do Sul	1
Diamante D'Oeste	Foz do Iguaçu	1
Faxinal	Ivaiporã	4
Flórida	Maringá	1
Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	176

Guaíra	Toledo	5
Guaraniaçu	Laranjeiras do Sul	1
Guarapuava	Guarapuava	20
Ibiporã	Londrina	5
Imbituva	Irati	1
Itapejara d'Oeste	Pato Branco	2
Ivaté	Umuarama	1
Jaboti	Jacarezinho	1
Jacarezinho	Jacarezinho	6
Jandaia do Sul	Apucarana	1
Jesuítas	Toledo	2
Jussara	Cianorte	1
Laranjal	Guarapuava	1
Laranjeiras do Sul	Laranjeiras do Sul	13
Loanda	Paranavaí	8
Luiziana	Campo Mourão	2
Mandaguari	Maringá	2
Mangueirinha	Pato Branco	1
Marechal Cândido Rondon	Foz do Iguaçu	11
Maria Helena	Umuarama	1
Mariluz	Umuarama	3
Maringá	Maringá	50
Matelândia	Cascavel	5
Medianeira	Foz do Iguaçu	5
Nova Aurora	Cascavel	1
Nova Cantu	Campo Mourão	1
Nova Olímpia	Umuarama	1
Nova Santa Bárbara	Cornélio Procópio	1
Ouro Verde do Oeste	Toledo	1
Paiçandu	Maringá	4
Palotina	Toledo	5
Paraíso do Norte	Paranavaí	1
Paranavaí	Paranavaí	27
Pato Branco	Pato Branco	12
Pinhais	Curitiba	9
Pinhão	Guarapuava	1
Ponta Grossa	Ponta Grossa	101
Porto Amazonas	Ponta Grossa	1
Porto Barreiro	Laranjeiras do Sul	2
Prudentópolis	Guarapuava	3
Quatro Barras	Curitiba	6
Rebouças	Irati	1
Ribeirão do Pinhal	Cornélio Procópio	1
Roncador	Campo Mourão	1
Santa Cecília do Pavão	Cornélio Procópio	1

Santa Cruz de Monte Castelo	Paranavaí	1
Santa Fé	Maringá	2
Santa Tereza do Oeste	Cascavel	2
Santa Terezinha de Itaipu	Foz do Iguaçu	25
Santo Inácio	Maringá	1
São Jerônimo da Serra	Cornélio Procópio	1
São João do Ivaí	Ivaiporã	2
São João do Triunfo	Ponta Grossa	1
São Miguel do Iguaçu	Foz do Iguaçu	2
São Pedro do Iguaçu	Toledo	1
Sarandi	Maringá	22
Sertaneja	Cornélio Procópio	1
Sertanópolis	Londrina	1
Tamarana	Londrina	3
Tapejara	Cianorte	4
Tapira	Umuarama	1
Teixeira Soares	Irati	1
Telêmaco Borba	Ponta Grossa	13
Terra Boa	Cianorte	2
Tibagi	Ponta Grossa	2
Tijucas do Sul	Curitiba	2
Tuneiras do Oeste	Cianorte	3
Ubiratã	Campo Mourão	1
União da Vitória	União da Vitória	5
Vera Cruz do Oeste	Cascavel	1
Vitorino	Pato Branco	1
100 Municípios	**22 ERs**	**703**

Fonte: Central de Vagas do DEASE, SEJU, 2017.

Art. 7º. Os municípios indicados na tabela apresentada no artigo anterior poderão acessar o recurso compatível com o número de internação no ano de 2017, conforme indicado abaixo.

Adolescentes Internados	Piso Total (execução em 36 meses)
De 01 a 05 adolescentes	R$ 36.000,00
De 06 a 10 adolescentes	R$ 60.000,00
De 11 a 15 adolescentes	R$ 84.000,00
De 16 a 20 adolescentes	R$ 108.000,00
De 21 a 25 adolescentes	R$ 132.000,00
De 26 a 30 adolescentes	R$ 156.000,00
De 31 a 35 adolescentes	R$ 180.000,00
De 36 a 40 adolescentes	R$ 204.000,00
De 41 a 45 adolescentes	R$ 228.000,00
De 46 a 50 adolescentes	R$ 252.000,00
De 51 a 55 adolescentes	R$ 276.000,00

De 56 a 60 adolescentes	R$ 300.000,00
De 61 a 65 adolescentes	R$ 324.000,00
De 66 a 70 adolescentes	R$ 348.000,00
Acima de 71 adolescentes	R$ 372.000,00

Art. 8º. No que se refere à adesão dos municípios, casos específicos serão analisados pelo CEDCA e em conformidade às seguintes diretrizes:

§1º Municípios com apenas uma família, cujo (s) adolescente (s) já estiverem desinternados no momento da adesão e tiver(em) mais de 21 (vinte e um) anos: não serão considerados elegíveis para acessar o recurso. Entende-se por momento da adesão aquele em que o plano de ação é aprovado pelo CMDCA.

§2º Municípios com uma família com adolescente internado em que, após aderirem ao AFAI a família mudou-se para outro município poderão utilizar o recurso para atender as famílias com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, e famílias com adolescentes em situação de violação de direitos (encaminhados pelo Conselho Tutelar, escolas, CRAS e CREAS).

§3º Os municípios elegíveis nesta Deliberação, elencados no Art. 6º, poderão enviar seus planos de ação e acessar o recurso do FIA mesmo quando o adolescente já estiver desinternado. Desde que não sejam excludentes pelo parágrafo 1º.

§4º Os municípios que tiveram o número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação aumentado ou diminuído, terão como base o teto já estabelecido nesta Deliberação, não havendo possibilidade de acessar outro teto de recurso.

Art. 9º. Os compromissos para participação do município são os seguintes:

I - Participar das capacitações promovidas pela SEDS e CEDCA/PR, relativas aos projetos apoiados;

II - Prestar informações sobre a proposta, sistematicamente e, sempre que solicitado, ao órgão gestor da política estadual SEDS e CEDCA/PR;

III- Possuir Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e/ou profissional de referência para o desenvolvimento das ações da modalidade AFAI.

IV - Incluir no projeto ou na ação local a denominação SEDS/CEDCA/PR em relatórios institucionais e em publicidades locais.

V - Adotar as providências necessárias para garantir a adoção do arranjo institucional e instrumentais de acompanhamento familiar previsto no Família Paranaense – inclusão da família via sistema, diagnóstico, plano de ação familiar, monitoramento e avaliação.

Art. 10. As transferências de recursos para os municípios, cujos planos foram devidamente aprovados pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente serão operacionalizadas mediante o repasse do Fundo Estadual da Infância e Adolescência para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Parágrafo Único. Os recursos serão depositados em conta do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, em banco oficial (Banco do Brasil).

III – DOS ITENS DE DESPESA

Art. 11. Os recursos solicitados **poderão** ser utilizados para cobertura dos itens de despesa abaixo relacionados:

I. Custeio

a) Material de consumo:

b) Serviço de terceiros:

Pessoa Jurídica

Pessoa Física

II. Investimento:

a) Equipamentos;

Parágrafo Único. Obras e ampliações e contratação de pessoal, **não** poderão ser realizadas com o referido recurso.

IV – DA EXECUÇÃO DO RECURSO

Art. 12. Nos casos em que os municípios identifiquem a necessidade de alteração do Plano de Ação após o recebimento do recurso, este deverá realizar a aprovação do novo Plano no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e encaminhar à SEDS a Resolução que comprove tal procedimento, conjuntamente ao novo Plano de Ação e ofício justificando a necessidade de modificação do projeto.

V – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 13. Em conformidade ao Decreto nº 10.455/2014, a prestação de contas dos recursos repassados à modalidade AFAI será realizada por intermédio do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução.

Parágrafo único – O Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução deverá ser encaminhado ao órgão gestor estadual a cada seis meses, a partir do início da execução do

projeto, após estar devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 14. A omissão na apresentação do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução impedirá o repasse de futuros recursos do FIA, que somente será restabelecido após a apresentação do mesmo, devidamente aprovado pelo CMDCA.

Art. 15. Nos casos em que o CMDCA aprovar parcialmente ou com ressalvas o Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, o documento deverá estar acompanhado de justificativa do respectivo Conselho para aprovação parcial, e de um Plano de Providências – Prestação de Contas/FIA do município, devidamente aprovado pelo Conselho, para que as ressalvas sejam resolvidas até a data de entrega do próximo Relatório.

§1º Caso as ressalvas não sejam sanadas, será instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial no município;

§2º Nos casos em que houver saldo superior a 30% (trinta por cento) (baixa execução), o Relatório deverá vir acompanhado de justificativa do município, bem como de aprovação do CMDCA.

Art. 16. Nos casos em que seja instaurada a Tomada de Contas Especial, o município não receberá o repasse do recurso do FIA e caso as ressalvas não sejam sanadas e sejam detectadas irregularidades, o município deverá devolver o recurso recebido, devidamente corrigido, ao FIA Estadual.

Art. 17. Fica o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) autorizado a substituir, a qualquer tempo, o Termo de Adesão à modalidade AFAI, o Plano de Ação do recurso e o Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, por um Sistema de informações específico para monitoramento, avaliação, acompanhamento e controle dos recursos repassados aos municípios.

Art. 18. Os casos omissos serão tratados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do adolescente (CEDCA), juntamente com a Secretaria Estadual, a qual a política dos direitos da criança e do adolescente está vinculada.

VI - DO MONITORAMENTO TÉCNICO DA AÇÃO

Art. 19. O monitoramento será realizado pelo Sistema de Informações do Programa Família Paranaense que prevê a identificação do Índice de Vulnerabilidade da Família (IVF), criado pelo IPARDES, como uma das formas de acompanhamento das ações ao longo da execução

da proposta. O índice das famílias será mensurado no início de execução como marco zero para estabelecer o parâmetro de avaliação. O monitoramento também será direcionado ao Plano de Ação das Famílias, devendo os mesmos possuir, ao término de dois anos de acompanhamento, no mínimo 60 % (sessenta por cento) das ações pactuadas realizadas. As ações do projeto também serão avaliadas semestralmente pelos CMDCA's e posterior envio do mesmo para acompanhamento do CEDCA com parecer do escritório regional desta Secretaria.

Art. 20. As famílias deverão ser acompanhadas durante o período de internação e após um ano da liberação da (o) adolescente do CENSE, por um período mínimo dois anos. O mesmo período é válido para os adolescentes em cumprimento de outras medidas socioeducativas. A partir da avaliação intersetorial decide-se sobre a permanência ou o desligamento da família no AFAI. O desligamento não implica na descontinuidade do atendimento desta família, pois ela poderá ser atendida por outros serviços, tais como: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e pelas outras políticas de proteção social, conforme às suas necessidades.

VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. A presente deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Curitiba, 08 de Dezembro de 2017.

Alann Barbosa Marques Caetano Bento

Presidente do Conselho Estadual

dos Direitos da Criança e do Adolescente

FUNDO ESTADUAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA
PLANO DE AÇÃO PARA COFINANCIAMENTO DO GOVERNO ESTADUAL
MODALIDADE AFAI

I. DADOS CADASTRAIS

1. ORGÃO PROPONENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Mandaguari
Nível de Gestão: Básica
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Praça dos Três Poderes, nº 500 - Centro
CEP: 86975-000
Telefone: (044) 3233-8400
Fax: (44) 3233-8462
E-mail: gabinete@mandaguari.pr.gov.br
Prefeito: Romualdo Batista

2. ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nome: Secretaria Municipal de Assistência Social
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 - Centro
CEP: 86975-000
Telefone: (044) 3233-3630
Fax: (044) 3233-2171
E-mail: Mandaguari.secsocial@gmail.com
Gestor: Gisele Maria Munhoz Knupp

3. FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Nome: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mandaguari
CNPJ (deve ser o do Fundo para Infância e Adolescência): 11.739.193/0001-13
Secretaria onde está vinculado: Secretaria Municipal de Assistência Social
Telefone: (044) 3233-3630
Ato de Criação: Lei nº 043/1990
Data Assinatura: 19/12/1990
Data Publicação: -

4.CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nome: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 - Centro
CEP: 86975-000
Secretária Executiva: Jéssica Geovana Castro Simões
Ato de Criação: Lei nº 3.001/2017
Data Assinatura: 05/12/2017
Data Publicação: 07/12/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI
Secretaria Municipal de Assistência Social

CONSELHEIROS DO CMDCA (DEVE SER PARITÁRIO):

Nº	Nome	CPF	Representação	Início do Mandato	Fim do Mandato
1.	**Neide M. de Jesus Marques Ferreira**	**054.601.008-36**	**Secr. Ass. Social**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Oriana Perin Nonose	079.039.519-39	Secr. Ass. Social	12/07/2017	12/07/2019
2.	**Maria de Lourdes Almeida Paes**	**026.496.129-32**	**Secr. Ass. Social**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Adriana Morganiça Gariani	810.794.009-15	Secr. Ass. Social	12/07/2017	12/07/2019
3.	**Adenise Batista Rodrigues**	**019.173.109-94**	**Secr. Educação**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Alcione dos Santos F. Moraes	006.627.919-40	Secr. Educação	12/07/2017	12/07/2019
4.	**Claudia Maria Ferrairo Rodelli**	**965.738.309-97**	**Secr. Saúde**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Deise Dayane Evangelista Vernillo	044.453.249-81	Secr. Saúde	12/07/2017	12/07/2019
5.	**Carlos Henrique Batista Bredariol**	**064.894.449-25**	**Secr. Planejamento**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Josias Gonçalves	557.559.719-72	Secr. Planejamento	12/07/2017	12/07/2019
6.	**Stael Maria de Oliveira**	**495.963.229-15**	**Procuradoria Jurídica**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Guilherme Augusto Lima Casta	057.830.729-40	Procuradoria Jurídica	12/07/2017	12/07/2019
7.	**Roberto Almeida do Nascimento**	**017.233.489-61**	**Sec. de Cultura, Esporte e Lazer**	**01/01/2018**	**01/01/2020**
	Ester Cristiane da Silva Escudeiro	006.829.949-44	Sec. de Cultura, Esporte e Lazer	01/01/2018	12/07/2020
8.	**Samantha Terra Fascio**	**083.448.119-70**	**Organização da Soc. Civil**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Tania Maria Gomes da Silva	674.376.726-34	Organização da Soc. Civil	12/07/2017	12/07/2019
9.	**Francielle Cristina Pedrancini**	**054.844.179-65**	**Organização da Soc. Civil**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Roselene Valentim P do Amaral	650.469.349-20	Organização da Soc. Civil	12/07/2017	12/07/2019
10.	**Edirene Maria Valério Monteiro**	**066.169.999-47**	**Organização da Soc. Civil**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Flavia Maria da Sila Teles	066.169.999-47	Organização da Soc. Civil	12/07/2017	12/07/2019
11.	**Eliane Queila Valdomiro**	**054.154.306-79**	**Organização da Soc. Civil**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Rosa Maria dos Santos	253.275.648-94	Organização da Soc. Civil	12/07/2017	12/07/2019
12.	**Maria Aparecida de Castro**	**031.224.239-52**	**Organização da Soc. Civil**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Lucilene da Silva Azevedo	924.684.119-00	Organização da Soc. Civil	12/07/2017	12/07/2019

13.	**Selma de Fátima Ferreira Bertolini**	**752.432.619-04**	**Assoc. de Pais, Professores e Servidores**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Fernanda Antonia Monteiro	073.733.449-50	Assoc. de Pais, Professores e Servidores	12/07/2017	12/07/2019
14.	**Luiz Roberto Inacio**	**604.372.609-25**	**Defesa e Garantia de Direitos**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Rosangela Pinheiro Vieira	023.972.329-52	Defesa e Garantia de Direitos	12/07/2017	12/07/2019

5. PLANO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Data da Aprovação do CMDCA: 12/12/2017
Data da Publicação: 14/12/2017

II. PROPOSTA DE ATENDIMENTO (META) 36 meses

EIXO PLANO DECENAL	Público	Previsão de Atendimento (Art. 6º)	Local a ser executado
Eixo II – Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade	Adolescentes	**22**	**CRESEM**
Eixo III – Direito à convivência familiar e comunitária	Adolescentes	**22**	**CRESEM**
Eixo V- Direito à profissionalização e à proteção no trabalho	Adolescentes	**22**	**CRESEM**

III. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO (Recurso de acordo com os arts. 6 e 7 da Deliberação)

PARCELA ÚNICA: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

IV. PREVISÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA

No que concerne às ações diretas junto aos adolescentes, os municípios deverão prever a garantia de acesso à profissionalização e escolarização, com o intuito de promover a efetiva inserção social. Além disso, deverá ser realizado acompanhamento intersetorial do adolescente quando efetuada sua desinternação.

EIXOS DE AÇÃO	Custeio	Investimento
Acompanhamento intersetorial da família para acesso a ações no âmbito educacional.	X	
Acompanhamento intersetorial da família para acesso a ações no âmbito da saúde.		
Acompanhamento intersetorial da família para acesso a ações no âmbito da assistência social.	X	
Acompanhamento intersetorial da família para acesso a ações de cultura, lazer e esporte.		
Acompanhamento intersetorial da família para acesso a ações de segurança alimentar.		
Acompanhamento intersetorial da família para acesso a ações que fomentam o exercício da cidadania, tais como: documentação civil, exames de DNA, entre outros.		
Serviços de Convivência Familiar e Comunitária (ações intergeracionais que estimulem o conhecimento do cumprimento da medida socioeducativa do adolescente pelos familiares, com a finalidade de fortalecer o respeito e a solidariedade entre os membros da família)	X	
Ações de profissionalização e encaminhamento a programas de transferência de renda, quando necessário.	X	

V. RESUMO EXECUTIVO

Item	Valor
1. Valor Total Modalidade AFAI:	**R$: 36.000,00**
2. Recursos próprios alocados no Fundo (Anual):	**R$: 1.407.140,20**
3. Outras fontes (Anual):	**R$: 0,00**
4. Total de recursos do Fundo Municipal para o exercício 2018/2019:	**R$: 1.443.140,20**

VI. PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL SOBRE O PLANO DE AÇÃO

1. PARECER

Após discutido foi aprovado o Plano de Ação e Termo de Adesão.

1.1 CONCLUSÃO DA ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO

Favorável (X)
Desfavorável ( )

1.2 DATA DA REUNIÃO: 26/02/2018.

VII. DECLARAÇÃO

Por meio deste instrumento, declaro a adesão ao repasse Fundo a Fundo e ratifico os demais compromissos do termo de adesão anteriormente assinado.
Declaro o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de composição paritária entre governo e sociedade civil.
Declaro a existência do Plano Municipal para Infância e Adolescência.
Declaro ainda sob as penas da lei, que as informações prestadas são a expressão da verdade.

ROMUALDO BATISTA
PREFEITO

GISELE MARIA MUNHOZ KNUPP
SECRETÁRIA GESTORA DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Mandaguari, 26 de fevereiro de 2018.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

TERMO DE ADESÃO

À MODALIDADE AFAI "*ATENÇÃO ÀS FAMÍLIAS DOS ADOLESCENTES INTERNADOS POR MEDIDA SOCIOEDUCATIVA*" DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

O Município de Mandaguari, neste ato representado pelo Prefeito Romualdo Batista, por reconhecer a necessidade **de propiciar o devido atendimento e acompanhamento às "famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa".**

Em conformidade com a Deliberação nº 095/2017 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (CEDCA/PR);

RESOLVE SUBSCREVER O PRESENTE TERMO DE ADESÃO À MODALIDADE "AFAI - *ATENÇÃO ÀS FAMÍLIAS DOS ADOLESCENTES INTERNADOS POR MEDIDA SOCIOEDUCATIVA*" DO PROGRAMA *FAMÍLIA PARANAENSE*, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Art. 1º O presente Termo de Adesão tem como objeto a adesão do Município ao AFAI - ATENÇÃO ÀS FAMÍLIAS DOS ADOLESCENTES INTERNADOS POR MEDIDA SOCIOEDUCATIVA, a fim de propiciar o devido atendimento e acompanhamento às "famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa".[1]

Parágrafo Único. O cofinanciamento deve prever ações municipais às famílias dos adolescentes em cumprimento de **medidas socioeducativas tanto de internação (prioritariamente), bem como às demais medidas** (semiliberdade, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida) por intermédio dos instrumentais de acompanhamento familiar previstos no Programa Família Paranaense.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

Art. 2º O MUNICÍPIO, quando da assinatura do Termo de Adesão, comprometer-se-á com as seguintes atribuições:

§ 1º Possuir Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS **e/ou** profissional de referência para o desenvolvimento das ações da modalidade AFAI.

§ 2º Preencher o plano de ação (Anexo II da Deliberação nº 095/2017) contemplando os seguintes eixos do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná:

I. direito à liberdade, ao respeito e à dignidade ;
II. direito à convivência familiar e comunitária ;
III. direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

§3º Adotar as providências necessárias para garantir a metodologia intersetorial de acompanhamento familiar prevista no Família Paranaense – inclusão da família via sistema, diagnóstico, plano de ação familiar, monitoramento e avaliação.

I. A meta de acompanhamento familiar a ser atingida pelo município em um período de 36 (trinta e seis) meses deverá estar em conformidade ao disposto no Artigo 6º da Deliberação nº 095/2017 CEDCA/PR.
II. Após dois anos de acompanhamento familiar, 60% (Sessenta por cento) das ações pactuadas no Sistema do Programa Família Paranaense deverão ter sido realizadas.
III. O monitoramento da modalidade nos municípios estará direcionado ao Plano de Ação das Famílias e será avaliado por intermédio das ações pactuadas e realizadas com as famílias.
IV. As ações da modalidade serão avaliadas semestralmente pelos CMDCA's e posterior envio do mesmo para acompanhamento do CEDCA com parecer do escritório regional desta Secretaria.

§4º Direcionar as ações municipais às famílias que são público-alvo da modalidade para os seguintes eixos:

I. acompanhamento intersetorial da família e do adolescente desinternado, para sua promoção nos eixos habitação, transporte, educação, saúde, assistência social, cultura, lazer e esporte, alimentação, profissionalização, acesso à documentação civil e empreendedorismo;

II. serviço de convivência familiar e comunitária enquanto ações intergeracionais que estimulem o conhecimento do cumprimento da medida socioeducativa do adolescente pelos familiares, com a finalidade de fortalecer o respeito entre os membros da família;

III. profissionalização, escolarização e encaminhamento a programas de transferência de renda, nos casos em que a ação seja necessária.

§5º Incluir no projeto ou na ação local a denominação SEDS/CEDCA/FIA/AFAI/DELIBERAÇAO 095/2017 em relatórios institucionais e em publicidades locais.

§6º Realizar a aprovação do novo Plano no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), nos casos em que os municípios identifiquem a necessidade de alteração do Plano de Ação após o recebimento do recurso, e encaminhar à SEDS a Resolução que comprove tal procedimento, conjuntamente ao novo Plano de Ação e ofício justificando a necessidade de modificação do projeto.

§7º Participar das capacitações promovidas pela SEDS e CEDCA/PR, relativas aos projetos apoiados.

§8º Prestar informações sobre o projeto, sistematicamente e, sempre que solicitado, ao órgão gestor da política estadual SEDS e CEDCA/PR.

§9º Prestar contas dos recursos repassados em conformidade ao Decreto 10.455/2014.

Parágrafo único. A prestação de contas dos recursos repassados à modalidade AFAI será realizada através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução. Este deverá ser encaminhado ao órgão gestor estadual a cada seis meses, a partir do início da execução do projeto, após estar devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTADO

Art. 3º A Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, quando da assinatura do Termo de Adesão, comprometer-se-á com as seguintes atribuições:

§1º Formalizar o repasse automático fundo a fundo com os municípios elencados na Deliberação 095/2017 - CEDCA/PR, desde que cumpridos todos os procedimentos legais por ambos os partícipes.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

§2º Realizar o assessoramento técnico necessário à execução da Modalidade.

§3º Realizar o monitoramento e acompanhamento das ações nos municípios e regionais.

§4º Prestar informações das decisões do CEDCA/PR quanto à execução municipal da modalidade.

§5º Prestar informações que subsidiem as ações do CEDCA/PR quanto ao monitoramento e à avaliação da modalidade.

§6º Fomentar, em parceria com o Departamento de Atendimento Socioeducativo da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (DEASE/SEJU), a integração entre os Centros de Socioeducação (CENSEs) e os municípios de residência dos adolescentes internados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4º As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste instrumento serão apreciadas e julgadas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR.

E por estar justo e acordado, firma-se o presente em duas vias de igual teor e forma.

Curitiba, _____ de _____ de 201___.

Romualdo Batista
Prefeito Municipal

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria da Família e Desenvolvimento Social



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANDAGUARI
CMDCA
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Fone/Fax:(0**44) 3233-2171
Email: mandaguari.secsocial@gmail.com CEP 86975-000 - Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Súmula: Aprovação do Plano de Ação e o Termo de Adesão referente a Deliberação Nº 095/2017 – CEDCA/PR do AFAI – Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 26 de fevereiro de 2018.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação e o Termo de Adesão referente a Deliberação Nº 095/2018 – CEDCA/PR, que discorre sobre o repasse de recursos fundo a fundo para a modalidade AFAI – Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa, para fomento de ações municipais às famílias dos adolescentes em cumprimentos de medidas socioeducativas tanto de internação bem como às demais medidas.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 26 de fevereiro de 2018.

Samantha T. Fascio

Samantha Terra Fascio
Presidente do CMDCA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
Site : www.sarandi.pr.go
Rua José Emiliano de Gusmão, 5
Fone/Fax: (44) 3035-0800 - Sara

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Contratação de empresa especializada para ministrar cur
sendo eles: técnicas de produção de chocolates para ovos
de panetones, prepara de pizza, elaboração de salgados
elaboração de doces, aplicação de papel de parede, pintura
manutenção veicular com ênfase em alinhamento e bal
instalação de som, automotivo, sistema de freios de veíc
suspensão e direção de veículos leves, modelagem indust
industrial para moda intima e praia, ajustes e reparo e
(costura) e costureiro sob medida,

CONTRATO Nº 050/2018

ORIGEM:	DISPENSA Nº 007/2018 – PMS
CONTRATANTE:	Município de Sarandi – Pr
CONTRATADA:	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZ/ SENAI.
CNPJ/CPF:	03.776.284/0005-24
OBJETO:	Contratação de empresa especializada profissionalizantes sendo eles: técni chocolates para ovos de páscoa, elab prepara de pizza, elaboração de salga em elaboração de doces, aplicação pintura decorativa, serviços de manu ênfase em alinhamento e balanc instalação de som, automotivo, sistema leves, sistema de suspensão e direçi modelagem industrial infantil, modeli moda intima e praia, ajustes e reparo e (costura) e costureiro sob medida,.
VALOR GLOBAL:	R$ 127.150,00 (cento e vinte e sete mil, reais)
VIGÊNCIA	De 20 de fevereiro de 2018 à 31 de dezer
ASSINATURA	20 de fevereiro de 2018

Walter Volpato
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANDAGUARI CMDCA
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Fone/Fax:(0**44) 3233-2171
Email: mandaguari.secsocial@gmail.com CEP 86975-000 - Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Súmula: Aprovação do Plano de Ação e o Termo de Adesão referente a Deliberação Nº 095/2017 – CEDCA/PR do AFAI – Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 26 de fevereiro de 2018.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação e o Termo de Adesão referente a Deliberação Nº 095/2018 – CEDCA/PR, que discorre sobre o repasse de recursos fundo a fundo para a modalidade AFAI – Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa, para fomento de ações municipais às famílias dos adolescentes em cumprimentos de medidas socioeducativas tanto de internação bem como às demais medidas.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 26 de fevereiro de 2018.

Samantha Terra Fascio
Presidente do CMDCA

Prefeitura Municipal de Nossa Senh
Praça Deputado Nilson Batista
Fone: (44) 3312-1150 – CEP-8
CNPJ - 76.970.300/0001-

PORTARIA Nº 35/2018

SUMULA - Nomear Professor como Substituto e
dias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHO
ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIB
SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

Art.1º - Nomear o Professor: ADEVANIR ZANE
RG: 3.328.502-7 SSP/PR,CPF: 529.534.599-8
Municipal Professora Francisca Sabino Ruiz.
drão, pelo período de 05 de fevereiro à 04 de
fundamento no Art. 20 § 1º da Lei Municipal nº
da dobra será correspondente ao vencimento b
classe em que o Professor se encontra.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de
2018, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa S
Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereir

FRANCISCO ORIVAL MARATTA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº.16/2018-PMMM

1) MENOR PREÇO POR LOTE;
2) OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER A PREFEITURA AS ESCOLAS A UNIDADE DE SAÚDE DE PRONTO ATENDIMENTO E DEMAIS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITO NO EDITAL E ANEXOS;
3) DATA E HORÁRIO: DIA 12/03/2018 ÀS 08H;
4) LOCAL: RUA DOMINGOS RICARDO DE LIMA, 174, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE MUNHOZ DE MELLO, ESTADO DO PARANÁ;
5) INFORMAÇÕES: O EDITAL E SEUS ANEXOS ESTÃO A DISPOSIÇÃO NA RUA DOMINGOS RICARDO DE LIMA, 174, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE MUNHOZ DE MELLO, ESTADO DO PARANÁ, TELEFONE (44) 3258-1122 E NO SITE **www.munhozdemello.pr.gov.br**

MUNHOZ DE MELLO, 26 DE FEVEREIRO DE 2018.

WAGNER CAPELASSI
PREGOEIRO

CEDCA-PR
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família e Desenvolvimento Social

DELIBERAÇÃO Nº 31/2017 – CEDCA/PR

Considerando o disposto no artigo 227 da Constituição da República, que estabelece como dever "da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e **à convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão"; (grifo nosso)

Considerando o contido na Lei nº 10.014/1992 que cria o Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR;

Considerando o Decreto nº 10.455/2014, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência (FIA) para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência, em atendimento a Lei Estadual nº 9.579 de 22 de março de 1991;

Considerando a Deliberação nº 094/2016 que estabelece o Plano de Ação 2017, destinando R$ 10.548.340,00 (dez milhões, quinhentos e quarenta e oito mil e trezentos e quarenta reais) para "Cofinanciar medidas de acolhimento institucional e familiar mediante o estabelecimento de critérios que qualificam o atendimento para municípios e entidades – Crescer em Família";

Considerando o contido no Eixo 3 do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, Objetivo 2: "Reordenar os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes", Ação 4: "Articular a rede de atendimento e estimular os órgãos responsáveis para a implantação e/ou ampliação dos programas de acolhimento familiar";

Considerando a Resolução nº 109/2009, que versa sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS e estabelece o serviço de acolhimento em **família acolhedora** como serviço competente da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, descrito como "Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem."

Considerando o disposto no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), no qual estão descritas as medidas protetivas passíveis de serem aplicadas às crianças, adolescentes e seus familiares, dentre elas aquela prevista no Inciso VIII, qual seja: inclusão em programas de acolhimento familiar;

Considerando que o § 7º do Inciso 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza que "O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido", devendo portanto os municípios viabilizarem a implementação de serviços de acolhimento em seu território;

Considerando a organização e as normativas das Políticas de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, as quais estabelecem a descentralização político-administrativa destas políticas públicas, com primazia da execução dos serviços nos territórios em que estão as demandas, ou o mais próximo possível destes e as atribuições da esfera estadual em apoiar e cofinanciar aos municípios e instituições que compõem a rede de serviços;

Considerando o contido na Resolução Conjunta nº 001/2009 – CONANDA/CNAS, que estabelece as "Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes", requerendo que os serviços existentes nesta área adequem-se aos preceitos destas normativas;

Considerando o contido no Artigo 92, § 5º, do Estatuto da Criança e do Adolescente: "As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional somente poderão receber recursos públicos se comprovado o atendimento dos princípios, exigências e finalidade desta lei";

Considerando a Resolução nº 23/2013 – CNAS que estabelece o Reordenamento de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até 21 (vinte e um) Anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal e expansão do cofinanciamento para a realização destas ações de reordenamento mediante apresentação de Plano Municipal de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) Anos, estabelecendo como um dos eixos deste reordenamento a reorganização e gestão da rede de serviços, incluindo-se a implantação de novos serviços de acolhimento;

Considerando que todos os municípios da federação terão que apresentar o seu Plano Municipal de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) Anos e executar as ações de adequação da sua rede até o final do ano de 2017;

Considerando que o aporte financeiro pelo FIA Estadual tem caráter complementar de apoio à adequação dos serviços de acolhimento às Orientações Técnicas (CONANDA/CNAS), e não de manutenção dos serviços de caráter continuado;

Considerando que o serviço de acolhimento familiar oferece inúmeras vantagens aos acolhidos, visto que oferta a possibilidade de convívio em ambiente familiar e atendimento individualizado, evitando a rotina

institucional que pela própria natureza do serviço despessoaliza o atendimento, além do menor custo para execução face a não se tratar de serviço de atendimento ininterrupto, requerendo menor número de colaboradores para execução;

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, reunido ordinariamente em 19 de maio de 2017, deliberou

I - DO OBJETO

Art. 1º Prestar incentivo financeiro, pelo **Programa Crescer em Família**, para fomento à implantação e implementação de novos serviços de ACOLHIMENTO FAMILIAR no Estado do Paraná e fortalecimento dos já existentes, desde que atendam aos critérios desta deliberação.

Parágrafo único: Os recursos serão repassados do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FMIA, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deliberar acerca destes recursos, sendo seu uso exclusivo para a implementação de novos serviços de acolhimento familiar e cofinanciamento dos serviços de acolhimento familiar já existentes.

II - DOS RECURSOS

Art. 2º Os recursos para suprir as ações desta deliberação são oriundos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR, provenientes do Plano de Ação 2017 (Deliberação nº 094/2016), totalizando até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) destinados exclusivamente ao fortalecimento dos serviços de acolhimento familiar existentes e implementação de novos serviços desta modalidade, conforme o Plano de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) Anos de cada município.

Art. 3º O valor máximo que poderá ser acessado é de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por município, por um total de até **cem** municípios.

III – DAS CONDIÇÕES PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE À ADESÃO

Art. 4º Os municípios elegíveis que atendam aos requisitos do Art. 5º desta deliberação e que cumpram aos demais critérios, poderão manifestar o interesse na adesão ao Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar, até a data de **30/10/2017**.

Art. 5º Poderão manifestar o interesse na adesão à presente deliberação aqueles municípios que possuam serviços de acolhimento familiar ou que pretendam implantar e implementar serviço de acolhimento familiar e que cumpram aos seguintes requisitos:

I – ter acolhido em serviços da rede socioassistencial local ou regional ao menos **três** crianças e/ou

adolescentes no ano de 2016, comprovadas pela apresentação das guias de acolhimento ou da decisão judicial pela aplicação das medidas protetivas previstas nos Incisos VII ou VIII do Artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II – possuir Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, instituído por lei e em regular funcionamento;

III - possuir Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA Municipal;

IV - possuir Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – PMDCA, devidamente aprovado pelo CMDCA, contendo a previsão de ações estratégicas referentes ao acolhimento de crianças e adolescentes, incluindo as ações de implementação de novos serviços;

V - possuir Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) anos (atualizado), aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no qual contenha o diagnóstico, as matrizes de planejamento e de monitoramento do reordenamento dos serviços de acolhimento existentes no território do município, com a previsão da implantação do serviço de acolhimento familiar;

VI - comprovar a aprovação da adesão pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, demonstrada através de deliberação ou resolução do CMDCA publicada na imprensa oficial.

Art. 6º Os documentos comprobatórios, conforme descrito no Anexo IV, deverão ser protocolados nos Escritórios Regionais da SEDS, respeitando a região a qual pertence o município, conforme tabela de endereços no Anexo III.

Art. 7º A entrega da documentação do município interessado em participar desta deliberação dar-se-á por meio de entrega **presencial** de todos os itens elencados no Anexo IV da presente deliberação.

IV – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Art. 8º Se o número de municípios que manifestarem interesse na adesão for superior a cem, aplicar-se-ão os seguintes critérios de desempate, na ordem em que se apresentam:

I – não possuir nenhum serviço de acolhimento no território do município (institucional ou familiar);

II – não possuir serviço de acolhimento familiar no município (possui somente institucional);

III - maior demanda, aferida pelo número de acolhidos no ano de 2016;

IV – maior percentual de população na faixa etária entre zero e dezoito anos, conforme projeções do IBGE;

Artigo 9º O ranqueamento, conforme critérios acima, somente será processado caso haja um interesse maior do que o número de municípios que podem ser contemplados por meio desta deliberação, conforme o Art. 4º desta deliberação.

Artigo 10. Após a manifestação de interesse dos municípios, a equipe da SEDS conferirá o cumprimento

dos requisitos previstos no Artigo 5º desta deliberação e apresentará ao CEDCA/PR, até a reunião plenária do mês de novembro/2017, o qual aprovará a lista dos municípios habilitados, inabilitados e em lista de espera.

Artigo 11. Após a aprovação pelo CEDCA/PR, será publicada por meio de deliberação a lista dos municípios habilitados à adesão e as respectivas datas para assinatura do Termo de Adesão e preenchimento do Plano de Ação.

V – DA ADESÃO E DO PLANO DE AÇÃO

Artigo 12. Os municípios contemplados com este incentivo farão a adesão aos respectivos recursos por meio da assinatura do Termo de Adesão constante no Anexo I, sendo que o recurso deverá ser destinado à implementação de novos serviços de acolhimento familiar ou para o fortalecimentos dos serviços de família acolhedora já existentes.

Artigo 13. As transferências dos recursos para os municípios contemplados serão operacionalizadas na forma de transferência fundo a fundo, mediante a assinatura do Termo de Adesão constante no Anexo I e preenchimento do Plano de Ação constante no Anexo II, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Parágrafo Único. Os recursos serão depositados em conta específica, no Banco do Brasil, em parcela única.

Artigo 14. O Plano de Ação deverá ser preenchido de acordo com as ações planejadas pelo município no Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) Anos referentes aos serviços de acolhimento familiar existentes ou à implementação de novos serviços desta modalidade, devendo observar o contido nas normativas vigentes, especialmente a Resolução Conjunta nº 001/2009 – CNAS/CONANDA – Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes.

Artigo 15. A aplicação dos recursos do Plano de Ação para a aplicação na modalidade de Acolhimento Familiar (Família Acolhedora) deverá observar:

I – a existência de regulamentação legal do programa de Acolhimento Familiar via lei municipal;

II - os recursos do Plano de Ação poderão ser aplicados nas bolsas-auxílio devidas às famílias acolhedoras, mas também poderão servir para melhorar as condições de atendimento do serviço com aplicação em investimento e custeio, à exceção de obras.

Artigo 16. Os recursos solicitados no Plano de Ação poderão ser utilizados para os itens de despesa abaixo relacionados:

I – custeio:

a) Custeio – Material de consumo;

b) Custeio – Serviço de terceiros Pessoa Jurídica e Pessoa Física;

c) Custeio – Pagamento de Bolsa-Auxílio para as famílias acolhedoras;

II – investimento:

a) Investimento - Equipamentos;

b) Investimento – Mobiliário;

c) Investimento – Aquisição de veículo para transporte dos acolhidos em atividades e uso da equipe técnica;

§ 1º O pagamento de pessoal somente será permitido nos casos em que a legislação vigente expressamente assim o permitir, sendo vedado o pagamento de pessoal do quadro próprio do município.

§ 2º Os recursos deverão ser aplicados EXCLUSIVAMENTE para o serviço de acolhimento familiar.

§ 3º Os recursos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de manutenção cotidiana dos serviços, como material de limpeza, pagamento de pessoal de área administrativa, coordenação, limpeza e cozinha/copa. Não serão permitidas aquisições ou contratações de serviços que envolvam conservação e manutenção patrimonial, como copa, limpeza, segurança, monitoramento eletrônico, sistema de câmera, dentre outros.

Artigo 17. Não serão liberados recursos para realização de construções, reformas, pequenos reparos ou ampliações.

Artigo 18. O Plano de Ação deverá ter a sua execução prevista para um prazo de dezoito meses, podendo ser reprogramado eventual saldo de recurso para mais doze meses.

§ 1º Os recursos que eventualmente não forem executados ao final de trinta meses após o repasse, deverão ser devolvidos ao FIA Estadual.

§ 2º Quaisquer saldos provenientes desta deliberação serão direcionados para a mesma linha de ação (Programa Crescer em Família).

Artigo 19. Os recursos referentes aos repasses do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar, poderão ser aplicados apenas para o atendimento de pessoas na **faixa etária entre zero e dezoito anos incompletos (crianças e adolescentes)**.

VI – DA ANÁLISE, PARECER E APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Artigo 20. O Plano de Ação deverá ser aprovado pelo CMDCA antes do protocolo junto aos Escritórios Regionais da SEDS, o qual deverá ser assinado pelo gestor municipal da política de assistência social e acompanhado da Resolução e/ou Deliberação do CMDCA que aprova o plano.

Artigo 21. Aos Escritórios Regionais da SEDS competirá conferir as documentações apresentadas pelo município, se o valor total solicitado está de acordo com esta deliberação e com o Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescente e Jovens até 21 (vinte e um) Anos e ratificar por meio de informação técnica a aprovação do Plano de Ação, conforme os critérios desta deliberação.

Artigo 22. O Plano de Ação, o Termo de Adesão e demais documentos deverão ser protocolados por meio do Sistema Integrado de Protocolo do Estado do Paraná, no Escritório Regional da SEDS, e encaminhados à Coordenação de Proteção Social Especial – CPSE/SEDS, a qual ratificará a informação do Escritório Regional e a documentação apresentada.

VII – DAS OBRIGAÇÕES

Artigo 23. São obrigações do município:

I – comprovar a criação do serviço de acolhimento familiar em lei municipal num prazo **de até doze meses** após a adesão ao incentivo do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar;
II – comprovar o registro do serviço de acolhimento familiar no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente num prazo de até **dezoito meses** após a adesão ao incentivo do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar;
III – comprovar existência de equipe mínima para execução do serviço e de estrutura adequada, na forma da legislação vigente (vide Anexo V), **até dezoito meses** após a adesão ao incentivo do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar;
IV – zelar pela qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar efetividade pedagógica e social;
V – executar o serviço de forma a atender integralmente ao contido na Resolução Conjunta nº 001/2009 – CNAS e CONANDA - "Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes";
VI - atender toda a demanda existente no município e, quando possível,da comarca a que pertence, sem distinção de público, incluindo crianças e adolescentes com deficiências, associadas ou não a transtornos mentais ou quaisquer outras demandas específicas, conforme previsto na Resolução Conjunta nº 001/2009 – CNAS e CONANDA - "Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes" e na Resolução nº 109/2009 – CNAS – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
VII - utilizar os recursos de forma eficiente, observando os valores e categorias econômicas das despesas elencados no Plano de Ação (custeio e/ou investimento).
VIII - encaminhar ao Escritório Regional de referência os relatórios indispensáveis ao acompanhamento e à

avaliação das ações, bem como da aplicação dos recursos do Plano de Ação, mediante instrumentos que serão disponibilizados pela SEDS e CEDCA/PR.

IX - garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades, conforme previsto na Resolução Conjunta nº 001/2009 – CNAS e CONANDA - "Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes" e nas Resoluções nº 269/2006 e 001/2009 – CNAS, NOB/RH-SUAS;

X - arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como, ônus tributários ou extraordinários decorrentes das atividades desenvolvidas para execução das ações;

XI - efetuar os pagamentos aos contratados, após a efetiva realização das ações;

XII - fornecer ao CEDCA e aos Escritórios Regionais da SEDS, sempre que solicitadas, quaisquer informações relativas às ações desenvolvidas, incluindo-se instrumentais em meio físico, eletrônico ou sistemas de monitoramento que venham a ser criados.

Parágrafo Único. O não cumprimento de quaisquer elencados neste Artigo poderão acarretar a devolução dos recursos recebidos, especialmente no que se refere ao cumprimento dos prazos previstos nos Incisos I, II e III.

VIII – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 24. Em conformidade ao Decreto 10.455/2014, a prestação de contas dos recursos repassados por meio do repasse fundo a fundo será realizada através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução.

Parágrafo único. O Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução deverá ser encaminhado ao órgão gestor estadual ao final dos primeiros doze meses a contar da data do repasse do recurso, e posteriormente a cada seis meses, após estar devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Artigo 25. A omissão na apresentação do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução impedirá o repasse de futuros recursos do FIA Estadual, que somente será restabelecido após a apresentação do mesmo, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Artigo 26. Nos casos em que o CMDCA aprovar parcialmente ou com ressalvas o Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, o documento deverá estar acompanhado de justificativa do respectivo Conselho para aprovação parcial, e de um Plano de Providências – Prestação de Contas/FIA do município, devidamente aprovado pelo Conselho, para que as ressalvas sejam resolvidas até a data de entrega do

próximo Relatório.

§ 1º Caso as ressalvas não sejam sanadas, será instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial no município.

§ 2º Na prestação de contas anual (primeira prestação) e semestral (demais prestações), nos casos em que houver saldo superior a 30% (trinta por cento) do valor repassado, o Relatório deverá estar acompanhado de justificativa do município, bem como de aprovação do CMDCA.

Artigo 27. Nos casos em que seja instaurada a Tomada de Contas Especial, o município não receberá novos repasses do recurso do FIA e caso as ressalvas não sejam sanadas e sejam detectadas irregularidades, o município deverá devolver o recurso integral recebido, devidamente corrigido, ao FIA Estadual.

Artigo 28. Fica o Órgão Gestor Estadual autorizado a substituir, a qualquer tempo, o Termo de Adesão ao Programa Crescer em Família, o Plano de Ação do recurso e o Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, por um Sistema de informações específico para monitoramento, avaliação, acompanhamento e controle dos recursos repassados aos municípios.

IX – DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Artigo 29. A fiscalização e o monitoramento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes é uma responsabilidade compartilhada, com a participação do Município, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal da Assistência Social, Comissão Municipal de Convivência Familiar e Comunitária (onde houver), Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar e dos Escritórios Regionais da SEDS.

Artigo 30. Os Escritórios Regionais da SEDS, além de avaliarem os relatórios de prestação de contas, realizarão acompanhamento qualitativo e quantitativo do processo, com visitas e agenda de reuniões, podendo solicitar a qualquer tempo informações e documentos visando a garantir o cumprimento integral da presente deliberação e das obrigações previstas no Termo de Adesão.

Parágrafo único. Serão utilizados instrumentais de avaliação e monitoramento padronizados pela SEDS que deverão ser apresentados ao CEDCA/PR com regularidade semestral.

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31. Os Escritórios Regionais da SEDS, conforme contatos publicados no Anexo III, serão

responsáveis por dirimir as dúvidas dos municípios e prestar orientações quanto ao conteúdo da presente deliberação e elaboração do Plano de Ação.

Artigo 32. Incorporar-se-ão a esta deliberação, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações, relativos a este, que vierem a ser divulgados no endereço: www.cedca.pr.gov.br.

Artigo 33. Os municípios assumem todos os custos relativos à preparação e apresentação de seu Plano de Ação, e o Estado do Paraná, por intermédio da SEDS, ou o CEDCA/PR, não serão em nenhum caso responsáveis por esses custos.

Artigo 34. Os municípios são responsáveis legais pela veracidade das informações e dos documentos apresentados.

Artigo 35. Os casos omissos nesta deliberação serão resolvidos pelo CEDCA/PR.

Artigo 36. A presente deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 19 de maio de 2017.

Débora Cristina dos Reis Costa
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

ANEXO I

Termo de Adesão
Programa Crescer em Família

Termo que firma a Secretaria de Assistência Social ou órgão gestor da assistência social do Município

Plano de Ação

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS
FUNDO ESTADUAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA
PLANO DE AÇÃO PARA INCENTIVO AO
PROGRAMA CRESCER EM FAMÍLIA – ACOLHIMENTO FAMILIAR

I. DADOS CADASTRAIS

1. ORGÃO PROPONENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Mandaguari
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Praça Três Poderes, nº 500 – Centro
CEP: 86975-000
Telefone: (44) 3233-8400
Fax: (44) 3233-8462
E-mail: gabinete@mandaguari.pr.gov.br
Prefeito: Romualdo Batista

2. ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: Secretaria Municipal de Assistência Social
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 – Centro
CEP: 86975-000
Telefone: (44) 3233-3630
Fax: (44) 3233-2171
E-mail: mandaguari.secsocial@gmail.com
Gestor: Gisele Maria Munhoz Knupp

3. FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Nome: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mandaguari
CNPJ (tem que ser próprio do Fundo para Infância e Adolescência): 11.739.193/0001-13
Secretaria onde está vinculado: Secretaria Municipal de Assistência Social
Telefone: (44) 3233-3630
Ato de Criação: Lei nº 043/1990
Data Assinatura: 19/12/1990
Data Publicação: -

4. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nome: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 – Centro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI
Secretaria Municipal de Assistência Social

CEP: 86975-000

Secretário (a) Executivo (a): Marlene Neves Gonçalves
Ato de Criação: Lei nº 2.485/2014
Data Assinatura: 12/05/2014
Data Publicação: 14/05/2014

CONSELHEIROS DO CMDCA (DEVE SER PARITÁRIO):

Nº	Nome	CPF	Representação	Inicio do Mandato	Fim do Mandato
1.	**Neide M. de Jesus Marques Ferreira**	**054.601.008-36**	**Secr. Ass. Social**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Oriana Perin Nonose	079.039.519-39	Secr. Ass. Social	12/07/2017	12/07/2019
2.	**Maria de Lourdes Almeida Paes**	**026.496.129-32**	**Secr. Ass. Social**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Adriana Morganiça Gariani	810.794.009-15	Secr. Ass. Social	12/07/2017	12/07/2019
3.	**Adenise Batista Rodrigues**	**019.173.109-94**	**Secr. Educação**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Alcione dos Santos F. Moraes	006.627.919-40	Secr. Educação	12/07/2017	12/07/2019
4.	**Claudia Maria Ferrairo Rodelli**	**965.738.309-97**	**Secr. Saúde**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Deise Dayane Evangelista Vernillo	044.453.249-81	Secr. Saúde	12/07/2017	12/07/2019
5.	**Carlos Henrique Batista Bredariol**	**064.894.449-25**	**Secr. Planejamento**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Josias Gonçalves	557.559.719-72	Secr. Planejamento	12/07/2017	12/07/2019
6.	**Stael Maria de Oliveira**	**495.963.229-15**	**Procuradoria Jurídica**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Guilherme Augusto Lima Casta	057.830.729-40	Procuradoria Jurídica	12/07/2017	12/07/2019
7.	**Alfredo Mauro dos Santos**	**505.578.669-87**	**Núcleo Regional Estadual**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Maria Elisabete da S. Peres Henrique	397.138.149-91	Núcleo Regional Estadual	12/07/2017	12/07/2019
8.	**Samantha Terra Fascio**	**083.448.119-70**	**Organização da Soc. Civil**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Tania Maria Gomes da Silva	674.376.726-34	Organização da Soc. Civil	12/07/2017	12/07/2019
9.	**Francielle Cristina Pedrancini**	**054.844.179-65**	**Organização da Soc. Civil**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Roselene Valentim P do Amaral	650.469.349-20	Organização da Soc. Civil	12/07/2017	12/07/2019
10.	**Edirene Maria Valério Monteiro**	**066.169.999-47**	**Organização da Soc. Civil**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Flavia Maria da Sila Teles	066.169.999-47	Organização da Soc. Civil	12/07/2017	12/07/2019
11.	**Eliane Queila Valdomiro**	**054.154.306-79**	**Organização da Soc. Civil**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Rosa Maria dos Santos	253.275.648-94	Organização da Soc. Civil	12/07/2017	12/07/2019

12.	**Maria Aparecida de Castro**	**031.224.239-52**	**Organização da Soc. Civil**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Lucilene da Silva Azevedo	924.684.119-00	Organização da Soc. Civil	12/07/2017	12/07/2019
13.	**Selma de Fátima Ferreira Bertolini**	**752.432.619-04**	**Assoc. de Pais, Professores e Servidores**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Fernanda Antonia Monteiro	073.733.449-50	Assoc. de Pais, Professores e Servidores	12/07/2017	12/07/2019
14.	**Luiz Roberto Inacio**	**604.372.609-25**	**Defesa e Garantia de Direitos**	**12/07/2017**	**12/07/2019**
	Rosangela Pinheiro Vieira	023.972.329-52	Defesa e Garantia de Direitos	12/07/2017	12/07/2019

5. PLANO MUNICIPAL DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Data da Aprovação do CMDCA: 05/12/2016
Data da Publicação: 06/12/2016

6. PLANO MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS ATÉ 21 ANOS.

Data da Aprovação do CMAS: 09 e 10/10/14
Data da Publicação: 11/10/14

II. REDE DE ATENDIMENTO (DESCREVER, PARA CONHECIMENTO DO CEDCA/PR, A REDE MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS ATÉ 21 ANOS)

Nome do Serviço/Instituição	Vinculação		Tipo de Serviço			Capacidade Instalada
	Gov	Não Gov	Casa Lar	Abrigo	Família Acolhedora	
Centro de Atendimento a Criança e ao Adolescente – CECAF		X		X		20

III. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO

R$ 50.000,00

IV. PREVISÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA

O município deverá marcar um X na rubrica orçamentária referente ao tipo despesas que pretende executar:

Custeio	X
Investimento	X
Pessoal (vedado para pagamento de quadro próprio)	X

V. RESUMO EXECUTIVO

1. Valor Total Repasse Incentivo Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar: R$ 50.000,00
2. Recursos próprios a serem alocados no Fundo (Anual - 2017): R$ 0,00
3. Outras fontes (Anual - 2017): R$ 153.540,00
4. Total de recursos do Fundo Municipal para o exercício 2017: R$ 203.540,00

VI. PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL SOBRE O PLANO DE AÇÃO (ENVIAR EM ANEXO CÓPIA DA ATA PUBLICADA E DA RESOLUÇÃO/DELIBERAÇÃO DO CMDCA)

1. PARECER (Redigir o parecer do CMDCA, conforme consta em ata)

Após discussão foi aprovado o Plano de Ação e o Termo de Adesão.

1.1 CONCLUSÃO DA ANALISE DO PLANO DE AÇÃO

Favorável (x)

Desfavorável ( )

1.2 Data da Reunião: 23/11/2017

VII. DECLARAÇÃO

Por meio deste instrumento, declaro a adesão ao repasse Fundo a Fundo e ratifico os demais compromissos do termo de adesão anteriormente assinado.

Declaro o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de composição paritária entre governo e sociedade civil.

Declaro a existência do Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Plano Municipal de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 (vinte e um) Anos.

Declaro ainda sob as penas da lei, que as informações prestadas são a expressão da verdade.

Romualdo Batista
Prefeito

Gisele Maria Munhoz Knupp
Secretária Municipal de Assistência Social

Mandaguari, 23 de novembro de 2017.

CEDCA-PR
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família e Desenvolvimento Social

Termo de Adesão

Programa Crescer em Família

Termo que firma a Secretaria de Assistência Social ou órgão gestor da assistência social do Município de Mandaguari, neste ato representado pelo Prefeito Romualdo Batista e pela Secretária de Assistência Social ou congênere Gisele Maria Munhoz Knupp, com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao incentivo do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar, com recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR, destinado ao fortalecimento e incentivo à implementação de serviços de acolhimento familiar.

Em conformidade com a Deliberação nº 031/2017 do Conselho Estadual para os Direitos da Criança e do Adolescente, resolvem subscrever o presente Termo de Adesão ao incentivo do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem como objeto a adesão do Município **Mandaguari ao incentivo do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar,** destinado exclusivamente ao fortalecimento dos serviços de acolhimento familiar existentes e fomento à implementação de novos serviços de acolhimento familiar, **a ser repassado pelo Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR.**

Parágrafo Único. Os Serviços de Acolhimento Familiar para Crianças e Adolescentes, referidos no presente Termo, são aqueles ofertados por meio de programas de família acolhedora, os quais de acordo com a Resolução nº 109/2009 do CNAS (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS), integram os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS.

CLÁUSULA SEGUNDA – ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO/SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

I. Comprovar, num prazo de até **doze meses** após a assinatura deste Termo de Adesão, a criação

do serviço de acolhimento familiar em lei municipal;

II. Comprovar, num prazo de até **dezoito meses** após a assinatura deste Termo de Adesão, ao registro do serviço de acolhimento familiar no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III. Comprovar, num prazo de até **dezoito meses** após a assinatura deste Termo de Adesão, a existência da equipe de referência e da estrutura mínima necessária para a execução do serviço de acolhimento familiar, na forma prevista na Resolução Conjunta nº 001/2009 – Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes.

IV. Executar os recursos na forma prevista no Plano de Ação apresentado em decorrência da Deliberação nº 031/2017 do CEDCA/PR, promovendo o fortalecimento e/ou a implementação de serviços de acolhimento familiar;

V. Comprovar, semestralmente, o número de atendimentos efetivamente realizados nos serviços de acolhimento familiar. A ausência desta informação poderá acarretar suspensão, bloqueio ou até mesmo a devolução parcial ou total do recurso, conforme regras a serem definidas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e devidamente divulgadas aos municípios que aderiram ao incetivo do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar.

VI. Executar as ações com o recurso repassado de acordo com o disposto na Deliberação nº 031/2017 – CEDCA.

VII. Realizar os trâmites necessários para a transferência dos recursos, na forma da legislação vigente, às Organizações da Sociedade Civil - OSC referenciadas na política de assistência social, com local de execução no território do município, que executem os serviços de acolhimento familiar, caso este repasse seja deliberado pelo CMDCA.

VIII. Implementar o Plano Municipal de Acolhimento, com ações, prazos e metas de reordenamento dos serviços, de modo que, até o final do ano de 2017, a rede de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes esteja adequada à demanda existente e todos os serviços de acolhimento para esse público estejam funcionando de acordo com as normativas e legislações vigentes.

IX. Garantir a articulação entre os serviços de acolhimento, os demais serviços socioassistenciais, as diversas políticas públicas e os demais órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, cujas estratégias devem estar contidas no Plano de Acolhimento com a pactuação de fluxos de encaminhamentos necessários para a promoção do acesso aos direitos das crianças e adolescentes acolhidos e das suas famílias, fortalecendo a

gestão e a organização da rede de proteção social e defesa de direitos no território, de forma a garantir a excepcionalidade da medida de acolhimento e que, salvo exceções previstas em lei, nenhuma criança ou adolescente permaneça mais de dois anos em acolhimento, seja ele institucional ou familiar, conforme determina a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

X. Implementar fluxo contínuo de trabalho de forma articulada com os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e/ou com os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, assegurando o acompanhamento das famílias das crianças e adolescentes acolhidos, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI ou do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, por todo o período do acolhimento e por pelo menos por seis meses após a possível reintegração familiar da criança e do adolescente.

XI. Cumprir os prazos e as ações pactuadas no Plano de Acolhimento e, no caso de descumprimento, apresentar à SEDS justificativa para reprogramação de metas/ações/prazos.

XII. Realizar a gestão dos encaminhamentos para os serviços de acolhimento em diálogo com o sistema de justiça.

XIII. Assegurar adequada composição de equipe para o funcionamento do serviço de acolhimento familiar, conforme quantidades/proporções, formação e carga horária definidas pelas Resoluções Conjunta nº 01/2009 – CNAS/CNAS (Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes) e nº 269/2006 e nº 001/2007 – CNAS (NOB-RH/SUAS).

XIV. Ofertar capacitação/formação permanente às equipes dos serviços, bem como propiciar a participação destes nas capacitações e cursos ofertados pelo Governo do Estado do Paraná.

XV Adequar a infraestrutura física e cumprir, necessariamente, as referências de capacidade de atendimento dispostas na Resolução nº 109/2009 – CNAS, e no documento "Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes", aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01/2009.

XVI. Assegurar que a oferta do serviço de acolhimento seja pautada em eixos norteadores da ética e respeito à dignidade e não discriminação; equipe especializada e atendimento com qualidade; acesso a direitos; trabalho em rede e com as famílias; relação com a cidade e com a realidade do território; mobilização e participação social.

XVII. Garantir o atendimento de todas as crianças e adolescentes que forem demandadas ao serviço, incluindo aqueles com deficiências, associadas ou não a transtornos mentais e outras

especificidades, considerando a universalidade do atendimento, conforme preconizam as Resoluções nº 001/2009 – CNAS/CONANDA e nº 109/2009 – CNAS.

XVIII. Orientar e encaminhar as famílias das crianças e adolescentes para inclusão ou atualização dos seus dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, quando identificada necessidade.

XIX. Articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas, especialmente com o Sistema de Garantia de Direitos, com vistas a assegurar o acesso das crianças e adolescentes aos serviços, projetos, programas e benefícios daqueles órgãos, visando à construção de novos projetos de vida e a reintegração às famílias de origem.

XX. Adotar estratégias que estimulem a participação das crianças e adolescentes, bem como suas famílias, no planejamento, monitoramento e avaliação do serviço.

XXI. Prestar informações sobre a execução do recurso, periodicamente e sempre que solicitado, ao gestor da política estadual – SEDS, aos Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos órgãos de Controle Externo, através de relatórios físicos ou preenchimento via sistemas que podem vir a ser disponibilizados pela SEDS.

XXII. Inserir os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no planejamento das ações estratégicas e orçamentárias do município (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Relatório de Execução Físico Financeiro e Sistemas de Informações desenvolvidos pela SEDS).

XXIII. Manter em funcionamento o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

XXIV. Realizar os trâmites necessários para execução do recurso no município, bem como aprovar a utilização dos recursos e a prestação de contas, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, entre outros procedimentos necessários para a correta implantação e execução do recurso.

XXV. Dar ciência ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do contido no Plano de Ação e Prestação de Contas aprovados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

XXVI. Prestar contas dos recursos repassados em conformidade ao Decreto nº 10455/2014, encaminhando Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, aprovado pelo CMDCA e com a ciência do CMAS, ao Escritório Regional da SEDS, conforme previsto na Deliberação nº 031/2017 – CEDCA, após doze meses do recebimento do recurso e posteriormente a cada 6

(seis) meses, sendo o primeiro doze meses após o repasse do recurso ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

XXVII. Incluir em todos os bens adquiridos, nos veículos e materiais institucionais dos serviços abrangidos pelo incentivo do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar, a inscrição: "SEDS/CEDCA/FIA/CRESCER EM FAMÍLIA/Delib nº 031/2017".

XXVIII. Executar os recursos na sua integralidade num prazo de até dezoito meses após o recebimento do repasse, os quais poderão ser reprogramados, mediante justificativa, pelo prazo de mais doze meses.

XXIX. Efetuar a devolução ao FIA Estadual de saldos de recursos não executados ao final dos trinta meses que podem durar a execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – ATRIBUIÇÕES DO ESTADO

I. Apoiar ao município, valendo-se de instrumentos de monitoramento e avaliação e aprimorando a execução da política.

II. Efetuar o repasse dos valores estabelecidos na Deliberação nº 031/2017 aos municípios, através da modalidade de repasse fundo a fundo.

III. Disponibilizar, oportunamente, instrumentos e sistemas de informação necessários para o acompanhamento, avaliação, controle e prestação de contas dos recursos.

IV. Promover e apoiar a capacitação dos trabalhadores municipais e estaduais, para melhor execução dos serviços e dos recursos.

V. Fomentar a articulação entre a Proteção Social Especial com a Proteção Social Básica de Assistência Social, fortalecendo a organização do SUAS, e articular este com as Políticas de Saúde, Educação, Habitação, Trabalho e demais políticas públicas, órgãos de defesa de direitos e demais órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescentes, a fim de assegurar uma oferta adequada dos serviços.

VI. Alimentar e manter atualizadas as bases de dados e aplicativos pertinentes à Gestão Estadual dos sistemas de informação e monitoramento do Governo Federal.

VII. Prestar informações que subsidiem as ações do CEDCA/PR quanto ao acompanhamento e monitoramento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

O descumprimento deste termo, por parte do município, implicará na suspensão dos repasses financeiros do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR e até mesmo a devolução parcial ou integral dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, no âmbito dos Conselhos Municipais, serão apreciadas e julgadas pelo Órgão Gestor Estadual e pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Curitiba, 30 de novembro de 2017.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Romualdo Batista
Prefeito(a)

Gisele Maria Munhoz Knupp
Secretária Municipal de Assistência Social

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CMAS discute, acompanha, fiscaliza e delibera a gestão da política de assistência social?								
O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS está em pleno funcionamento – paridade na representação governamental e não-governamental (por segmento de usuários, trabalhadores do setor e entidades prestadoras de serviços socioassistenciais), periodicidade mensal das reuniões, funcionamento regular das comissões de acompanhamento e avaliação da gestão dos recursos, resultados e desempenho das ações de assistência social, bem como, publicação das suas deliberações?								
Existe previsão orçamentária para a manutenção dos conselhos?								
O órgão gestor juntamente com o CMAS definiram os critérios de funcionamento e de partilha dos recursos financeiros para as entidades da rede socioassistencial?								
Existe previsão orçamentária para realização das Conferências Municipais?								
O município realiza a cada dois anos a Conferência Municipal de Assistência Social?								
Está em funcionamento regular no município a instância de acompanhamento e controle social do Programa Bolsa Família?								
O Grupo Gestor do programa BPC na Escola está funcionando regularmente?								

126174/2017

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social-SEDS

TERMO DE ADESÃO

Objeto: Adesão ao incentivo financeiro estadual do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar, destinado à implantação e implementação de novos Serviços de Acolhimento Familiar e fortalecimento dos já existentes, a ser repassado pelo Fundo Estadual da Infância e Adolescência – FIA/PR aos Fundos Municipais da Infância e Adolescência.

Valor: R$50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Assinaturas: 30/11/2017.

Partícipes: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS e os Municípios:

Nova Esperança	Prot nº 14.904.314-4
São José dos Pinhais	Prot nº 14.906.080-4
Alto Paraná	Prot nº 14.901.785-2
Francisco Beltrão	Prot nº 14.903.582-6
Lapa	Prot nº 14.906.175-4
Mandaguari	Prot nº 14.903.714-4
Itapejara do Oeste	Prot nº 14.905.738-2
Paranavaí	Prot nº 14.908.223-9

Curitiba, 20 de dezembro de 2017

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

126220/2017

TERMO DE ADESÃO

Objeto: Adesão ao Incentivo à Pessoa com Deficiência, para aprimoramento das ações, programas, projetos e serviços da rede socioassistencial, voltados a crianças e adolescentes com deficiência, a ser repassado pelo Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social.

Valor: R$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais).

Assinaturas: 11/12/2017.

Partícipes: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS e os Municípios:

Nova Prata do Iguaçu	Prot nº 14.964.623-0
São Jorge d'Oeste	Prot nº 14.964.636-1
Verê	Prot nº 14.964.662-0
Candói	Prot nº 14.964681-7
Palmital	Prot nº 14.964.695-7
Turvo	Prot nº 14.964.720-1
Cantagalo	Prot nº 14.964.738-4
Boa Ventura de São Roque	Prot nº 14.964.755-4
Foz do Jordão	Prot nº 14.964.673-6
Rebouças	Prot nº 14.964.711-2
Rio Azul	Prot nº 14.964.743-0
Mallet	Prot nº 14.964.757-0
Teixeira Soares	Prot nº 14.964.806-2
Faxinal	Prot nº 14.964.063-0
Santa Maria do Oeste	Prot nº 14.964.082-7
Wenceslau Braz	Prot nº 14.964.202-1
Siqueira Campos	Prot nº 14.964.215-3
Tomazina	Prot nº 14.964.171-8
Figueira	Prot nº 14.964.242-0
Joaquim Távora	Prot nº 14.964.345-1
Carlópolis	Prot nº 14.964.351-6
Guaraniaçu	Prot nº 14.964.450-4
Rio Bonito do Iguaçu	Prot nº 14.964.454-7
Nova Laranjeiras	Prot nº 14.964.258-7
Bela Vista do Paraíso	Prot nº 14.964.290-0
Porecatu	Prot nº 14.963.308-7
Primeiro de Maio	Prot nº 14.964.320-6
Centenário do Sul	Prot nº 14.964.459-8
Florestópolis	Prot nº 14.964.373-7
Jaguapitã	Prot nº 14.964.462-8
Assaí	Prot nº 14.964.409-1
Mandaguaçu	Prot nº 14.964.426-1
Antonina	Prot nº 14.964.461-0
Morretes	Prot nº 14.964.433-4
Querência do Norte	Prot nº 14.964.451-2
Terra Rica	Prot nº 14.964.468-7
Nova Londrina	Prot nº 14.964.465-2

Curitiba, 19 de dezembro de 2017.

Leticia Codagnone F. Raymundo
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social e.e.

126020/2017

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANDAGUARI
CMDCA
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Fone/Fax:(0**44) 3233-2171
Email: mandaguari.secsocial@gmail.com CEP 86975-000 - Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 13/2017

Súmula: Aprovação do Plano de Ação e o Termo de Adesão referente a Deliberação Nº 031/2017 – CEDCA/PR do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 23 de novembro de 2017.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação e o Termo de Adesão referente a Deliberação Nº 031/2017 – CEDCA/PR, que discorre sobre o incentivo pelo Programa Crescer em Família, para fomento à implantação e implementação de novos serviços de Acolhimento Familiar.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 23 de novembro de 2017.

Samantha T Fascio

Samantha Terra Fascio
Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº. 094/2017

SÚMULA: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Uniflor, para o Exercício Financeiro de 2017, no valor de R$=95.000,00 (noventa e cinco mil reais), com recursos oriundos de Cancelamento de Dotações Orçamentárias.

DATA: 09 de novembro de 2017.

ALAN ROGERIO PETENAZZI, Prefeito do município de Uniflor, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o estabelecido pela Lei Municipal nº. 1105 de 27 de dezembro de 2016.

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no corrente exercício financeiro um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** por **CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**, no valor de R$=95.000,00 (noventa e cinco mil reais), destinados a seguintes dotações orçamentárias:

15	FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE UNIFLOR	
15.001	FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE UNIFLOR	
09.272.0013.2131	Manutenção da Previdência Social ao Servidor Municipal	
3.1.90.05.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR	
40	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	15.000,00
15	FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE UNIFLOR	
15.001	FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE UNIFLOR	
09.272.0013.2131	Manutenção da Previdência Social ao Servidor Municipal	
3.1.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	
40	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	80.000,00
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMETÁRIOS		95.000,00

Artigo 2º Para cobertura do **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** por **CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**, no valor de R$=95.000,00 (noventa e cinco mil reais), será oriundos recursos dos seguintes cancelamentos de dotações orçamentárias:

15	FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE UNIFLOR	
15.001	FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE UNIFLOR	
99.999.0013.9132	Reserva de Contingencia RPPS	
9.999.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
999	Reservas de Contingências	
CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMETÁRIOS		95.000,00
		95.000,00

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uniflor, 09 de novembro de 2017.

ALAN ROGÉRIO PETENAZZI
Prefeito Municipal

G

Art. 1º : Fica de
MUNICI
represent

THIAGO

Art. 2º : Este De

Edifício

Se

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANDAGUARI
CMDCA
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Fone/Fax:(0**44) 3233-2171
Email: mandaguari.sempre@gmail.com CEP 86975-000 - Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 13/2017

Súmula: Aprovação do Plano de Ação e o Termo de Adesão referente a Deliberação Nº 031/2017 – CEDCA/PR do Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 23 de novembro de 2017.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação e o Termo de Adesão referente a Deliberação Nº 031/2017 – CEDCA/PR, que discorre sobre o incentivo pelo Programa Crescer em Família, para fomento à implantação e implementação de novos serviços de Acolhimento Familiar.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 23 de novembro de 2017.

Samantha Terra Fascio
Presidente do CMDCA

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.017/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.909.936,34	29.634.702,33	3.120.392,08	10,53	24.240.928,62	81,78

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
TÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
RÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
O A OUTUBRO 2.017/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RS 1,00

...tação	Despesas Empenhadas	Saldo	Despesas Liquidadas	Saldo

CEDCA-PR
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

DELIBERAÇÃO Nº 054/2016 – CEDCA/PR

Considerando o disposto no artigo 227 da Constituição da República, que estabelece como dever "da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão";

Considerando o contido na Lei nº 10.014/1992 que cria o Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR;

Considerando o Decreto nº 10.455/2014, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência (FIA) para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência, em atendimento a Lei Estadual nº 9.579 de 22 de março de 1991;

Considerando a Deliberação nº 006/2016 que estabelece o Plano de Ação 2016, destinando R$ 13.210.590,00 para "Cofinanciar medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade mediante o estabelecimento de critérios que qualificam o atendimento para municípios e entidades – Liberdade Cidadã";

Considerando o contido no Eixo 2 do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, Objetivo 8: "Qualificar os Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto sob responsabilidade dos Municípios", através da ação prevista: " Cofinanciar os Serviços da LA e PSC readequando os serviços conforme normativas vigentes";

Considerando a Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, que traz no artigo nº 112 a descrição das medidas socioeducativas, passíveis de serem aplicadas ao adolescente autor de ato infracional, a saber: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional;

Considerando a Lei nº.12.594/2012 que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, política pública destinada à inclusão social do adolescente em conflito com a lei e que possui interfaces com outros sistemas e políticas, tais como o sistema educacional, de saúde, de assistência social, de justiça e segurança pública;

Considerando o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/SDH/PR, em 2013, que define as Diretrizes e Eixos do SINASE;

Considerando a Resolução nº 109/2009, que versa sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS e estabelece o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), descrito como serviço que tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente;

Considerando a organização e as normativas das Políticas de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, as quais estabelecem a descentralização político-administrativa destas políticas públicas, com primazia da execução dos serviços nos territórios em que estão as demandas, ou o mais próximo possível destes e as atribuições da esfera estadual em apoiar e cofinanciar aos municípios e entidades não governamentais que compõem a rede de serviços;

Considerando que todos os municípios da federação tiveram que apresentar o seu Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo no ano de 2014;

Considerando que o aporte financeiro pelo FIA Estadual tem caráter complementar de apoio à adequação dos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto;

Considerando a Resolução nº 13, de 13 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que inclui a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

Considerando a Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS – TRABALHO;

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, reunido ordinariamente em 19 de agosto de 2016 estabelece o presente edital.

I - DO OBJETO

Art. 1º Prestar incentivo financeiro, pelo **Programa Liberdade Cidadã**, aos Municípios que apresentem CREAS implantados, com incidência de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, com registros no **Sistema de Registro Mensal de Atendimentos – RMA, instrumento da Vigilância Socioassistencial**

-SNAS/MDSA, com a finalidade de qualificar e potencializar os Serviços de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

Parágrafo único: Os recursos serão repassados do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FMIA.

Art. 2º O incentivo financeiro para este serviço deverá viabilizar o trabalho socioeducativo a ser desenvolvido segundo as seguintes diretrizes:

I- prevalência das medidas socioeducativas em meio aberto como forma de promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços a comunidade devem oferecer condições para que o adolescente redirecione, em seu contexto de origem, sua trajetória de vida, afastando-o dos condicionantes do ato infracional;

II- o desenvolvimento do processo socioeducativo voltado para a formação integral e emancipatória. O trabalho socioeducativo em meio aberto deve estar pautado pela concepção do adolescente como sujeito de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento, para ele que ele participe ativamente de um processo pedagógico de formação integral, e de construção da condição plena enquanto cidadão participante de uma vida social saudável;

III- a família e a comunidade entendidos como atores em um processo socioeducativo. As medidas socioeducativas devem identificar e fortalecer os vínculos positivos dos adolescentes na família, escola e na comunidade, introduzindo o adolescente em outras redes de relações capazes de propiciar novos vínculos;

IV- pautar-se na incompletude institucional: As medidas socioeducativas devem integrar o sistema socioeducativo, articulando-se com seus demais elementos da esfera executiva, legislativa e judiciária nos âmbitos locais, municipais, estaduais e federais, em uma relação de interações recíprocas e sistêmicas;

V- projeto político pedagógico como orientador dos serviços oferecidos, das atribuições e competências profissionais e das rotinas do programa. O trabalho com o adolescente em conflito com a lei deve proporcionar um ambiente educativo e estimulante a partir de um projeto sociopedagógico que estruture um cotidiano acolhedor, organizado e seguro, tendo como foco principal a trajetória particular de cada educando;

VI- ação planejada, monitorada e avaliada permanentemente. O trabalho socioeducativo em meio aberto requer planejamento estratégico e operacional, de ação coordenada e de práticas avaliativas constantes, que se tornem a base de sustentação de uma gestão socioeducativa bem sucedida.

II - DOS RECURSOS

Art. 3º Os recursos para suprir as ações deste edital são oriundos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR, provenientes do Plano de Ação 2016 (Deliberação nº 006/2016) totalizando R$ 13.210.590,00 (treze milhões duzentos e dez mil quinhentos e noventa reais) destinados exclusivamente aos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto.

Art. 4º O município fará a adesão aos respectivos recursos constantes na tabela do Anexo I, por meio da assinatura do Termo de Adesão conforme valores estabelecidos na tabela, respeitando integralmente o valor repassado do FIA Estadual.

§ 1º. Os municípios que possuem CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social que não apresentaram demanda de atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, conforme pesquisa realizada pela Coordenação de Proteção Social Especial CPSE/SEDS junto ao RMA – Sistema de Registro Mensal de Atendimentos ou estão em fase de implantação de CREAS e deste serviço, poderão ser contemplados em deliberações futuras, no caso de sobra de recurso. Estes municípios estão relacionados no Anexo VII.

§ 2º. Caso não haja habilitação de novos municípios, o recurso voltará ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

Art. 5º Os valores máximos que poderão ser acessados pelos municípios serão calculados com base no número de registros no RMA/CREAS de adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto atendidos, tendo por referência os registros do segundo trimestre deste ano de 2016. Os recursos serão calculados de acordo com o número de grupos de adolescentes constituídos no município. **Parágrafo único.** O repasse financeiro será realizado em parcela única, à exceção dos casos que envolvam repasses acima de R$500.000,00 (quinhentos mil reais). Estes ocorrerão em duas parcelas.

Art. 6º As transferências dos recursos para os municípios serão operacionalizadas na forma de transferência fundo a fundo, mediante a assinatura do Termo de Adesão constante no Anexo V e preenchimento do Plano de Ação constante no Anexo VI, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Parágrafo único. Os recursos serão depositados em conta específica, em Banco oficial (Banco do Brasil), em parcela única, quando não se tratar dos casos especificados no art.5º - Parágrafo único.

III – DA ADESÃO E DOS PRAZOS

Art. 7º Os municípios elegíveis, conforme listagem constante no Anexo I, que cumpram aos critérios deste edital, poderão fazer a adesão ao Programa Liberdade Cidadã até a data de **28/02/2017**, por meio da assinatura do Termo.

Art. 8º A documentação deverá ser protocolada nos Escritórios Regionais da SEDS, respeitando a região a qual pertence o município, conforme tabela de endereços no Anexo III.

Art. 9º A documentação do município interessado em participar deste edital dar-se-á por meio da entrega

presencial de todos os itens elencados no Anexo IV do presente edital.

IV – DAS CONDIÇÕES PARA ADESÃO

Art. 10º Poderão fazer a adesão ao presente edital aqueles municípios que possuírem em seu território CREAS implantados com demanda de atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, registrados no RMA e que cumpram aos seguintes requisitos:

I- possuir Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, instituído por lei e em regular funcionamento;

II- possuir Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA Municipal;

III- possuir Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, devidamente aprovado pelo CMDCA, contendo as diretrizes e eixos operativos do SINASE;

IV- comprovar a aprovação do Plano de Ação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, demonstrada através de deliberação ou resolução do CMDCA publicada na imprensa oficial;

V- comprovar a existência de Equipe Multidisciplinar do quadro próprio do município, conforme orientações da NOB/RH SUAS/SINASE;

VI- possuir Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

V – DO PLANO DE AÇÃO

Art. 11º O Plano de Ação deverá ser preenchido de acordo com as ações descritas no Artigo 12º da presente Deliberação, seguindo os princípios e diretrizes dadas pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo e devem estar contidas no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, quais sejam:

Princípios

I- os adolescentes são sujeitos de direitos, entre os quais a presunção da inocência;

II- ao adolescente que cumpre medida socioeducativa deve ser dada proteção integral de seus direitos;

III- em consonância com os marcos legais para o setor, o atendimento socioeducativo deve ser territorializado, regionalizado, com participação social e gestão democrática, intersetorialidade e responsabilização, por meio da integração operacional dos órgãos que compõem esse sistema.

Diretrizes

I- garantia da qualidade do atendimento socioeducativo de acordo com os parâmetros do SINASE;

II- focar a socioeducação por meio da construção de novos projetos pactuados com os adolescentes e famílias, consubstanciados em Planos Individuais de Atendimento;

III- incentivar o protagonismo, participação e autonomia de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de suas famílias;

IV- primazia das medidas socioeducativas em meio aberto;

V- humanizar as Unidades de Internação, garantindo a incolumidade, integridade física e mental e segurança do/a adolescente e dos profissionais que trabalham no interior das unidades socioeducativas;

VI- criar mecanismos que previnam e medeiem situações de conflitos e estabelecer práticas restaurativas;
VII- garantir o acesso do adolescente à Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública e o direito de ser ouvido sempre que requerer;
VIII- garantir as visitas familiares e íntimas, com ênfase na convivência com os parceiros/as, filhos/as e genitores, além da participação da família na condução da política socioeducativa;
IX- garantir o direito à sexualidade e saúde reprodutiva, respeitando a identidade de gênero e a orientação sexual;
X- garantir a oferta e acesso à educação de qualidade, à profissionalização, às atividades esportivas, de lazere de cultura no centro de internação e na articulação da rede, em meio aberto e semiliberdade;
XI- garantir o direito à educação para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos, considerando sua condição singular como estudantes e reconhecendo a escolarização como elemento estruturante do sistema socioeducativo;
XII- garantir o acesso à programas de saúde integral;
XIII- garantir ao adolescente o direito de reavaliação e progressão da medida socioeducativa;
XIV- garantia da unidade na gestão do SINASE, por meio da gestão compartilhada entre as três esferas de governo, através do mecanismo de cofinanciamento;
XV- integração operacional dos órgãos que compõem o sistema (art. 8º, da LF nº 12.594/2012);
XVI- valorizar os profissionais da socioeducação e promover formação continuada;
XVII- garantir a autonomia dos Conselhos dos Direitos nas deliberações, controle social e fiscalização do Plano e do SINASE;
XVIII- ter regras claras de convivência institucional definidas em regimentos internos apropriados por toda a comunidade socioeducativa;
XIX- garantir ao adolescente de reavaliação e progressão da medida socioeducativa.

Art. 12 Deverão estar previstas ações voltadas diretamente aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e suas famílias, especificamente nas áreas prioritárias abaixo relacionadas, que atendem ao que estabelece o art. 8º do SINASE: "Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente):
a) **Qualificação profissional aos adolescentes:** ações de qualificação que levem em consideração o nível de escolaridade dos adolescentes, realidade social e comunitária, oportunidades no mercado de trabalho local, bem como, observar todas as legislações vigentes quanto ao trabalho protegido de adolescentes, em especial a chamada *"Lista TIP, publicada através do Decreto Federal nº 6481/2008.*
b) **Apoio psicopedagógico aos adolescentes:** ações de supervisão de frequência e aproveitamento escolar e reinserção dos adolescentes na escolarização formal, ofertando apoio psicopedagógico.
c) **Promoção das famílias:** fortalecer a função protetiva das famílias, sem perder de vista, que as mesmas já possuem suas histórias, suas relações, seus problemas e principalmente suas potencialidades. Realizar

esta ação à partir do conhecimento e respeito às suas realidades buscando fortalecimento dos vínculos, valorizando as experiências já existentes e ofertando instrumentais para a construção de seus projetos de vida. Encaminhar para a rede de atendimentos de acordo com suas necessidades.

d) **Atividades de esporte, de cultura e de lazer:** promoção de ações que visando a prática de esportes e de hábitos saudáveis de vida, respeitando a fase do desenvolvimento biopsicossocial dos adolescentes, ações que promovam acesso a atividades e bens culturais, atividades de lazer que contribuam para as relações sociais e interpessoais, levando os adolescentes a se perceberem como sujeito de direitos e integrados à comunidade.

e) **Atendimentos de Saúde:** desenvolver ações de promoção da saúde, encaminhar para avaliações e atendimentos de acordo com a necessidade dos adolescentes e suas famílias.

Art. 13 Os recursos solicitados no Plano de Ação poderão ser utilizados para os itens de despesa abaixo relacionados:

I. para execução pelo município:

a) custeio – Material de consumo;

b) custeio – Serviço de terceiros Pessoa Jurídica e Pessoa Física;

c) investimento – Equipamentos;

d) investimento – Mobiliário;

e) investimento – Aquisição de veículo para uso da equipe técnica.

§ 1º. Os recursos deverão ser aplicados prioritariamente para a realização das ações previstas nas áreas prioritárias citadas no art. 12º e dentro dos princípios e diretrizes do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

§ 2º. É vedado fazer uso do recurso para pagamento de pessoal.

Art. 14 O Plano de Ação deverá ter a sua execução prevista para um prazo de doze meses, podendo ser reprogramado eventual saldo de recurso para mais doze meses.

Parágrafo único: Os recursos que eventualmente não forem executados ao final de vinte e quatro meses após o repasse, deverão ser devolvidos ao FIA Estadual.

VI – DA ANÁLISE, PARECER E APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Art. 15 O Plano de Ação deverá ser aprovado pelo CMDCA – Conselho Municipal de Assistência Social, antes do protocolo junto aos Escritórios Regionais da SEDS, o qual deverá ser assinado pelo gestor municipal da política de assistência social e acompanhado da Resolução e/ou Deliberação do CMDCA aprovando o referido Plano de Ação.

Art. 16 Aos Escritórios Regionais da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social competirá conferir as documentações apresentadas pelo município, se o valor total solicitado está de acordo com o

apresentado no Anexo I e com o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e ratificar por meio de informação técnica a aprovação do Plano de Ação, conforme os critérios deste edital.

Art. 17 O Plano de Ação, o Termo de Adesão e demais documentos deverão ser protocolados por meio do Sistema Integrado de Protocolo do Estado do Paraná, no Escritório Regional da SEDS, e encaminhados à Coordenação de Proteção Social Especial – CPSE/SEDS, a qual ratificará o parecer e a documentação apresentada.

Art. 18 Dentro do prazo de vigência deste edital, os protocolos contendo as adesões dos municípios poderão retornar aos Escritórios Regionais quantas vezes forem necessárias, com o objetivo de regularizar todas as pendências que se apresentarem ou proceder alterações e ajustes que se fizerem necessários à aprovação do repasse de recursos.

Art. 19 Mensalmente, a coordenação da SEDS responsável pela operacionalização do Programa Liberdade Cidadã apresentará à Câmara de Políticas Básicas do CEDCA, para ciência, a listagem dos municípios que fizeram a adesão ao cofinanciamento de que trata o presente edital.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Art. 20 São obrigações do Município:

I- zelar pela qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar efetividade pedagógica e social;

II- executar o serviço de forma a atender integralmente de acordo com a Lei nº 12.594/2012 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e a Resolução nº 109/2009 que versa sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioeducativos;

III- utilizar os recursos de forma eficiente, observando os valores e itens de despesas elencados no Plano de Ação;

IV- encaminhar ao Escritório Regional de referência os relatórios indispensáveis ao acompanhamento e à avaliação das ações, bem como da aplicação dos recursos do Plano de Ação;

V- garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades, conforme previsto na NOB/RH/SUAS/SINASE;

VI- arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como, ônus tributários ou extraordinários decorrentes das atividades desenvolvidas para execução das ações;

VII- efetuar os pagamentos aos contratados, após a efetiva realização das ações;

VIII- fornecer ao CEDCA e aos Escritórios Regionais da SEDS, sempre que solicitadas, quaisquer informações relativas às ações desenvolvidas, incluindo-se instrumentais em meio físico, eletrônico ou sistemas de monitoramento que venham a ser criados.

VIII – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 21 Em conformidade ao Decreto 10.455/2014, a prestação de contas dos recursos repassados por meio do repasse fundo a fundo será realizada através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução.

Parágrafo único. O Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução deverá ser encaminhado ao órgão gestor estadual a cada seis meses, a contar da data do repasse do recurso, após estar devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 22 A omissão na apresentação do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução impedirá o repasse de futuros recursos do FIA Estadual, que somente será restabelecido após a apresentação do mesmo, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 23 Nos casos em que o CMDCA aprovar parcialmente ou com ressalvas o Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, o documento deverá estar acompanhado de justificativa do respectivo Conselho para aprovação parcial, e de um Plano de Providências – Prestação de Contas/FIA do município, devidamente aprovado pelo Conselho, para que as ressalvas sejam resolvidas até a data de entrega do próximo Relatório.

§ 1º. Caso as ressalvas não sejam sanadas, será instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial no município.

§ 2º. Na prestação de contas semestral, os casos em que houver saldo superior a trinta por cento do valor repassado, o Relatório deverá vir acompanhado de justificativa do município, bem como de aprovação do CMDCA.

Art. 24 Nos casos em que seja instaurada a Tomada de Contas Especial, o município não receberá novos repasses do recurso do FIA e caso as ressalvas não sejam sanadas e sejam detectadas irregularidades, o município deverá devolver o recurso integral recebido, devidamente corrigido, ao FIA Estadual.

Art. 25 Fica o Órgão Gestor Estadual da Política da Criança e do Adolescente autorizado a substituir, a qualquer tempo, o Termo de Adesão ao Programa Liberdade Cidadã, o Plano de Ação do recurso e o Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, por um Sistema de informações específico para monitoramento, avaliação, acompanhamento e controle dos recursos repassados aos municípios.

IX – DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Art. 26 A fiscalização e o monitoramento do serviço é uma responsabilidade compartilhada, com a

participação do Município, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal da Assistência Social, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar e dos Escritórios Regionais da SEDS.

Art. 27 Os Escritórios Regionais da SEDS, além de avaliarem os relatórios de prestação de contas, realizarão acompanhamento qualitativo e quantitativo do processo, com visitas e agenda de reuniões, podendo solicitar a qualquer tempo informações e documentos visando a garantir o cumprimento integral do presente edital e das obrigações previstas no Termo de Adesão.
Parágrafo único. Serão utilizados instrumentais de avaliação e monitoramento padronizados pela SEDS que deverão ser apresentados ao CEDCA/PR, com regularidade semestral.

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 Os Escritórios Regionais da SEDS, conforme contatos publicados no Anexo III, serão responsáveis por dirimir as dúvidas dos municípios e prestar orientações quanto ao conteúdo do presente edital e elaboração do Plano de Ação.

Art. 29 Incorporar-se-ão a este edital, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações, relativos a este, que vierem a ser divulgados no endereço: www.cedca.pr.gov.br.

Art. 30 Os municípios assumem todos os custos relativos à preparação e apresentação de seu Plano de Ação, e o Estado do Paraná, por intermédio da SEDS, ou o CEDCA/PR, não serão em nenhum caso responsáveis por esses custos.

Art. 31 Os municípios são responsáveis legais pela veracidade das informações e dos documentos apresentados.

Art. 32 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo CEDCA/PR.

Art. 33 O presente edital entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 19 de agosto de 2016.

Leandro Nunes Meller
Presidente do Conselho Estadual dos

Memorando Circular n° 005/2019 - DPSE **Curitiba, 13 de dezembro de 2019.**

De: **Divisão de Proteção Social Especial**	Para: **Escritórios Regionais**

Ref.: Prorrogação dos prazos de execução dos recursos financeiros das Deliberações nº 54/2016 e 55/2016 - CEDCA/PR;

Considerando a explanação realizada na Câmara Setorial de Gerenciamento do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência e Orçamento, e na reunião ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, dos dias 05 e 06 de dezembro de 2019, justificamos a proposta de prorrogação dos prazos das Deliberações nº 54/2016 – CEDCA, e 55/2016 – CEDCA, respectivamente relativas ao Programa Liberdade Cidadã e Crescer em Família, tendo em vista as seguintes ponderações:

1. A gestão estadual repassava recursos por meio de transferências voluntárias (Convênios) e a partir do ano de 2016 propôs a nova modalidade de transferências automáticas (via Fundo a Fundo);

2. A relação convenial se prorrogava por até 48 ou 60 meses, na maioria dos casos;

3. A modalidade Fundo a Fundo permitiu maior volume de adesão de municípios e mais celeridade no repasse, mas não proporcionou celeridade em sua execução em decorrência de inúmeros fatores que devem ser relevados:

a) Reordenamento dos Serviços – Acolhimento de Crianças e Adolescente e Serviços de Medidas Socieducativas em Meio Aberto;

b) Possibilidade de repasses às OSC's, no entanto, com a instituição da Lei Federal nº 13.019/2014, houve dificuldades dos municípios em estabelecer seus Editais e formalizar as parcerias;

4. Os recursos para os Serviços de Medidas Socieducativas em Meio Aberto são escassos, há cobertura mínima do governo federal e não há recursos exclusivos em nível estadual, no âmbito da Política de Assistência Social;

5. Prioridade absoluta para atendimento às crianças e adolescentes no âmbito da Proteção Social Especial;

6. Novas deliberações e novos repasses de recursos poderão se dar após lapso de tempo de 10 a 12 meses, em decorrência de todos os atos administrativos necessários;

7. A descobertura poderá gerar impactos negativos e prejuízos ao atendimento das crianças e adolescentes;

8. Novas Deliberações de novos recursos só permitirão repasses aos municípios que não possuírem saldos de recursos não executados, o que deverá ser comprovada a execução na totalidade ou a devolução de eventuais saldos.

Por fim, informamos que o CEDCA acolheu os argumentos e aprovou a prorrogação dos prazos para execução dos recursos relativos ao Programa Liberdade Cidadã e Crescer em Família, respectivamente das Deliberações nº 54/2016 e 55/2016.

Portanto, por meio das Deliberações nº 102/2019 e nº 103/2019, do CEDCA/PR, houve a prorrogação dos prazos por mais 12 meses para execução dos recursos financeiros relativos às Deliberações nº 54/2016 e 55/2016.

Importante registrar que a decisão do Conselho abarca todos os municípios, os que solicitaram e os que não solicitaram prorrogação do prazo, e inclusive reverte decisões anteriores do Conselho que negaram pedidos de prorrogação, no entanto, não se aplica para os municípios que já efetuaram a devolução dos recursos, pela impossibilidade de efeitos retroativos no tocante a repasses de recursos financeiros.

Sendo assim, solicitamos os bons préstimos das equipes dos Escritórios Regionais para a devida orientação aos municípios e organização quanto à execução dos referidos recursos.

Colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.

Juliany Santos

Juliany Souza dos Santos
Divisão de Proteção Social Especial

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI
Secretaria Municipal de Assistência Social

Plano de Ação

SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS
FUNDO ESTADUAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA
PLANO DE AÇÃO PARA INCENTIVO AO PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ

I. DADOS CADASTRAIS

1. ORGÃO PROPONENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Mandaguari
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Praça dos três Poderes, nº 500 - Centro
CEP: 86975-000
Telefone: (44) 3233-8400
Fax: (44) 3233-8462
E-mail: gabinete@mandaguari.pr.gov.br
Prefeito: Romualdo Batista

2. ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: Secretaria Municipal de Assistência Social
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 – Centro
CEP: 86975-000
Telefone: (44) 3233-3630
Fax: (44) 3233-2171
E-mail: mandaguari.secsocial@gmail.com
Gestor: Gisele Maria Munhoz Knupp

3. FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Nome: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mandaguari
CNPJ: 11.739.193/0001-13
Secretaria onde está vinculado: Secretaria Municipal de Assistência Social
Telefone: (44) 3233-3630
Ato de Criação: Lei nº 2.485/2015
Data Assinatura: 12/05/2015
Data Publicação: 14/05/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Assistência Social

4. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nome: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 - Centro
CEP: 86975-000
Secretária Executiva: Marlene Neves Gonçalves
Ato de Criação: Lei nº 2.485/2015
Data Assinatura: 12/05/2015
Data Publicação: 14/05/2015

CONSELHEIROS DO CMDCA

Nº	Nome	CPF	Representação	Inicio do Mandato	Fim do Mandato
1	**Gisele M. Munhoz Knupp**	**007.330.909-58**	**Secr. Ass. Social**	**09/02/2017**	**27/05/2017**
	Juliana Moura dos Santos	332.073.108-42	Secr. Ass. Social	08/12/2015	27/05/2017
2	**Maria de Lourdes A.Paes**	**026.496.129-32**	**Secr. Ass. Social**	**08/12/2015**	**27/05/2017**
	Adriana Morganiça Gariani	810.794.009-15	Secr. Ass. Social	27/05/2015	27/05/2017
3	**Claudia Maria Ferrairo Rodelli**	**965.738.309-97**	**Secr. Saúde**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Deise Dayane E. Vernillo	044.453.249-81	Secr. Saúde	27/05/2015	27/05/2017
4	**Adenise Batista Rodrigues**	**019.173.109-94**	**Secr. Educação**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Alcione dos Santos F. Moraes	006.627.919-40	Secr. Educação	14/09/2016	27/05/2017
5	**Alfredo Mauro dos Santos**	**505.578.669-87**	**Núcleo Regional Estadual**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Irene Esteves Cordeiro Alva	575.382.129-49	Núcleo Regional Estadual	27/05/2015	27/05/2017
6	**Josias Gonçalves**	**557.559.719-72**	**Secr. Planejamento**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Carlos Bredariol	064.894.449-25	Secr. Planejamento	27/05/2015	27/05/2017
7	**Stael Maria de Oliveira**	**495.963.229-15**	**Procuradoria Jurídica**	**13/07/2016**	**27/05/2017**
	Guilherme A.Lima C. Neia	057.830.729-40	Procuradoria Jurídica	13/07/2016	27/05/2017
8	**Samantha Terra Fascio**	**083.448.119-70**	**Organização da Soc. Civil**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Tânia Maria Gomes da Silva	674.376.726-34	Organização da Soc.Civil	27/05/2015	27/05/2017
9	**Joice P Coutinho Simões**	**754.834.169-53**	**Organização da Soc. Civil**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Ana Maria Felizardo Cúcolo	830.585.089-72	Organização da Soc.Civil	27/05/2015	27/05/2017
10	**Valdirene Lima dos Santos**	**025.949.239-66**	**Organização da Soc. Civil**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Flávia Teles	066.169.999-47	Organização da Soc. Civil	27/05/2015	27/05/2017
11	**Eliane Queila Valdomiro**	**054.154.306-79**	**Organização da Soc. Civil**	**03/02/2016**	**27/05/2017**
	Daniele Caroline Lança da Silva	082.678.349-07	Organização da Soc. Civil	27/05/2015	27/05/2017
12	**Fernanda Monteiro**	**073.733.449-50**	**Assoc. de Pais, Professores e Servidores**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Selma de Fátima F. Bertolini	752.432.619-04	Assoc. de Pais, Professores e Servidores	27/05/2015	27/05/2017
13	**Luiz Roberto Inacio**	**604.372.609-25**	**Assoc. de Pais,**	**18/04/2016**	**27/05/2017**

			Professores e Servidores		
	Rosangela Pinheiro Vieira	023.972.329-52	Assoc. de Pais, Professores e Servidores	27/05/2015	27/05/2017
14	**Zilda Donha**	**512.068.629-04**	**Defesa e Garantia de Direitos**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Lucilene da Silva Azevedo	924.684.119-00	Defesa e Garantia de Direitos	27/05/2015	27/05/2017

5. PREVISÃO DE ATENDIMENTO FÍSICO

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de L.A. e PSC	Masculino	Feminino
Liberdade Assistida	05	01
Prestação de Serviços à Comunidade	14	02

6. PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

Data da Aprovação do CMAS: 02/02/2014
Data da Publicação: 20/12/2016

Data da Aprovação do CMDCA: 02/02/2014
Data da Publicação: 04/12/2014

III. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO

R$ 42.545,76

IV. PREVISÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA

O município deverá marcar um X na rubrica orçamentária referente ao tipo despesas que pretende executar:

Custeio	x
Investimento	x

V. RESUMO EXECUTIVO

1. Valor Total Repasse Incentivo Programa Liberdade Cidadã: R$ 42.545,76
2. Recursos próprios a serem alocados no Fundo (Anual - 2017): R$ 0,00
3. Outras fontes (Anual - 2017): R$ 153.540,00
4. Total de recursos do Fundo Municipal para o exercício 2017:R$ 196.085,76

VI. PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL SOBRE O PLANO DE AÇÃO (ENVIAR EM ANEXO CÓPIA DA ATA PUBLICADA E DA RESOLUÇÃO/DELIBERAÇÃO DO CMDCA)

1. PARECER (Redigir o parecer do CMDCA, conforme consta em ata)

Após discussão foi **aprovado o Plano de Ação e ratificado os dados preenchidos na Folha de Rosto.**

1.1 CONCLUSÃO DA ANALISE DO PLANO DE AÇÃO

Favorável (X)

Desfavorável ( )

1.2 Data da Reunião: 13/03/2017

VII. DECLARAÇÃO

Por meio deste instrumento, declaro a adesão ao repasse Fundo a Fundo e ratifico os demais compromissos do termo de adesão anteriormente assinado.

Declaro o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de composição paritária entre governo e sociedade civil.

Declaro a existência do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Declaro ainda sob as penas da lei, que as informações prestadas são a expressão da verdade.

ROMUALDO BATISTA
PREFEITO

GISELE MARIA MUNHOZ KNUPP
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mandaguari, 20 de março de 2017.

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
Coordenação da Política da Criança e do Adolescente

TERMO DE ADESÃO

PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ

Termo que firma o Órgão gestor da Política da Criança e do Adolescente do Município de Mandaguari, neste ato representado pelo Prefeito Romualdo Batista e pela Secretária de Assistência Social Gisele Maria Munhoz Knupp, com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao incentivo do Liberdade Cidadã, com recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR, destinado à ações voltadas diretamente aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e suas famílias.

Em conformidade com a Deliberação nº 054/2016 do Conselho Estadual para os Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA-PR, resolve subscrever o presente Termo de Adesão ao incentivo do Programa Liberdade Cidadã, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Adesão tem como objeto a adesão do Município de **Mandaguari ao incentivo do Programa Liberdade Cidadã**, destinado prioritariamente **à ações voltadas diretamente aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e suas famílias, a ser repassado pelo Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR.**

Parágrafo único. Os municípios referidos neste Termo são aqueles que apresentam CREAS implantados, com incidência de atendimento à adolescentes em cumprimento de medidas

socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, com registros no **Sistema de Registro Mensal de Atendimentos – RMA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO/SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

I – Executar os recursos na forma prevista no Plano de ação apresentado em decorrência da Deliberação nº 054/2016 do CEDCA/PR, promovendo o atendimento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na forma prevista no art. 12 da referida Deliberação seguindo os princípios e diretrizes do SINASE;

II – Comprovar semestralmente, o número de atendimentos efetivamente realizados. A ausência desta informação poderá acarretar suspensão, bloqueio ou até mesmo a devolução parcial ou total do recurso, conforme regras a serem definidas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e devidamente divulgadas aos municípios que aderiram ao incentivo do Programa Liberdade Cidadã.

III – Executar as ações com o recurso repassado de acordo com o disposto na Deliberação nº 054/2016 – CEDCA;

IV – Garantir o atendimento dos adolescentes e suas famílias, seguindo os princípios e diretrizes dadas pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, descritos no art. 11 da Deliberação 054/2016;

V – Implementar fluxo contínuo de trabalho de forma articulada com os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e/ou com os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, assegurando o acompanhamento das famílias e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI ou do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

IV – Assegurar adequada composição de equipe para o funcionamento do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, conforme quantidades/proporções, formação e carga horária definidas pela NOB-RH/SUAS/SINASE;

VII – Ofertar capacitação/formação permanente às equipes dos serviços, bem como propiciar a participação destes nas capacitações e cursos ofertados pelo Governo do Estado do Paraná;

VIII – Assegurar que a oferta do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade seja pautada em eixos norteadores da ética e respeito à dignidade e não discriminação, equipe especializada e atendimento com qualidade, acesso a direitos, trabalho em rede e com as famílias, relação com a realidade do território, mobilização e participação social;

IX – Orientar e encaminhar as famílias e adolescentes para inclusão ou atualização dos seus dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, quando identificada necessidade;

X – Articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas, especialmente com o Sistema de Garantia de Direitos, com vistas a assegurar o acesso dos adolescentes aos serviços, projetos, programas e benefícios daqueles órgãos, visando à construção de novos projetos de vida;

XI – Adotar estratégias que estimulem a participação dos adolescentes, bem como de suas famílias, no planejamento, monitoramento e avaliação do serviço;

XII – Prestar informações sobre a execução do recurso, periodicamente e sempre que solicitado, ao gestor da política estadual – SEDS, aos Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescentes e aos órgãos de Controle Externo, através de relatórios físicos ou preenchimento via sistemas que podem a ser disponibilizadas pela SEDS.

XIII – Inserir o Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no Planejamento das ações estratégicas e orçamentárias do município (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei orçamentárias Anual, Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Relatório de Execução Físico Financeiro e Sistemas de Informações desenvolvidos pela SEDS);

XIV – Manterem funcionamento o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

XV – Realizar os tramites necessários para execução do recurso no município, bem como aprovar a utilização dos recursos e a prestação de contas, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, entre outro procedimentos necessários para a correta implantação e execução do recurso;

XVI – Dar ciência ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do contido no Plano de Ação e Prestação de Contas aprovados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

XVII – Prestar contas dos recursos repassados em conformidade ao Decreto nº 10455/2014, encaminhando Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, aprovado pelo CMDCA e com a ciência do CMAS, ao Escritório Regional da SEDS, conforme previsto na Deliberação nº 054/2016 – CEDCA, a cada seis meses, sendo o primeiro 180 (cento e oitenta) dias após o repasse do recurso ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XVIII – Incluir em todos os bens adquiridos, nos veículos, e materiais institucionais dos serviços abrangidos pelo incentivo do Programa Liberdade Cidadã a inscrição: "SEDS/CEDCA/FIA/LIBERDADE CIDADÃ/Deliberação nº 054/2016";

XIX – Iniciar a execução do recurso até trinta dias após o recebimento do repasse;

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
Coordenação da Política da Criança e do Adolescente

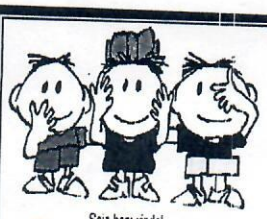
As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, no âmbito dos Conselhos Municipais, serão apreciadas e julgadas pelo Órgão Gestor Estadual e pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Curitiba, _____ de _____ de _____.

_____
Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

_____
Romualdo Batista
Prefeito

_____
Gisele Maria Munhoz Knupp
Secretária Municipal Responsável pela execução da Política da Criança e do Adolescente



CMDCA- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANDAGUARI

Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Fone/Fax: (0**44) 3233

Email: cmdcamandaguari@hotmail.com - CEP 86975-000 - Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 01/2017

Súmula: Aprovação do Plano de Ação referente a Deliberação Nº 054/2016 – CEDCA/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 13 de março de 2017.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação referente a Deliberação Nº 054/2016 – CEDCA/PR, que discorre sobre o incentivo pelo Programa Crescer em Família, aos serviços de acolhimento institucional e familiar.

Artigo 2º - Ratificar os dados preenchidos na Folha de Rosto.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari 13 de março de 2017.

Josias Gonçalves
Presidente do CMDCA

EXERCÍCIO: 2016

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO

Comentários

1 - NOTAS EXPLICATIVAS
As demonstrações que compõe o Balanço
consonância com os dispositivos da Lei n
da União, dos Estados, dos Municípios e
responsabilidade na gestão fiscal, da Lei
que estima a receita e fixa a despesa do m
DCASP, estabelecidas no Manual de Con
regulam o assunto.

2 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores
para aplicação nas operações da entidade.

3 - Imobilizado: O ativo imobilizado é reconh
respectiva depreciação acumulada são ori
bens de forma analítica.

4 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo: Represe
do PASEP com vencimento em janeiro de

5 - Resultados Acumulados: O Patrimônio L
Municipal de Agua e Esgoto de Ângulo é

6 - Ativo e Passivo financeiro e permanente:
passivos financeiros e permanentes.
Os ativos financeiros compreendem os cré
permanente compreende os bens, créditos
O passivo financeiro compreende as dívid
restos a pagar, os serviços da dívida a pag
compreende as dívidas fundadas e outras

7 - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro:
por superavit financeiro do exercício ante
destinação de recursos.

ROGERIO APARECIDO BERNARD
Prefeito

Jose Carlos Borges
Diretor Samae

Ana Paula de Lima
ANA PAULA DE LIMA
Controlador Interno

GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA
Estado do Paraná

DECRETO Nº 5.736/17

SÚMULA: Dispõe sobre nova composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Marialva, vinculado ao Plano Diretor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARIALVA-PR., no uso das atribuições lhe conferidas por Lei, nos termos da legislação vigente, em especial a L. C. nº 233/14; DECRETA:

Art. 1º: O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL do município de Marialva-Pr., passa a ter a seguinte composição, com as respectivas representatividades:

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
(Lindolfo José Teixeira (titular)
Fabiandeson José Bueno de Souza (suplente)

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO
(Paulo Roberto Cuguri (titular)
Manoel Celcino Nogueira (suplente)

PROCURADORIA JURÍDICA

CMDCA- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANDAGUARI
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Fone/Fax: (0**44) 3233
Email: cmdcamandaguari@hotmail.com - CEP 86975-000 - Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 01/2017

Súmula: Aprovação do Plano de Ação referente a Deliberação Nº 054/2016 – CEDCA/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 13 de março de 2017.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação referente a Deliberação Nº 054/2016 – CEDCA/PR, que discorre sobre o incentivo pelo Programa Crescer em Família, aos serviços de acolhimento institucional e familiar.

Artigo 2º - Ratificar os dados preenchidos na Folha de Rosto.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari 13 de março de 2017.

Josiane Gonçalves
Presidente do CMDCA

Câmara Municipal de Marialva
Rua Nossa Senhora do Rocio, 873 – Centro – CEP 86990-000 / Marialva (PR)
CNPJ: 77.924.678/0001-95 - Telefone: (44) 3232-1300
camara@camaramarialva.pr.gov.br
www.camaramarialva.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 01/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MARIALVA
CNPJ Nº 77.924.678/0001-95
Rua Nossa Senhora do Rocio, 873 Marialva PR.
CONTRATADO: L.R. VIRGENTIN LTDA-ME
CNPJ 10.662.077/0001-80
Rua Atílio Ferri,250 sala 2
OBJETO: Fornecimento de passagens aéreas, para qualquer localidade em âmbito nacional, aos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo de Marialva, ou a quem prestar serviços a este Legislativo, em viagens oficiais.
VALOR: R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.49.00 – Bilhetes de Passagens
LEGISLAÇÃO: O presente contrato reger-se-á de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
VIGENCIA: 12 meses a partir da data de sua publicação.
Marialva PR: 13 de março de 2017

Ricardo Aparecido Vendrame
Presidente Câmara Municipal

CEDCA-PR
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família e Desenvolvimento Social

DELIBERAÇÃO Nº 051/2016 – CEDCA/PR

Estabelece os procedimentos de repasse de recursos no formato fundo a fundo para o fortalecimento do atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 227 que "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, *além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"*;

Considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a Garantia da Proteção Integral e dos Direitos Fundamentais às crianças e aos adolescentes;

Considerando que o relatório gerado pelo Sistema de Informação para Infância e a Adolescência - SIPIA CT WEB, no período de 01/01/2015 a 31/12/2015, aponta que foram registrados pelos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná 6.080 casos de violação do Direito Fundamental à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade e que no período de 01/01/2016 até 06/05/2016 o total de registros foi de 2.142;

Considerando que os dados do SIPIA e de estudos científicos também revelam que os principais autores de violência são familiares ou pessoas próximas da criança e do adolescente;

Considerando a Resolução n° 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que versa sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS e estabelece que *as famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de diversas formas de violência (BRASIL, 2009, p.19) são público - alvo do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos - PAEFI;*

Considerando que o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná preconiza, no Eixo 2 - Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, fortalecer os municípios para o acompanhamento especializado de crianças e adolescentes em situação de violência e suas famílias e fomentar a implantação de programas de orientação e atendimento às pessoas que cometem violência contra crianças e adolescentes;

Considerando que o Plano de Ação de 2016 aprovado pelo CEDCA- PR prevê recursos financeiros para cofinanciamento de programas de enfrentamento às violências, inclusive de atendimento ao autor de violência;

Considerando o Decreto Estadual 10.455/2014 que regulamenta a transferência automática de recursos do FIA aos Fundos Municipais para a Infância e a Adolescência.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, reunido em 21 de outubro de 2016, estabelece o presente edital.

I - DO OBJETO E DOS RECURSOS

Art. 1º Fica estabelecido o incentivo financeiro estadual fundo a fundo para o fortalecimento do atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência, no valor total de *R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos reais),* em conformidade ao Decreto 10.455/2014.

Art. 2º O incentivo financeiro está condicionado à existência e funcionamento do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos - PAEFI no município, em conformidade com a tabela apresentada no Art. 6º.

§ 1º O repasse financeiro será realizado em parcela única. Os recursos serão depositados em conta do Fundo Municipal, em Banco Oficial (Banco do Brasil).

§ 2º Para os municípios de pequeno porte I, considerando que estes municípios não recebem incentivos financeiros provindos do Governo Federal, será destinado o incentivo no valor de *R$ 10.000,00* (dez mil reais) para cada CREAS, a ser investido na execução do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos - PAEFI.

§ 3º Para os municípios de pequeno porte II, médio, grande porte e metrópole será destinado o incentivo financeiro no valor de *R$ 7.272,00* (sete mil, duzentos e setenta e dois reais) para cada CREAS, a ser investido na execução do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos - PAEFI, em conformidade com a tabela apresentada no Art. 6º.

Art. 3º As diretrizes para o fortalecimento do atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência são:

I - a oferta de atendimento humanizado às crianças, aos adolescentes e suas famílias, garantindo a acolhida, integração, elaboração de plano de atendimento individual e familiar, ações intra e intersetoriais e preparação gradual para o desligamento;

II - o estimulo a instituição/fortalecimento de redes municipais de proteção aos direitos de crianças e adolescentes;

III - o incentivo a criação de protocolos e fluxos de atendimento, envolvendo as demais políticas públicas afetas ao enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes;

IV - a preparação das equipes profissionais dos CREAS e, se possível, dos demais serviços que compõem a rede de proteção para a garantia de atendimento especializado no enfrentamento às violências, bem como, para o desenvolvimento de metodologia especializada para o atendimento aos autores de violência;

V - a implantação/implementação de ações específicas para o atendimento aos autores de violência, adotando metodologias de trabalho e procedimentos que evitem a revitimização da criança e do adolescente e previnam as reincidências;

VI - o trabalho com as famílias autoras de violência pautado nos princípios e diretrizes previstos no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. O foco do trabalho deve propiciar o fortalecimento do cuidado protetor das famílias, a reintegração familiar, o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social e a superação da lógica de culpabilização das famílias;

VII - a orientação e encaminhamento das famílias ou responsáveis para inclusão ou atualização dos seus dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, quando identificada necessidade;

VIII - a adoção de estratégias que estimulem a participação das crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, no planejamento, monitoramento e avaliação do serviço.

Art. 4º Os 157 (cento e cinquenta e sete) municípios indicados no Art. 6º deverão enviar o termo de adesão, o plano de ação e os demais documentos, até o dia 28 de fevereiro de 2017.

II - DOS PROCEDIMENTOS

Art. 5º Para a realização do repasse fundo a fundo os municípios contemplados deverão, com base no art. 4º do Decreto 10.455/2014, assinar o termo de adesão, apresentar o plano de ação (ações a serem executadas) e a documentação comprobatória; seguindo as orientações e os modelos propostos nos anexos II, III, e V desta Deliberação.

Parágrafo único: No plano de ação, o Prefeito e o Gestor Municipal da Política da Criança e do Adolescente deverão apresentar informações, documentalmente comprovadas, a respeito:

I - da lei de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - do efetivo funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; que deve ser composto paritariamente por representações governamentais e da sociedade civil;

III - da existência de Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência, com orientação e controle social do respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - da existência de Plano Municipal para a Infância e a Adolescência, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - da aprovação do plano de ação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI – da equipe profissional de referência para atuar no CREAS, de acordo com a composição das equipes de referência do CREAS, prevista na Portaria de n° 843, de 28 de dezembro de 2010.

VII - da adoção das diretrizes para o fortalecimento do atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência, descritas no Art. 3° da presente Deliberação.

Art. 6° Poderão apresentar o plano de ação, a ser executado com recursos do FIA, os municípios elencados na tabela abaixo:

Nº	MUNICÍPIO	PORTE	QUANTIDADE DE CREAS	VALOR POR CREAS	VALOR TOTAL
1	Almirante Tamandaré	Grande	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
2	Alto Piquiri	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
3	Altônia	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
4	Andirá	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
5	Antonina	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
6	Apucarana	Grande	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
7	Arapongas	Grande	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
8	Arapoti	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
9	Araucária	Grande	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
10	Assaí	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
11	Assis Chateaubriand	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
12	Astorga	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
13	Bandeirantes	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
14	Barracão	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
15	BITURUNA	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
16	Boa Ventura de São Roque	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
17	Boa Vista da Aparecida	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
18	Braganey	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
19	Cambará	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
20	Cambé	Médio	2	R$ 7.272,00	R$ 14.544,00
21	Campina da Lagoa	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
22	Campina Grande do Sul	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
23	Campo Largo	Grande	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
24	Campo Magro	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
25	Campo Mourão	Médio	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
26	Cantagalo	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
27	Carambeí	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
28	Carlópolis	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
29	Cascavel	Grande	3	R$ 7.272,00	R$ 21.816,00
30	Castro	Médio	2	R$ 7.272,00	R$ 14.544,00
31	Centenário do Sul	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
32	Chopinzinho	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
33	Cianorte	Médio	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
34	Cidade Gaúcha	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
35	Colombo	Grande	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00

Nº	MUNICÍPIO	PORTE	QUANTIDADE DE CREAS	VALOR POR CREAS	VALOR TOTAL
36	Colorado	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
37	Contenda	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
38	Corbélia	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
39	Cornélio Procópio	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
40	Coronel Vivida	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
41	Cruzeiro do Oeste	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
42	Curitiba	Metrópole	9	R$ 7.272,00	R$ 65.448,00
43	Curiúva	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
44	Diamante D'Oeste	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
45	Dois Vizinhos	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
46	Engenheiro Beltrão	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
47	Entre Rios do Oeste	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
48	Fazenda Rio Grande	Médio	2	R$ 7.272,00	R$ 14.544,00
49	Fernandes Pinheiro	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
50	Figueira	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
51	Foz do Iguaçu	Grande	2	R$ 7.272,00	R$ 14.544,00
52	Francisco Beltrão	Médio	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
53	Godoy Moreira	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
54	Goioerê	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
55	Guaíra	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
56	Guamiranga	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
57	Guaraniaçu	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
58	Guarapuava	Grande	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
59	Guaratuba	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
60	Ibaiti	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
61	Ibema	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
62	Ibiporã	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
63	Imbituva	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
64	Inajá	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
65	Iporã	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
66	Irati	Médio	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
67	Iretama	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
68	Itaperuçu	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
69	Ivaiporã	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
70	Ivaté	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

Nº	MUNICÍPIO	PORTE	QUANTIDADE DE CREAS	VALOR POR CREAS	VALOR TOTAL
71	Jaboti	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
72	Jacarezinho	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
73	Jaguapitã	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
74	Jaguariaíva	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
75	Jandaia do Sul	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
76	Jardim Alegre	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
77	Lapa	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
78	Laranjeiras do Sul	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
79	Lidianópolis	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
80	Loanda	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
81	Londrina	Grande	3	R$ 7.272,00	R$ 21.816,00
82	Luiziana	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
83	Mamborê	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
84	Mandaguaçu	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
85	Mandaguari	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
86	Mandirituba	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
87	Manoel Ribas	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
88	Marechal Cândido Rondon	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
89	Marialva	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
90	Mariluz	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
91	Maringá	Grande	2	R$ 7.272,00	R$ 14.544,00
92	Matinhos	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
93	Medianeira	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
94	Mercedes	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
95	Morretes	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
96	Nova Esperança	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
97	Nova Londrina	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
98	Nova Olímpia	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
99	Nova Santa Rosa	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
100	Nova Tebas	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
101	Ortigueira	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
102	Paiçandu	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
103	Palmas	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
104	Palmeira	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
105	Palotina	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00

Nº	MUNICÍPIO	PORTE	QUANTIDADE DE CREAS	VALOR POR CREAS	VALOR TOTAL
106	Paraíso do Norte	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
107	Paranaguá	Grande	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
108	Paranavaí	Médio	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
109	Pato Bragado	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
110	Pato Branco	Médio	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
111	Pérola	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
112	Pinhais	Grande	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
113	Pinhão	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
114	Piraí do Sul	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
115	Piraquara	Médio	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
116	Pitanga	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
117	Ponta Grossa	Grande	3	R$ 7.272,00	R$ 21.816,00
118	Pontal do Paraná	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
119	Prudentópolis	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
120	Quatro Barras	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
121	Quedas do Iguaçu	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
122	Querência do Norte	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
123	Quitandinha	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
124	Rebouças	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
125	Reserva	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
126	Reserva do Iguaçu	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
127	Rio Azul	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
128	Rio Branco do Sul	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
129	Rio Negro	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
130	Rolândia	Médio	2	R$ 7.272,00	R$ 14.544,00
131	Rondon	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
132	Santa Helena	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
133	Santa Tereza do Oeste	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
134	Santa Terezinha de Itaipu	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
135	Santo Antônio da Platina	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
136	Santo Antônio do Sudoeste	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
137	São João do Ivaí	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
138	São João do Triunfo	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
139	São José dos Pinhais	Grande	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
140	São Mateus do Sul	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00

Nº	MUNICÍPIO	PORTE	QUANTIDADE DE CREAS	VALOR POR CREAS	VALOR TOTAL
141	São Miguel do Iguaçu	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
142	São Pedro do Ivaí	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
143	Sarandi	Médio	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
144	Sengés	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
145	Sertaneja	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
146	Telêmaco Borba	Médio	2	R$ 7.272,00	R$ 14.544,00
147	Toledo	Grande	2	R$ 7.272,00	R$ 14.544,00
148	Tomazina	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
149	Ubiratã	PP2	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
150	Umuarama	Grande	2	R$ 7.272,00	R$ 14.544,00
151	União da Vitória	Médio	1	R$ 7.272,00	R$ 7.272,00
152	Uraí	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
153	Wenceslau Braz	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
	EM PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO				
154	Marilândia do Sul	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
155	Anahy	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
156	Jataizinho	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
157	Três Barras do Paraná	PP1	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

Fonte: Censo 2015 e CADSUAS

Art. 7° No que se refere à adesão dos municípios, casos específicos serão analisados pelo CEDCA e em conformidade às seguintes diretrizes:

§ 1º O incentivo financeiro destina-se exclusivamente para o fortalecimento do atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência;

§ 2° Os municípios elencados na tabela do Art. 6° que ainda estão em processo de implantação do CREAS (Marilândia do Sul, Anahy, Jataizinho e Três Barras do Paraná), na ocasião do envio do termo de adesão, plano de ação e demais documentos, deverão já ter implantado o equipamento CREAS para o recebimento do incentivo financeiro.

Art. 8° Os municípios que optarem por não aderir a esta Deliberação deverão apresentar justificativa da desistência ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1° Os municípios deverão protocolar sua desistência com justificativa e aprovação do CMDCA, por intermédio de ofício enviado ao CEDCA/PR, até o prazo previsto para o envio de documentações (28 de fevereiro de 2017).

Art. 9º Os compromissos para participação do município são os seguintes:

I - participar das capacitações promovidas pela SEDS e CEDCA/PR, relativas aos projetos apoiados;

II - prestar informações sobre o projeto, sistematicamente e, sempre que solicitado, ao órgão gestor da política estadual SEDS e CEDCA/PR;

III - possuir Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos - PAEFI, no município;

IV - incluir no projeto ou na ação local a denominação SEDS/CEDCA/PR/Deliberação 051/2016 em relatórios institucionais e em publicidades locais;

V – incluir em todos os bens adquiridos e materiais institucionais vinculados ao fortalecimento do atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência a inscrição SEDS/CEDCA/PR/Deliberação 051/2016;

VI - na execução das ações observar as diretrizes técnicas descritas no Art. 3°.

III - DOS ITENS DE DESPESA

Art. 10. Os recursos solicitados poderão ser utilizados para cobertura dos itens de despesa abaixo relacionados:

I - custeio

a) material de consumo;

b) serviço de terceiros - pessoa física:

c) serviços de Terceiros - pessoa jurídica;

II - investimento

a) equipamentos;

b) obras e reformas não poderão ser realizadas com o referido recurso.

§ 1° Considerando que o incentivo financeiro volta-se para o fortalecimento do atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência, os recursos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de manutenção cotidiana do serviço, como material de expediente, limpeza e cozinha/copa.

§ 2° Não serão permitidas aquisições ou contratações de serviços que envolvam conservação e manutenção patrimonial, como copa, limpeza, segurança, monitoramento eletrônico, sistema de câmera, etc.

IV - DA ANÁLISE, PARECER E APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Art. 11. O plano de ação deverá ser assinado pelo gestor municipal da política da criança e do adolescente e aprovado pelo CMDCA, devendo ser apresentado Resolução e/ou Deliberação do CMDCA que comprove a aprovação.

Art. 12. O plano de ação aprovado pelo CMDCA, o Termo de Adesão e os demais documentos solicitados na presente Deliberação deverão ser protocolados por meio do Sistema Integrado

de Protocolo do Estado do Paraná junto aos Escritórios Regionais da SEDS (vide os endereços no Anexo IV) e posteriormente encaminhados à Coordenação da Política da Criança e do Adolescente - CPCA/SEDS, a qual ratificará o parecer e a documentação apresentada.

Art. 13. Aos Escritórios Regionais da SEDS competirá conferir as documentações apresentadas pelo município, se o valor total solicitado está de acordo com o previsto no Art. 6° e ratificar por meio de informação técnica a aprovação do plano de ação, conforme os critérios estabelecidos nesta Deliberação.

Art. 14. Dentro do prazo de vigência desta Deliberação, os protocolos contendo as adesões dos municípios poderão retornar aos Escritórios Regionais quantas vezes forem necessárias, com o objetivo de regularizar todas as pendências que se apresentarem ou proceder alterações e ajustes que se fizerem necessários à aprovação do repasse de recursos.

Art. 15. Trimestralmente, a Coordenação da SEDS responsável pela operacionalização do fortalecimento do atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência apresentará à Câmara de Garantia de Direitos, para ciência, a listagem dos municípios que fizeram a adesão ao incentivo financeiro, do qual trata a citada Deliberação.

V - DA EXECUÇÃO DO RECURSO

Art. 16. O município deverá iniciar a execução do recurso em até 60 dias após o recebimento do mesmo.

Art. 17. Nos casos em que os municípios identifiquem a necessidade de alteração do plano de ação após o recebimento do recurso, este deverá realizar a aprovação do novo plano de ação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e encaminhar à SEDS a Resolução que comprove tal procedimento, conjuntamente com o novo plano de ação e ofício justificando a necessidade de modificação do mesmo.

Art. 18. Os recursos que eventualmente não forem executados ao final de 24 (vinte e quatro) meses após o repasse, deverão ser devolvidos ao FIA Estadual.

VI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 19. Em conformidade ao Decreto 10.455/2014, a prestação de contas dos recursos repassados será realizada através do relatório de gestão físico-financeiro e de execução.

Parágrafo único. O relatório de gestão físico-financeiro e de execução deverá ser encaminhado ao Órgão Gestor Estadual a cada seis (6) meses, a partir do início da execução do projeto, após estar devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 20. A omissão na apresentação do relatório de gestão físico-financeiro e de execução impedirá o repasse de futuros recursos do FIA, que somente será restabelecido após a

apresentação do mesmo, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 21. Se o CMDCA aprovar parcialmente ou com ressalvas o relatório de gestão físico-financeiro e de execução, o documento deverá estar acompanhado de justificativa do respectivo Conselho para aprovação parcial, e de um plano de providências - prestação de contas/FIA do município, devidamente aprovado pelo Conselho, para que as ressalvas sejam resolvidas até a data de entrega do próximo relatório.

§1º As ressalvas não sendo sanadas, será instaurado procedimento de tomada de contas especial no município;

§2º Nos casos em que houver saldo superior a 30%, o relatório deverá vir acompanhado de justificativa do município, bem como de aprovação do CMDCA.

Art. 22. Se houver necessidade de instauração de tomada de contas especial, o município não receberá o repasse de novos recursos do FIA e caso as ressalvas não sejam sanadas e sejam detectadas irregularidades, o município deverá devolver o recurso recebido, devidamente corrigido, ao FIA Estadual.

Art. 23. Os casos omissos serão tratados pelo Órgão Gestor Estadual da Política da Criança e do Adolescente, juntamente com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VII - DO MONITORAMENTO DA AÇÃO

Art. 24. As ações do plano de ação serão avaliadas semestralmente pelos CMDCAs. Os CMDCAs deverão elaborar relatório semestral sobre o andamento da execução das ações. Os relatórios produzidos pelo CMDCAs serão analisados pelos Escritórios Regionais da SEDS e posteriormente pelo CEDCA-PR.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. A presente deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 21 de outubro de 2016.

Leandro Nunes Meller
Presidente do Conselho Estadual
dos Direitos da Criança e do Adolescente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI
Secretaria Municipal de Assistência Social

Plano de Ação

SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS

FUNDO ESTADUAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA

PLANO DE AÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA

I. DADOS CADASTRAIS

1. ORGÃO PROPONENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Mandaguari
Nível de Gestão: Básica
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Praça dos três Poderes, nº 500 - Centro
CEP: 86975-000
Telefone: (44) 3233-8400
Fax: (44) 3233-8462
E-mail: gabinete@mandaguari.pr.gov.br
Prefeito: Romualdo Batista

2. ÓRGÃO GESTOR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nome: Secretaria Municipal de Assistência Social
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 – Centro
CEP: 86975-000
Telefone: (44) 3233-3630
Fax: (44) 3233-2171
E-mail: mandaguari.secsocial@gmail.com
Gestor: Gisele Maria Munhoz Knupp

3. FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Nome: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mandaguari
CNPJ (tem que ser próprio do Fundo para Infância e Adolescência): 11.739.193/0001-13
Secretaria onde está vinculado: Secretaria Municipal de Assistência Social
Telefone: (44) 3233-3630
Ato de Criação: Lei nº 2.485/2015
Data Assinatura: 12/05/2015
Data Publicação: 14/05/2015

4. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nome: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cidade: Mandaguari
UF: PR

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI
Secretaria Municipal de Assistência Social

Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 - Centro
CEP: 86975-000

Secretária Executiva: Marlene Neves Gonçalves
Ato de Criação: Lei nº 2.485/2015
Data Assinatura: 12/05/2015
Data Publicação: 14/05/2015

CONSELHEIROS DO CMDCA 332.079.108-42

Nº	Nome	CPF	Representação	Inicio do Mandato	Fim do Mandato
1	**Gisele M. Munhoz Knupp**	**007.330.909-58**	**Secr. Ass. Social**	**09/02/2017**	**27/05/2017**
	Juliana Moura dos Santos	332.079.108-42	Secr. Ass. Social	08/12/2015	27/05/2017
2	**Maria de Lourdes A.Paes**	**026.496.129-32**	**Secr. Ass. Social**	**08/12/2015**	**27/05/2017**
	Adriana Morganiça Gariani	810.794.009-15	Secr. Ass. Social	27/05/2015	27/05/2017
3	**Claudia Maria Ferrairo Rodelli**	**965.738.309-97**	**Secr. Saúde**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Deise Dayane E. Vernillo	044.453.249-81	Secr. Saúde	27/05/2015	27/05/2017
4	**Adenise Batista Rodrigues**	**019.173.109-94**	**Secr. Educação**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Alcione dos Santos F. Moraes	006.627.919-40	Secr. Educação	14/09/2016	27/05/2017
5	**Alfredo Mauro dos Santos**	**505.578.669-87**	**Núcleo Regional Estadual**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Irene Esteves Cordeiro Alva	575.382.129-49	Núcleo Regional Estadual	27/05/2015	27/05/2017
6	**Josias Gonçalves**	**557.559.719-72**	**Secr. Planejamento**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Carlos Bredariol	064.894.449-25	Secr. Planejamento	27/05/2015	27/05/2017
7	**Stael Maria de Oliveira**	**495.963.229-15**	**Procuradoria Jurídica**	**13/07/2016**	**27/05/2017**
	Guilherme A.Lima C. Neia	057.830.729-40	Procuradoria Jurídica	13/07/2016	27/05/2017
8	**Samantha Terra Fascio**	**083.448.119-70**	**Organização da Soc. Civil**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Tânia Maria Gomes da Silva	674.376.726-34	Organização da Soc.Civil	27/05/2015	27/05/2017
9	**Joice P Coutinho Simões**	**754.834.169-53**	**Organização da Soc. Civil**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Ana Maria Felizardo Cúcolo	830.585.089-72	Organização da Soc.Civil	27/05/2015	27/05/2017
10	**Valdirene Lima dos Santos**	**025.949.239-66**	**Organização da Soc. Civil**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Flávia Teles	066.169.999-47	Organização da Soc. Civil	27/05/2015	27/05/2017
11	**Eliane Queila Valdomiro**	**054.154.306-79**	**Organização da Soc. Civil**	**03/02/2016**	**27/05/2017**
	Daniele Caroline Lança da Silva	082.678.349-07	Organização da Soc. Civil	27/05/2015	27/05/2017
12	**Fernanda Monteiro**	**073.733.449-50**	**Assoc. de Pais, Professores e Servidores**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Selma de Fátima F. Bertolini	752.432.619-04	Assoc. de Pais, Professores e Servidores	27/05/2015	27/05/2017
13	**Luiz Roberto Inacio**	**604.372.609-25**	**Assoc. de Pais, Professores e Servidores**	**18/04/2016**	**27/05/2017**
	Rosangela Pinheiro Vieira	023.972.329-52	Assoc. de Pais, Professores	27/05/2015	27/05/2017

			e Servidores		
14	**Zilda Donha**	**512.068.629-04**	**Defesa e Garantia de Direitos**	**27/05/2015**	**27/05/2017**
	Lucilene da Silva Azevedo	924.684.119-00	Defesa e Garantia de Direitos	27/05/2015	27/05/2017

5. PLANO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Data da Aprovação do CMDCA: 26/09/2014

Data da Publicação: 27/09/2014

II. PROPOSTA DE ATENDIMENTO (META)

1. Executada pelo CREAS

Eixo de Ação	Público	Previsão de Atendimento	Local a ser Executado
Atendimento humanizado e especializado às crianças, adolescentes e famílias, seguindo as fases descritas no Art. 3°	Crianças, adolescentes e famílias	20	CREAS
Implantação/implementação de ações específicas para o atendimento dos autores de violência, adotando metodologias de trabalho e procedimentos que evitem a revitimização da criança e do adolescente e previnam reincidências.	Famílias agressoras e/ou demais agressores	54	CREAS
Orientação e encaminhamento das famílias das crianças e adolescentes para inclusão ou atualização dos seus dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, quando identificada necessidade.	Famílias	20	CREAS
Adoção de estratégias que estimulem a participação das crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, no planejamento, monitoramento e avaliação do serviço.	Crianças, adolescentes e famílias	54	CREAS

**Observação: Estes dados tem como base os atendimentos realizados no ano de 2016.*

2. Executada pelo CREAS em conjunto com os serviços das demais políticas públicas (Descrever como o CREAS fomentará a execução das ações)

Eixo de Ação	Público	Previsão de Atendimento	Local a ser Executado
Instituição/fortalecimento de redes municipais de proteção aos direitos de crianças e adolescentes	Serviços e Organizações da Sociedade Civil	10	CREAS
Criação de protocolos e fluxos de atendimento, envolvendo as demais políticas públicas afetas ao enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes	Serviços e Organizações da Sociedade Civil		

Meta: Realização de apresentações musicais para a Rede de Serviços Socioassistenciais do Município.

10

II. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO

PARCELA ÚNICA: R$ 7.272,00

IV. PREVISÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA

O município deverá marcar um X na rubrica orçamentária referente ao tipo despesa que pretende executar. Não é obrigatório prever despesas para todos os eixos de ação.

Eixo De Ação	Custeio Município	Investimento Município
Atendimento humanizado e especializado às crianças, adolescentes e famílias, seguindo as fases descritas no Art. 3°	X	
Implantação/implementação de ações específicas para o atendimento aos autores de violência, adotando metodologias de trabalho e procedimentos que evitem a revitimização da criança e do adolescente e previnam reincidências.	X	
Orientação e encaminhamento das famílias das crianças e adolescentes para inclusão ou atualização dos seus dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, quando identificada necessidade.	X	
Adoção de estratégias que estimulem a participação das crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, no planejamento, monitoramento e avaliação do serviço.	X	
Estímulo a instituição/fortalecimento de redes municipais de proteção aos direitos de crianças e adolescentes.	X	
Apoio para a criação de protocolos e fluxos de atendimento, envolvendo as demais políticas públicas afetas ao enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes.	X	

V. RESUMO EXECUTIVO

1. Valor Total Repasse Incentivo Financeiro: R$ 7.272,00
2. Recursos próprios a serem alocados no Fundo (Anual - 2017): R$ 0,00
3. Outras fontes (Anual - 2017): R$ 153.540,00
4. Total de recursos do Fundo Municipal para o exercício 2017: R$ 160.812,00

VI. PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL SOBRE O PLANO DE AÇÃO (ENVIAR EM ANEXO CÓPIA DA ATA PUBLICADA E DA RESOLUÇÃO/DELIBERAÇÃO DO CMDCA)

1. Parecer (Redigir o parecer do CMDCA, conforme consta em ata)
Após discussão foi **aprovado o Plano de Ação e ratificado os dados preenchidos na Folha de Rosto.**

1.1 CONCLUSÃO DA ANALISE DO PLANO DE AÇÃO

Favorável (X)
Desfavorável ( )

1.2 DATA DA REUNIÃO: 13/03/2017

VII. DECLARAÇÃO

Por meio deste instrumento, declaro:

- A adesão ao repasse Fundo a Fundo e ratifico os demais compromissos do termo de adesão anteriormente assinado;
- O pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
- A existência de Plano Municipal da Criança e do Adolescente;
- Que as informações prestadas são verdadeiras, sob as penas da lei.

ROMUALDO BATISTA
PREFEITO

GISELE MARIA MUNHOZ KNUPP
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mandaguari, 20 de março de 2017.

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
Coordenação da Política da Criança e do Adolescente

TERMO DE ADESÃO AO FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES VÍTIMAS DE DIVERSAS FORMAS DE VIOLÊNCIA E AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Termo que firma o Órgão gestor da Política da Criança e do Adolescente do Município de Mandaguari, neste ato representado pelo Prefeito Romualdo Batista e pela Secretária responsável pela execução da Política da Criança e do Adolescente Gisele Maria Munhoz Knupp, com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao incentivo financeiro para o fortalecimento do atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência, com recursos do Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência.

Em conformidade com a Deliberação nº 051/2016 do Conselho Estadual para os Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA-PR, resolve subscrever o presente Termo de Adesão para o fortalecimento do atendimento às crianças e adolescentes, vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Art. 1º O presente Termo de Adesão tem como objeto a adesão do Município de Mandaguari ao que prevê a Deliberação 051/2016 do CEDCA-PR, a qual delibera o repasse de incentivo financeiro para o fortalecimento do atendimento às crianças e adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência.

Parágrafo único. O fortalecimento do atendimento às crianças e adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência, de acordo com a Resolução de nº 109/2009 do CNAS é desenvolvido no município pelo CREAS, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI.

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
Coordenação da Política da Criança e do Adolescente

DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO/SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÀO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 2º O MUNICÍPIO, quando da assinatura do Termo de Adesão, comprometer-se-á com as seguintes atribuições:

§ 1º Possuir Centro de Referência Especializado da Assistência Social CREAS e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e a Indivíduos - PAEFI;

§ 2º Manter em funcionamento o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

§ 3º Preencher o plano de ação (Anexo III da Deliberação 051/2016) tomando como parâmetro as diretrizes técnicas previstas na presente Deliberação do CEDCA-PR, conforme segue:

I - a oferta de atendimento humanizado às crianças, aos adolescentes e suas famílias, garantindo a acolhida, integração, elaboração de plano de atendimento individual e familiar, ações intra e intersetoriais e preparação gradual para o desligamento;

II - o estimulo a instituição/fortalecimento de redes municipais de proteção aos direitos de crianças e adolescentes;

III - o incentivo a criação de protocolos e fluxos de atendimento, envolvendo as demais políticas públicas afetas ao enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes;

IV - a preparação das equipes profissionais dos CREAS e, se possível, dos demais Serviços que compõem a rede de proteção para a garantia de atendimento especializado no enfrentamento às violências, bem como, para o desenvolvimento de metodologia especializada para o atendimento aos autores de violência;

V - a implantação/implementação de ações específicas para o atendimento aos autores de violência, adotando metodologias de trabalho e procedimentos que evitem a revitimização da criança e do adolescente e previnam as reincidências;

VI - o trabalho com as famílias autoras de violência pautado nos princípios e diretrizes previstos no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. O foco do trabalho deve propiciar o fortalecimento do cuidado protetor das famílias, a reintegração familiar, o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social e a superação da lógica de culpabilização das famílias;

VII - a orientação e encaminhamento das famílias ou responsáveis para inclusão ou atualização dos seus dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, quando identificada necessidade;

VIII - a adoção de estratégias que estimulem a participação das crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, no planejamento, monitoramento e avaliação do serviço.

IX - participar das capacitações promovidas pela SEDS e CEDCA/PR, relativas aos projetos apoiados;

X - prestar informações sobre o projeto, sistematicamente e, sempre que solicitado, ao CMDCA, órgão gestor da política estadual SEDS e CEDCA/PR;

XI - incluir no projeto ou na ação local a denominação SEDS/CEDCA/PR em relatórios institucionais e em publicidades locais;

XII - na execução das ações observar as diretrizes técnicas descritas no Art. 3°;

XIII - o município deverá iniciar a execução do recurso em até 60 dias após o recebimento do mesmo;

XIV - nos casos em que os municípios identifiquem a necessidade de alteração do Plano de Ação após o recebimento do recurso, este deverá realizar a aprovação do novo Plano no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e encaminhar à SEDS a Resolução que comprove tal procedimento, conjuntamente com o novo Plano de Ação e ofício justificando a necessidade de modificação do mesmo;

XV - em conformidade ao Decreto Estadual de n° 10.455/2014, a prestação de contas dos recursos repassados será realizada através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução. O Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução deverá ser encaminhado ao órgão gestor estadual a cada 6 meses, a partir do início da execução do projeto, após estar devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XVI - executar os recursos na sua integralidade num prazo de até 18 (dezoito) meses após o recebimento do repasse, os quais poderão ser reprogramados, mediante justificativa, pelo prazo de até 6 (seis) meses;

XVII - efetuar a devolução ao FIA Estadual de saldos de recursos não executados ao final dos 24 (vinte e quatro meses) que podem durar a execução.

CLÁUSULA SEGUNDA - Atribuições do Estado

Art. 3º Formalizar o repasse automático fundo a fundo com os municípios contemplados e que cumpriram as exigências da presente Deliberação;

Art. 4º Realizar o assessoramento técnico necessário à execução da ação;

Art. 5° Disponibilizar, oportunamente, instrumentos e sistemas de informação necessários para o acompanhamento, avaliação, controle e prestação de contas dos recursos;

Art. 6° Promover e apoiar a capacitação dos trabalhadores municipais e estaduais, para melhor execução dos serviços e do incentivo financeiro;

Art. 7° Fomentar e fortalecer o desenvolvimento de ações intra e intersetoriais entre as políticas públicas;

Art. 8º Apresentar ao CEDCA-PR informações sobre o andamento da execução do plano de ação;

Art. 9° Prestar informações que subsidiem as ações do CEDCA/PR quanto ao monitoramento e à avaliação do plano de ação.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Penalidades

Art. 10 O descumprimento deste termo, por parte do município, implicará na suspensão dos repasses financeiros do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA/PR e até mesmo a devolução parcial ou integral dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Art. 11 As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, no âmbito dos Conselhos Municipais, serão apreciadas e julgadas pelo Órgão Gestor Estadual e pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Curitiba, _____ de _____ de _____.

_____
Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

_____
Romualdo Batista
Prefeito

_____
Gisele Maria Munhoz Knupp
Secretária Municipal Responsável pela execução da Política da Criança e do Adolescente

CMDCA- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANDAGUARI
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Fone/Fax: (0**44) 3233
Email: cmdcamandaguari@hotmail.com - CEP 86975-000 - Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 02/2017

Súmula: Aprovação do Plano de Ação referente a Deliberação Nº 051/2016 – CEDCA/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 13 de março de 2017.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação referente à Deliberação Nº 051/2016 – CEDCA/PR, que discorre sobre o incentivo financeiro estadual fundo a fundo para o fortalecimento do atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência.

Artigo 2º - Ratificar os dados preenchidos na Folha de Rosto.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

, Mandaguari 13 de março de 2017.

Josias Gonçalves
Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 78.970.334/0001-30
Fone/Fax (44) 3463-1587 / 1463-1149 - e-mail: prefeitura@paranacity.pr.gov.br
Rua Pedro Paulo Vendrame, 1023 – CEP 87660-000 – PARANACITY – Paraná
Site: www.paranacity.pr.gov.br

PORTARIA Nº. 041/2017

RUBLI TEREZINHA WANDERBROOK, Prefeita do Município de Paranacity, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade a Lei Municipal 1.378/2002 e § 2º do Art. 29 da Lei

CMDCA- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANDAGUARI
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Fone/Fax: (0**44) 3235
Email: cmdcamandaguari@hotmail.com - CEP 86975-000 - Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 03/2017

Súmula: Aprovação do Plano de Ação referente a Deliberação Nº 055/2016 – CEDCA/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015, e,

Considerando a deliberação de plenária realizada em 13 de março de 2017

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação referente a Deliberação Nº 055/2016 – CEDCA/PR, que discorre sobre o incentivo financeiro, pelo Programa Crescer em Família, ao serviços de acolhimento institucional e familiar, com a finalidade de reordenar e adequar os serviços às normativas vigentes.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari 13 de março de 2017.

Josias Gonçalves
Presidente do CMDCA

CMDCA- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANDAGUARI
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Fone/Fax: (0**44) 3235
Email: cmdcamandaguari@hotmail.com - CEP 86975-000 - Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 02/2017

Súmula: Aprovação do Plano de Ação referente a Deliberação Nº 051/2016 – CEDCA/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 13 de março de 2017.

Resolve:

Artigo 1º - Aprover o Plano de Ação referente a Deliberação Nº 051/2016 – CEDCA/PR, que discorre sobre o incentivo financeiro estadual fundo a fundo para o fortalecimento do atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de diversas formas de violência e aos autores de violência.

Artigo 2º - Ratificar os dados preenchidos na Folha de Rosto.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari 13 de março de 2017.

Josias Gonçalves
Presidente do CMDCA

CMDCA- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANDAGUARI
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Fone/Fax: (0**44) 3235
Email: cmdcamandaguari@hotmail.com - CEP 86975-000 - Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 04/2017

...HOZ DE MELLO ... - PR

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2017 - PR
Processo Administrativo: 48/2017
Processo de Licitação: 48/2017
Data do Processo: 03/03/2017
Folha: 10

...O E ADJUDICAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

...ALMEIDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, ...nos princípios ordenadores contidos na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e ...ão e seus anexos de todos, Inscrito ...

...PARTICIPAÇÃO:
...a Empresa de Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, cuja ...ão) conforme o ramo de atividade nas características constantes ...
...m) proposta(s) para os itens constantes nos itens nº 01, e/ou nº 02, ...o e proposta de preços (ENVELOPE Nº 01), os documentos solicitados, ...ntas e Mudas – RENASEM ou protocolo do pedido para o referido ...

...m responsável técnico com graduação em Agronomia ou Engenharia ...

...vínculo do responsável técnico poderá ser realizado mediante ..., ou Contrato de Prestação de Serviço, ou ainda, se o responsável ...

...ão; ficam alteradas a hora e a data de abertura dos envelopes de ...ção, bem como abertura dos envelopes contendo as propostas de ...

...PREÇOS e HABILITAÇÃO: até às 8:30 (Oito horas e vinte minutos) do ...os da Prefeitura do Município de Astorga-PR.

...DE PREÇOS: dia 31/03/2017, às 09:00 (nove horas), no Auditório da ...PR.

Astorga, 17 de março de 2017.

...ODOLFO ... BARBOSA ...

Município de Astorga
Estado do Paraná

HOMOLOGAÇÃO
...ÃO PRESENCIAL Nº 068/2016

...do Município de Astorga-PR, no uso de suas atribuições legais; ...mitido em 17/03/2017; torna público a HOMOLOGAÇÃO do ...esas abaixo:

...A LTDA, CNPJ: 80.814.028/0001-62, sagrou-se vencedora dos ...ando o valor de R$ 57.240,00 (Cinquenta e sete mil, duzentos e

...TERIAIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 09.386.423/0001-73, ...itens nºs 06, 07 e 08, totalizando o valor de R$ 57.760,00 ...entos e oitenta reais);
...A ME, CNPJ: 10.867.360/0001-38, sagrou-se vencedora dos itens ...50, 63, 65, 67, 92 e 98, totalizando o valor de R$ 136.676,00 ...ocentos e setenta e cinco reais);
...ME, CNPJ: 23.965.875/0001-00, sagrou-se vencedora dos itens ...7, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 37, 46, 50, 53, 60, 64, 66, 69, 70, 71, 76, ...alizando o valor de R$ 296.136,00 (Duzentos e noventa e seis mil, ...
...EPP, CNPJ: 23.418.160/0001-80, sagrou-se vencedora dos itens ...0, 44, 47, 49, 51, 52, 62, 74, 75, 89 e 90, totalizando o valor de R$ ...mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos);
...DORA ME, CNPJ: 22.496.540/0001-00, sagrou-se vencedora dos ..., 34, 35, 39, 42, 43, 48, 59, 72, 82, 84, 85, 93, 94, 95, 96 e 100, ...89.404,60 (Oitenta e nove mil, quatrocentos e quatro reais e

...RA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI ME, CNPJ: ...u-se vencedora dos itens nºs 10, 13, 18, 22, 33, 41, 54, 55, 61, 80, ...valor de R$ 126.436,00 (Cento e vinte e seis mil, quatrocentos e

...LTDA ME, CNPJ: 08.611.741/0001-45, sagrou-se vencedora dos ..., 21, 34, 36 e 37, totalizando o valor de R$ 41.250,00 (Quarenta e ...ta reais);
...A ME, CNPJ: 23.895.875/0001-60, sagrou-se vencedora dos itens ...e 33, totalizando o valor de R$ 33.100,00 (Trinta e três mil e cem

...RODUTOS NATURAIS LTDA ME, CNPJ: 10.790.791/0001-80, ...itens nºs 01, 03, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 16, 22, 23, 24, 25, 26, ...alizando o valor de R$ 293.336,00 (Duzentos e noventa e três mil, ...reais);

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, em parceria com a Secretaria da Fazenda, disponibiliza este documento assinado digitalmente no site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social-SEDS

TERMO DE ADESÃO
Protocolado nº 14.058.789-3

Partícipes: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS e o Município de Nova Cantu.
Objeto: Adesão ao Incentivo Família Paranaense III-IFP III,para cofinanciamento estadual dos serviços socioassistencial tipificados,no âmbito da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial,do Aprimoramento da Gestão do SUAS e dos Benefícios Eventuais,conforme regulamentação nacional ou estadual vigentes.
Valor: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais),Fonte FEAS em parcela única.
Assinaturas: 15/04/2016.

Curitiba, 15 de junho de 2016.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

53069/2016

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social-SEDS

TERMO DE ADESÃO
Protocolado nº 14.070.093-2

Partícipes: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS e o Município de São Jerônimo da Serra.
Objeto: Adesão ao Incentivo Família Paranaense III-IFP III,para cofinanciamento estadual dos serviços socioassistencial tipificados,no âmbito da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial,do Aprimoramento da Gestão do SUAS e dos Benefícios Eventuais,conforme regulamentação nacional ou estadual vigentes.
Valor: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais),Fonte FEAS em parcela única.
Assinaturas: 06/04/2016.

Curitiba, 15 de junho de 2016.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

53072/2016

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social-SEDS

TERMO DE ADESÃO
Protocolado nº 14.077.359-0

Partícipes: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS e o Município de Tamarana.
Objeto: Adesão ao Incentivo Família Paranaense III-IFP III,para cofinanciamento estadual dos serviços socioassistencial tipificados,no âmbito da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial,do Aprimoramento da Gestão do SUAS e dos Benefícios Eventuais,conforme regulamentação nacional ou estadual vigentes.
Valor: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais),Fonte FEAS em parcela única.
Assinaturas: 06/04/2016.

Curitiba, 15 de junho de 2016.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

53073/2016

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social-SEDS

TERMO DE ADESÃO
Protocolado nº 14.048.785-6

Partícipes: O Estado do Paraná,por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS e o Município de Teixeira Soares.
Objeto: Adesão ao Incentivo Família Paranaense III-IFP III,para cofinanciamento estadual dos serviços socioassistencial tipificados,no âmbito da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial,do Aprimoramento da Gestão do SUAS e dos Benefícios Eventuais,conforme regulamentação nacional ou estadual vigentes.
Valor: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais),Fonte FEAS em parcela única.
Assinaturas: 13/04/2016.

Curitiba, 15 de junho de 2016.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da
Família e Desenvolvimento Social

53097/2016

RESOLUÇÃO nº 090/2016-SEDS

Define repasses do Piso Paranaense de Assistência Social IV - Acolhimento.

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que em seus artigos 13, 30, 30-A e 30-B, regulamenta a competência dos Estados e a condição para repasses de recursos do Fundo Estadual aos Municípios;
Considerando a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que regulamentou a Política Nacional de Assistência Social;
Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
Considerando a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprovou a nova Norma Operacional Básica;
Considerando a Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2013, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual da Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13, da Lei Federal nº 8.742/93, e dá outras providências;
Considerando o Decreto Estadual nº 8.543, de 17 de julho de 2013, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais, em atendimento a Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2013;
Considerando a Deliberação nº 65/2013, de 06 de setembro de 2013, do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, que criou Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS;
Considerando a Resolução CNAS nº 23/2013, de 27 de setembro de 2013, que aprovou os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do Reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal;
Considerando a Resolução CNAS nº 31/2013, de 31 de outubro de 2013, que aprovou princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até 21 anos e critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses serviços;
Considerando a Resolução nº 009/2014, de 14 de maio de 2014, da Comissão Intergestores Bipartite - CIB, que pactuou os critérios de repasse para o Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS IV - Acolhimento;
Considerando a Resolução nº 010/2014, de 14 de maio de 2014, da Comissão Intergestores Bipartite - CIB, que pactuou o Modelo de Plano de Ação PPAS IV - Acolhimento;
Considerando a Deliberação nº 026/2014, de 14 de março de 2014, do Conselho Estadual de Assistência Social, que aprovou a utilização de recursos da Fonte 257 para o Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS IV - Acolhimento;
Considerando a Deliberação nº 039/2014, de 16 de maio de 2014, do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, que aprovou os critérios de repasse para o Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS IV - Acolhimento;
Considerando a Deliberação nº 016/2016, de 22 de março de 2016 e a Resolução Ad Referendum nº 006/2016, de 12 de maio de 2016, do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, que aprovou os critérios de repasse para o Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS IV - Acolhimento, a partir do mês de junho/2016;

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS**, no uso de suas atribuições, **RESOLVE:**

Art. 1º. Que os repasses do Piso Paranaense de Assistência Social IV - Acolhimento custearão a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, no Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, conforme previsto na Resolução nº 23/2013 - CNAS, para os municípios previstos no Anexo I da Deliberação nº 039/2014-CEAS/PR e de acordo com o estabelecido no art. 2º, da referida Deliberação.
Parágrafo Único: O Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, será executado

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, em garantia ao autenticidade deste documento, declara que o mesmo pode ser visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

com despesas de custeio e/ou despesas de capital, conforme indicação do município e devidamente aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 2º. Para acessar o Piso Paranaense de Assistência Social IV - Acolhimento, os municípios previstos no Anexo I, da Deliberação nº 039/2014-CEAS/PR, devem assinar o Termo de Adesão, instrumento jurídico onde o município assume a responsabilidade de execução dos recursos de acordo com o disposto nesta Resolução e elaborar o Plano de Ação, no Sistema Fundo a Fundo - SIFF.

Parágrafo Único: O Plano de Ação deve ser elaborado de acordo com a realidade e as necessidades do município e, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 3º. As parcelas do Piso Paranaense de Assistência Social IV - Acolhimento serão mensais e os repasses serão efetuados, **de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do fundo estadual de assistência social**, de forma regular e automática e de acordo com o estabelecido no art. 3º e Parágrafos, da Deliberação nº 039/2014-CEAS/PR.

Art. 4º. Para cumprimento do disposto no art. 1º e Parágrafo Único, são consideradas despesas de custeio:

I. Materiais de Consumo (Material de Expediente, Material de Informática, Gêneros Alimentícios, Material Gráfico, Material Pedagógico, Material Esportivo, Material Didático, Material de Higiene e Limpeza, Material Hidráulico, Vestuário, Cama, Mesa e Banho);

II. Serviços de Terceiros Pessoa Física (Instrutores, Oficineiros);

III. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (Capacitação, Instrutores, Manutenção e Pequenos Reparos, Serviços Gráficos, Aluguel);

IV. Despesas com Equipe de Referência NOB SUAS - Concursados seja pelo regime estatutário, celetista ou temporário, desde que integrem a equipe de referência, em consonância com a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS/2006) e Resolução CNAS nº 17/2011, independente da sua data de ingresso no quadro de pessoal do ente federado, respeitando o limite da Resolução nº 32/2011 - CNAS, conforme parágrafo 2º inciso I, do art. 2º do Decreto nº 8543/2013;

V. Encargos sociais advindos do vínculo da equipe prevista no inciso IV;

VI. Auxílios, gratificações, complementação salarial, vale-transporte e vale-refeição, conforme o caso, da equipe prevista no inciso IV.

Art. 5º. Para cumprimento do disposto no art. 1º e Parágrafo Único, são consideradas despesas de capital:

I. Eletroeletrônicos;
II. Veículos;
III. Mobiliário em geral;
IV. Equipamentos de informática;
V. Eletrodomésticos.

Art. 6º. A execução dos recursos deve respeitar os princípios da Administração Pública da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência e o Princípio da Economicidade respeitando a legislação vigente quanto às modalidades de licitação, bem como os artigos 5º, da Lei Estadual nº 15.608/97 e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 7º. Os recursos repassados, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, nos termos do parágrafo 4º, do art. 116, da Lei Federal 8.666/93 e do art. 143, da Lei Estadual nº 15.608/07, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que 30 (trinta) dias.

Art. 8º. Os municípios poderão repassar recursos à Rede Socioassistencial não governamental, somente para despesas de custeio, desde que os critérios de repasse sejam aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, que a formalização respeite as regulamentações vigentes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e que as informações sejam inseridas no Sistema Integrado de Transferências - SIT;

Art. 9º. As despesas deverão ser executadas, conforme o disposto no parágrafo 1º do art. 2º, do Decreto nº 8543/2013, alocadas na Unidade Orçamentária Fundo Municipal de Assistência Social com a correta apropriação da receita e segundo o Plano de Ação aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 10 - São vedadas despesas com:

I. Cargo Comissionado;
II. Profissionais que não integrem às equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta dos serviços;
III. Rescisão trabalhista ou congênere, caso haja;
IV. Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que estejam diretamente vinculadas ao objeto de transferência e das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
V. Pagamento das equipes da Rede Socioassistencial Não Governamental.

Art. 11 - O Termo de Adesão e o Relatório de Gestão Físico-Financeiro, conforme previsto no art. 12, da Deliberação nº 039/2014-CEAS/PR, poderão ser substituídos por um Sistema de Informações específico para Monitoramento, Avaliação, Acompanhamento e Controle dos recursos repassados aos municípios.

Art. 12 - Ao final de cada exercício, o Órgão Gestor da Política de Assistência Social avaliará a execução do repasse Fundo a Fundo para aperfeiçoamento do cofinanciamento aos municípios;

Art. 13 - Os casos omissos serão tratados pelo Órgão Gestor Estadual da Política de Assistência Social e o Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 14 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de junho de 2016.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

52920/2016



DELIBERAÇÃO N.º 001/2017 – CEDI/PR

Estabelece os procedimentos de repasse de recursos no formato fundo a fundo para a viabilização de projetos, programas e serviços voltados ao atendimento de pessoas idosas e encaminhados por órgãos governamentais, conforme Lei Federal n 10.741 de 01 de Outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 230 que "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida.";

Considerando que o Estatuto do Idoso estabelece a Garantia da Proteção Integral e dos Direitos Fundamentais aos Idosos;

Considerando que o censo de 2010, apontou que a população de pessoas idosas é a que mais cresce no Brasil, tendo em vista que a população idosa alcançou em 2011, 23,5 milhões, número este que estava previsto para ser alcançado apenas em 2020;

Considerando a Lei Federal n.º 8.842 de 1994 que instituiu a Política Nacional do Idoso que assegura os direitos sociais e amplo amparo legal a pessoa idosa e estabelece as condições para promover sua integração, autonomia e participação efetiva na sociedade ;

Considerando a Lei Estadual nº 16.732 de 2010 que instituiu o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, que tem por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Estado do Paraná;

Considerando que o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa visa promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas idosas, especialmente das que estão em situação de vulnerabilidade social, articulando e integrando ações da Secretaria de Estado e Órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Sociedade Civil, a fim de garantir a existência de estruturas físicas e humanas capazes de atender adequadamente ao envelhecimento digno, saudável, participativo e com inclusão e promoção social no Estado do Paraná.

O Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR, reunido ordinariamente em 22 de fevereiro de 2017,

DELIBEROU

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1° Fica estabelecido o incentivo financeiro estadual fundo a fundo para atuação no desenvolvimento de ações para implantação e/ou implementação de projetos, programas e/ou serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa no valor de até R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR/PR.

Parágrafo único: Para os fins previstos nesta Deliberação, considera-se pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a sessenta anos, conforme previsto na Lei Federal nº 10.741/2003, que instituiu o Estatuto do Idoso.

Art. 2° O incentivo financeiro está condicionado à existência e funcionamento comprovado de Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no momento da protocolização.

§1° Seguindo os critérios legais, o incentivo financeiro recebido pelo município poderá ser executado, para o desenvolvimento de programas, projetos e serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, adotando a metodologia intersetorial pautada no princípio da incompletude institucional.

§2° O repasse financeiro será realizado em parcela única. Os recursos serão depositados em conta do Fundo Municipal, em Banco Oficial (Banco do Brasil).

§3° Para os municípios de Pequeno Porte I, considerando que estes municípios não recebem incentivos financeiros provindos do Governo Federal, será destinado o incentivo no valor de até R$ 30.000,00 (trinta mil reais) a ser investido em programas, projetos e serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

§4° Para os municípios de Pequeno Porte II, será destinado o incentivo financeiro no valor de até R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a ser investido em programas, projetos e serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

§5° Para os municípios de Médio Porte, será destinado o incentivo financeiro no valor de até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser investido em programas, projetos e serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

§6° Para os municípios de Grande Porte, será destinado o incentivo financeiro no valor de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a ser investido em programas, projetos e serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

§7° Para Metrópole, será destinado o incentivo financeiro no valor de até *R$ 120.000,00* (cento e vinte mil reais), a ser investido em programas, projetos e serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

Art. 3° A aplicação dos recursos a serem repassados devem considerar as modalidades de atendimento e no que couber a cada modalidade, as diretrizes e estratégias dos artigos seguintes desta Deliberação e será possível desde que estejam alinhados com uma ou mais das seguintes modalidades:

§1° A aplicação dos recursos, aludido no caput, deverá ser repassado conforme as seguintes modalidades:

I – assistência social;

II – saúde;

III – educação;

IV – trabalho;

V – cultura;

VI – esporte e lazer;

VII – comunicação e qualificação profissional.

§2° A aprovação da adesão do repasse aos municípios está condicionada ao limite de recursos previstos na presente deliberação, bem como à disponibilidade orçamentária e financeira do FIPAR/PR e será precedida de aprovação CEDI/PR.

Art. 4º O atendimento às pessoas idosas, constante desta Deliberação, deverá ser realizado, necessariamente, por equipe multidisciplinar e multiprofissional adequada à modalidade apresentada, ciente de suas atribuições e capaz de interagir com outras instituições no território de atuação considerando:

I – que as pessoas idosas têm direitos subjetivos à convivência familiar e comunitária à liberdade, à dignidade, à integridade física, psíquica e moral, à educação, à saúde, à proteção no trabalho, à assistência social, à cultura, ao lazer, ao desporto, à habitação, a um meio ambiente de qualidade e outros direitos individuais indisponíveis, sociais, difusos e coletivos.

Art. 5º A aplicação dos valores repassados devem buscar considerar, para execução das respectivas ações, as diretrizes abaixo:

I – atendimento, promoção e defesa de direitos:

a) o atendimento à pessoas idosas e seus farniliares deverá garantir uma escuta qualificada, sem julgamento ou conceitos pré-concebidos, refletindo sobre cada situação individual e avaliando-a com a equipe multidisciplinar do projeto;

b) identificar o fenômeno e os riscos decorrentes a fim de prevenir o agravamento da situação e promover a interrupção do ciclo de violência com o intuito de favorecer a superação da situação de violação de direitos, a reparação das violências vividas, em consonância com as referências normativas, resoluções, orientações e planos vigentes na esfera dos direitos das pessoas idosas;

c) proporcionar, por meio de apoio psicossocial adequado, a manutenção da pessoa idosa em seu

ambiente familiar e comunitário.

II – proteção:

a) garantir que as intervenções de proteção gerem a segurança para as pessoas idosas, por intermédio de técnicas psicossociais e pedagógicas para fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tendo como referência a Política Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa e o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

b) fomentar o desenvolvimento de ações intersetoriais que busquem promover uma mudança, não apenas nas condições de vida, mas também nas relações familiares e na cultura brasileira para o reconhecimento das pessoas idosas como sujeitos de direitos.

III – intervenção:

a) reconhecer o direito à heterogeneidade sociocultural das pessoas idosas e seus familiares, de forma a possibilitar maior eficácia nas intervenções a realizar;

b) analisar e compreender as necessidades do indivíduo segundo as variáveis socioculturais, afetivas, familiares e a fase da vida em que se encontra;

c) propiciar a participação ativa e o empoderamento das famílias na rede de atendimento, como protagonistas na defesa dos direitos de sua comunidade tendo para tanto mais acesso à informação e a espaços de reflexão, a fim de melhor orientar as pessoas idosas visando maior conscientização sobre os direitos de cidadania, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a participação social;

d) apoio à famílias que possuem, dentre seus membros, pessoas idosas que necessitam de cuidados especiais, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta, troca de vivências familiares e orientação.

IV – prevenção:

a) ações de atuação em rede e de corresponsabilidade dos atores envolvidos no território. Trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços e vínculos familiares e comunitários, promovendo o acesso e fruição de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida;

b) fomentar as ações de prevenção por meio de campanhas de informação, orientação e apoio à pessoas idosas e seus familiares;

c) oferecer capacitação teórica e metodológica de profissionais e educadores sociais que atuam em programas de atendimento à pessoas idosas;

d) promover a mudança de concepção das instituições que trabalham com pessoas idosas, no sentido de assegurar a garantia de direitos para este público.

Art. 6º os municípios deverão enviar o termo de adesão, o plano de ação e os demais documentos, até o dia 30 de Junho de 2017.

II - DOS PROCEDIMENTOS

Art. 7º Para a realização do repasse fundo a fundo, os municípios contemplados deverão, com base no art. 1º do Decreto Estadual de nº 5.612/2016, assinar o Termo de Adesão, apresentar o Plano de Ação (ações a serem executadas) e a documentação comprobatória, seguindo as orientações e modelos propostos nos Anexos I a IV desta Deliberação.

Parágrafo único. No Plano de Ação, o Prefeito Municipal e o gestor municipal da Política da Pessoa Idosa deverão apresentar informações, documentalmente comprovadas, a respeito:

I - da Lei de Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

II - do efetivo funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, que deve ser composto paritariamente por representações governamentais e da sociedade civil;

III - da existência de Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com orientação e controle social do respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

IV - da existência de Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

V - da aprovação do Plano de Ação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 8º Considerando os itens supra, os incentivos devem levar em consideração as seguintes políticas públicas:

I – assistência social:

a) desenvolver ações para implantação e/ou implementação de serviços de Proteção Social Básica à Pessoa Idosa por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas;

b) desenvolver ações para implantação e/ou implementação de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica, como Centros de Convivência, Centros de Cuidados Diurnos, oficinas protegidas de trabalho e no Domicílio para Pessoas Idosas;

c) desenvolver ações para implantação e/ou implementação de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial à Pessoa Idosa e seus familiares;

d) desenvolver ações para implantação e/ou implementação de serviços que tenham por base a Proteção Social à Pessoa Idosa por meio dos Serviços de Acolhimento Institucional (casas-lar e instituições de longa permanência) e Serviço de Acolhimento em Repúblicas;

e) desenvolver ações para implantação e/ou implementação de projetos/programas/serviços de proteção subsidiada à pessoa idosa.

II – saúde:

a) desenvolver serviços especiais de referência para proteger pessoas idosas vítimas de violência, abuso, abandono, negligência e atender ao agressor e cuidadores de pessoas idosas;

b) desenvolver projetos/programas/serviços de prevenção, proteção e recuperação à saúde da pessoa idosa;

c) desenvolver atividades grupais e coletivas, com vistas à educação em saúde da pessoa idosa e de seus familiares e ao incentivo de processos interativos de convivência e socialização da pessoa idosa.

III – educação:

a) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;

b) implementação de cursos especiais para pessoas idosas que incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna, bem como, de outras atividades que promovam o bem estar social, plasticidade mental e o raciocínio lógico;

c) desenvolver e apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas de saber.

IV – trabalho:

a) desenvolver programas de preparação para a aposentadoria nos setores públicos, privado e autônomo, com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento.

V – cultura:

a) incentivar e apoiar os movimentos de pessoas idosas no desenvolvimento de atividades culturais;

b) desenvolver projetos que valorizem o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades da pessoa idosa aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural.

VI – esporte e lazer:

a) desenvolver projetos que incentivem e ampliar ações de esporte e lazer através de projetos/programas/serviços que promovam a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa e o fortalecimento de vínculos, estimulando sua participação no convívio familiar e social.

VII – comunicação e Qualificação Profissional:

a) desenvolver ações de qualificação profissional na área do envelhecimento humano;

b) desenvolver ações de capacitação para cuidadores de idosos.

Art. 9° Os valores a serem solicitados pelos municípios terão variação de acordo com o seu porte segundo seu número de habitantes, conforme quadro abaixo:

Porte	Valor máximo a ser pleiteado
Pequeno Porte 1	Até R$ 30.000,00
Pequeno Porte 2	Até R$ 40.000,00
Médio Porte	Até R$ 60.000,00
Grande Porte	Até R$ 80.000,00
Metrópole	Até R$ 120.000,00

Art. 10. No que se refere à adesão dos municípios, casos específicos serão analisados pelo CEDI/PR e em conformidade às seguintes diretrizes:

Parágrafo único. O incentivo financeiro destina-se exclusivamente para o atendimento às pessoas idosas.

Art. 11. Os municípios que optarem por não aderir a esta Deliberação, deverão apresentar justificativa da desistência ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI.

Parágrafo único. Os municípios deverão protocolar sua desistência com justificativa e aprovação do CMDPI, por intermédio de ofício enviado ao CEDI/PR, até o prazo previsto para o envio de documentações (30 de Junho de 2017).

Art. 12. Os compromissos para participação do município são os seguintes:

I - prestar informações sobre o investimento do repasse, sistematicamente e, sempre que solicitado, ao órgão gestor da política estadual (SEDS e CEDI/PR);

II - incluir na ação local a denominação SEDS/CEDI/PR/Deliberação 001/2017 em relatórios institucionais e em publicidades locais;

III – incluir em todos os bens adquiridos e materiais institucionais vinculados à Política de Proteção de Direitos da Pessoa Idosa a inscrição SEDS/CEDI/PR/Deliberação 001/2017;

IV - na execução das ações observar as diretrizes técnicas descritas no Art. 5º.

CAPÍTULO III

DOS ITENS DE DESPESA

Art. 13. Os recursos poderão ser utilizados para cobrir os itens de despesas relativos a custeio e investimentos, mediante apresentação de Plano de Ação (Modelo anexo III), incluindo os seguintes itens:

I – custeio:

a) pagamento de serviços de terceiros (Pessoa Física e Jurídica);

b) material de consumo;

c) obras (reformas e reparos).

II – investimento:

a) equipamentos;

b) veículos utilitários adaptados ou não, destinados exclusivamente ao transporte de passageiros (acima de 05 pessoas), sendo que a inobservância deste item ensejará na necessidade de devolução do recurso;

c) mobiliário;

d) obras (construção e ampliação).

§1° Os recursos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de manutenção cotidiana do Município, como serviços de terceiros de natureza continuada, material de expediente, alimentação e gêneros alimentícios, material de higiene pessoal e de limpeza.

§2° O Município deverá juntar uma declaração assumindo a continuidade do atendimento e da manutenção quando do esgotamento dos recursos do projeto aprovado por esta Deliberação.

Art. 14. Somente serão liberados recursos para obras se o Município proponente, comprovar ser o proprietário do terreno onde está instalado o imóvel objeto da reforma ou ampliação pretendida, mediante apresentação de documento fornecido pelo Cartório do Registro de Imóveis, emitido há menos de sessenta dias.

Art. 15. Serão analisadas somente as solicitações que estiverem acompanhadas de toda a documentação solicitada no anexo VI, sendo que os Escritórios Regionais da SEDS não deverão receber as adesões que estejam com a documentação incompleta e/ou irregular, tampouco aceitar protocolos de solicitações de documentos.

IV - DA ANÁLISE, PARECER E APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Art. 16. O Plano de Ação deverá ser assinado pelo gestor municipal da política da pessoa idosa e aprovado pelo CMDPI, devendo ser apresentado Resolução e/ou Deliberação do CMDPI que comprove a aprovação.

Art. 17. O Plano de Ação aprovado pelo CMDPI, o Termo de Adesão e os demais documentos solicitados na presente Deliberação deverão ser protocolados por meio do Sistema Integrado de Protocolo do Estado do Paraná junto aos Escritórios Regionais da SEDS (vide os endereços no Anexo V) e posteriormente encaminhados à Coordenação da Política da Pessoa Idosa - CPPI/SEDS, a qual ratificará o parecer e a documentação apresentada.

Art. 18. Aos Escritórios Regionais da SEDS competirá conferir as documentações apresentadas pelo Município, se o valor total solicitado está de acordo com o previsto no Art. 9.° e ratificar por meio de informação técnica a aprovação do Plano de Ação, conforme os critérios estabelecidos nesta Deliberação.

Art. 19. Dentro do prazo de vigência desta Deliberação, os protocolos contendo as adesões dos municípios poderão retornar aos Escritórios Regionais quantas vezes forem necessárias, com o objetivo de regularizar

todas as pendências que se apresentarem ou proceder alterações e ajustes que se fizerem necessários à aprovação do repasse de recursos.

Art. 20. Trimestralmente, a Coordenação da SEDS responsável pela operacionalização do atendimento às pessoas idosas apresentará à Câmara de Garantia de Direitos, para ciência, a listagem dos municípios que fizeram a adesão ao incentivo financeiro, do qual trata a presente Deliberação.

V - DA EXECUÇÃO DO RECURSO

Art. 21. O município deverá iniciar a execução do recurso em até 60 (sessenta) dias, após o recebimento do mesmo.

Art. 22. Nos casos em que os municípios identifiquem a necessidade de alteração do Plano de Ação após o recebimento do recurso, os mesmos deverão providenciar a aprovação do novo Plano no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) e encaminhar à SEDS, a Resolução que comprove tal procedimento, conjuntamente com o novo Plano de Ação e ofício justificando a necessidade de modificação do Plano anterior.

Art. 23. Os recursos que eventualmente não forem executados ao final de 24 (vinte e quatro) meses após o repasse, deverão ser devolvidos ao FIPAR Estadual.

VI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 24. Em conformidade ao Decreto Estadual de nº 5612/2016, a prestação de contas dos recursos repassados será realizada através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução.

Parágrafo único. O Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução deverá ser encaminhado ao órgão gestor estadual a cada seis meses, a partir do início da execução do repasse, após estar devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI.

Art. 25. A omissão na apresentação do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução impedirá o repasse de futuros recursos do FIPAR, que somente será restabelecido após a apresentação do citado documento, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 26. Se o CMDPI aprovar parcialmente ou com ressalvas o Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, o documento deverá estar acompanhado de justificativa do respectivo Conselho para aprovação parcial, e de um Plano de Providências - Prestação de Contas/Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, devidamente aprovado pelo Conselho, para que as ressalvas sejam resolvidas até a data de entrega do próximo Relatório.

§1º As ressalvas não sendo sanadas, será instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial no Município.

§2º Nos casos em que houver saldo superior a 30% (trinta por cento), o Relatório deverá vir acompanhado de justificativa do Município, bem como de aprovação do CMDPI.

Art. 27. Se houver necessidade de instauração de Tomada de Contas Especial, o Município não receberá o repasse do recurso do FIPAR e caso as ressalvas não sejam sanadas e sejam detectadas irregularidades, o Município deverá devolver o recurso recebido, devidamente corrigido, ao FIPAR Estadual.

Art. 28. Os casos omissos serão tratados pelo Órgão Gestor Estadual da Política da Pessoa Idosa, juntamente com o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

VII - DO MONITORAMENTO DA AÇÃO

Art. 29. As ações do Plano de Ação serão avaliadas semestralmente pelos CMDPIs. Os CMDPIs deverão elaborar relatório semestral sobre o andamento da execução das ações. Os relatórios produzidos pelo CMDPIs serão analisados pelos Escritórios Regionais da SEDS e posteriormente pelo CEDI-PR.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 22 de fevereiro de 2017.

José Araújo da Silva
Presidente do Conselho Estadual
dos Direitos do Idoso do Paraná

DELIBERAÇÃO Nº 012/2017 – CEDI-PR

Considerando a Deliberação nº 001/2017 – CEDI/PR que estabelece o incentivo financeiro estadual fundo a fundo para atuação no desenvolvimento de ações para implantação e/ou implementação de projetos, programas e/ou serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa no valor de até R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR/PR.

O Conselho Estadual dos Direitos do Idoso - CEDI/PR, reunido ordinariamente em 24 de Maio de 2017,

DELIBEROU

Art. 1º Pela prorrogação do prazo de envio do termo de adesão, do plano de ação e demais documentos, previstos no Art. 6º da Deliberação nº 001/2017- CEDI/PR, até 30 de outubro de 2017.

Art. 2º Pelo aporte de mais R$20.000,00 (vinte mil reais) por porte do município, conforme previsto no art. 2º da Deliberação nº001/2017 – CEDI/PR, sem alteração do valor total do recurso, qual seja, R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Art. 3º Os demais artigos da Deliberação nº 001/2017 – CEDI/PR permanecem inalterados.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 24 de Maio de 2017.

Leandro Nunes Meller
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO

PLANO DE AÇÃO:

I. DADOS CADASTRAIS

1. ORGÃO PROPONENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Mandaguari
Nível de Gestão: Básica
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Praça dos Três Poderes, nº 500 - Centro
CEP: 86975-000
Telefone: (44) 3233-8400
Fax: (44) 3233-8462
E-mail: gabinete@mandaguari.pr.gov.br
Prefeito: Romualdo Batista

2. ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DA PESSOA IDOSA

Nome: Secretaria Municipal de Assistência Social
CNPJ: 76.285.345/0001-09
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 – Centro
CEP: 86975-000
Telefone: (44) 3233-3630
Fax: (44) 3233-2171
E-mail: mandaguari.secsocial@gmail.com
Gestor: Gisele Maria Munhoz Knupp

3. FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA

Nome: Conselho Municipal dos Direitos do Idoso
CNPJ: 14.685.405/0001-15
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, nº 235 - Centro
CEP: 86975-000
Secretária Executiva: Marlene Neves Gonçalves
Ato de Criação: 1000.074/2006
Data Assinatura: 17/04/2006
Data Publicação: 19/04/2006

4. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Nome: Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI
Cidade: Mandaguari
UF: PR
Endereço: Rua Manoel Antunes Pereira, 235 Centro
CEP: 86975-000
Secretária Executiva: Marlene Neves Gonçalves
Ato de Criação: 975/2005
Data Assinatura: 28/03/2005
Data Publicação: 19/04/2006

IDENTIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CMDI (DEVE SER PARITÁRIO):

Nº	Nome	CPF	Representação	Inicio do Mandato	Fim do Mandato
1	**Jéssica Geovana C Simoes**	**055.479.339-37**	**SMAS – CRAS**	**28/07/2017**	**27/07/2019**
	Oriana Perin Nonose	079.039.519-39	SMAS	28/07/2017	27/07/2019
2	**Vilmara Gouveia Pereira**	**043.661.799-46**	**SMAS – CREAS**	**28/07/2017**	**27/07/2019**
	Adriana Morganiça Gariani	810.794.009-15	SMAS– SCFV	28/07/2017	27/07/2019
3	**Cristiane Marcato Lopes Silva**	**053.102.779-19**	**Sec. Saúde**	**28/07/2017**	**27/07/2019**
	Jonatas Antonio Terencio	070.945.459-75	Sec. Saúde	28/07/2017	27/07/2019
4	**Aline Franciely Salvador**	**065.701.589-02**	**Defensoria Pública**	**28/07/2017**	**27/07/2019**
	Marcia Cristina Polles	788.269.939-04	Sec. Educação	28/07/2017	27/07/2019
5	**Advanir Costa**	**073.631.091.68**	**Organização da Soc.Civil**	**28/07/2017**	**27/07/2019**
	Martha Borges Cavalcanti	496.098.317-53	Organização da Soc.Civil	28/07/2017	27/07/2019
6	**Augusta Benteo Fernandes**	**741.495.209-68**	**Organização da Soc.Civil**	**28/07/2017**	**27/07/2019**
	Joice Pereira Coutinho Simoes	754.834.169-53	Organização da Soc. Civil	28/07/2017	27/07/2019
7	**Maria Isete Gozzi**	**573.938.009-00**	**Organização da Soc.Civil**	**28/07/2017**	**27/07/2019**
	Ana Rita Martins Rodrigues	827.913.689-49	Organização da Soc.Civil	28/07/2017	27/07/2019
8	**Luciane Silva Siqueira**	**024.561.149-57**	**Organização da Soc.Civil**	**28/07/2017**	**27/07/2019**
	Thais Caroline Larini Presense	085.703.119-82	Organização da Soc.Civil	28/07/2017	27/07/2019

5. PLANO MUNICIPAL DO IDOSO
Data da Aprovação do **CMDI**: 08/12/2016
Data da Publicação:10/12/2016
Data da Aprovação do **CMAS**: 15/12/2016
Data da Publicação:16/12/2016

II. PROPOSTA DE ATENDIMENTO (META)

Modalidades	Público	Previsão de Atendimento	Local a ser executado
Assistência Social	Idoso	100	Espaço Conviver

III. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO

PARCELA ÚNICA: R$ 60.000,00

IV. PREVISÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA

O município deverá marcar um X na rubrica orçamentária referente ao tipo de despesas que pretende executar. Não é obrigatório prever despesas para todos os eixos de ação.

MODALIDADE	CUSTEIO MUNICÍPIO	INVESTIMENTO MUNICÍPIO
Assistência Social	X	

V. RESUMO EXECUTIVO

1. Valor Total Repasse Incentivo Financeiro:R$ 60.000,00
2. Recursos próprios a serem alocados no Fundo (Anual - 2017): R$ 0,00
3. Outras fontes (Anual - 2017): R$ 89.000,00
4. Total de recursos do Fundo Municipal para o exercício de 2017: R$ 149.000,00

VI. PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL SOBRE O PLANO DE AÇÃO (ENVIAR EM ANEXO CÓPIA DA ATA PUBLICADA E DA RESOLUÇÃO/DELIBERAÇÃO DO CMDI)

1. PARECER (Redigir o parecer do CMDI, conforme consta em ata)

Após discussão foi **aprovado o Plano de Ação.**

1.1 CONCLUSÃO DA ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO

Favorável (x)

Desfavorável ( )

Data da Reunião: 10/10/2017

VII. DECLARAÇÃO

Por meio deste instrumento, declaro:

A adesão ao repasse fundo a fundo e ratifico os demais compromissos do termo de adesão anteriormente assinado;

O pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

A existência de Plano Municipal dos Direitos do Idoso;

Que as informações prestadas são verdadeiras, sob as penas da lei.

Mandaguari, 10 de outubro de 2017.

Romualdo Batista
Prefeito Municipal

Gisele Maria Munhoz Knupp
Secretária Municipal de Assistência Social

TERMO DE ADESÃO AO REPASSE FINANCEIRO NA MODALIDADE FUNDO A FUNDO COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO – FIPAR/PR.

Termo que firma o Órgão gestor da Política da Pessoa Idosa do Município de Mandaguari, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Romualdo Batista e pelo Secretário responsável pela execução da Política da Pessoa Idosa Gisele Maria Munhoz Knupp, com objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite do repasse financeiro na modalidade fundo a fundo com recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR/PR.

Em conformidade com a Deliberação nº 001/2017 do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR, resolve subscrever o presente Termo de Adesão para o repasse financeiro na modalidade fundo a fundo com recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR/PR, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

DO OBJETO

Art. 1º O presente Termo de Adesão tem como objeto a adesão do Município Mandaguari ao que prevê a Deliberação 001/2017 do CEDI-PR, a qual delibera o repasse financeiro na modalidade fundo a fundo com recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR/PR, conforme diretrizes elencadas no art. 5° da citada Deliberação.

DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO/SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DA PESSOA IDOSA

Art. 2º O Município, quando da assinatura do Termo de Adesão, comprometer-se-á com as seguintes atribuições:

§1° Manter em funcionamento o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

§2º Preencher o Plano de Ação (Anexo III da Deliberação 001/2017) tomando como parâmetro as diretrizes técnicas previstas na presente Deliberação do CEDI-PR, conforme segue:

I - o atendimento às pessoas idosas e seus familiares deverá garantir uma escuta qualificada, sem julgamento ou conceitos pré-concebidos, refletindo sobre cada situação individual e avaliando-a com a equipe multidisciplinar do projeto;

II - identificar o fenômeno e os riscos decorrentes a fim de prevenir o agravamento da situação e

promover a interrupção do ciclo de violência com o intuito de favorecer a superação da situação de violação de direitos, a reparação das violências vividas, em consonância com as referências normativas, resoluções, orientações e planos vigentes na esfera dos direitos das pessoas idosas;

III - proporcionar, por meio de apoio psicossocial adequado, a manutenção da pessoa idosa em seu ambiente familiar e comunitário;

IV - garantir que as intervenções de proteção gerem a segurança para as pessoas idosas, por intermédio de técnicas psicossociais e pedagógicas para fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tendo como referência a Política Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa e o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

V - fomentar o desenvolvimento de ações intersetoriais que busquem promover uma mudança não apenas nas condições de vida, mas também nas relações familiares e na cultura brasileira para o reconhecimento das pessoas idosas como sujeitos de direitos;

VI - reconhecer o direito à heterogeneidade sociocultural das pessoas idosas e seus familiares, de forma a possibilitar maior eficácia nas intervenções a realizar;

VII - analisar e compreender as necessidades do indivíduo segundo as variáveis socioculturais, afetivas, familiares e a fase da vida em que se encontra;

VIII - propiciar a participação ativa e o empoderamento das famílias na rede de atendimento como protagonistas na defesa dos direitos de sua comunidade tendo para tanto mais acesso à informação e a espaços de reflexão, a fim de melhor orientar as pessoas idosas visando maior conscientização sobre os direitos de cidadania, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a participação social;

IX - apoio as famílias que possuem, dentre seus membros, pessoas idosas que necessitam de cuidados especiais, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta, troca de vivências familiares e orientação;

X - ações de atuação em rede e de corresponsabilidade dos atores envolvidos no território. Trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços e vínculos familiares e comunitários, promovendo o acesso e fruição de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida;

XI - fomentar as ações de prevenção por meio de campanhas de informação, orientação e apoio às pessoas idosas e seus familiares;

XII - oferecer capacitação teórica e metodológica de profissionais e educadores sociais que atuam em programas de atendimento às pessoas idosas;

XIII - promover a mudança de concepção das instituições que trabalham com pessoas idosas, no sentido de assegurar a garantia de direitos para este público;

XIV - participar das capacitações promovidas pela SEDS e CEDI/PR, relativas aos projetos apoiados;

XV - prestar informações sobre o projeto, sistematicamente e, sempre que solicitado, ao CMDPI e ao órgão gestor da política estadual (SEDS e CEDI/PR);

XVI - incluir no projeto ou na ação local a denominação SEDS/CEDI/PR em relatórios institucionais e em publicidades locais;

XVII - na execução das ações observar as diretrizes técnicas descritas no Art. 5° da Deliberação 001/2017 – CEDI/PR;

XVIII - o Município deverá iniciar a execução do recurso em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do mesmo. Seguindo os critérios legais, o incentivo financeiro recebido pelo município poderá ser executado para o desenvolvimento de programas, projetos e serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, adotando a metodologia intersetorial pautada no princípio da incompletude institucional;

XIX - nos casos em que os municípios identifiquem a necessidade de alteração do Plano de Ação após o recebimento do recurso, os mesmos deverão realizar a aprovação do novo Plano no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa/CMDPI e encaminhar à SEDS a Resolução que comprove tal procedimento, conjuntamente com o novo Plano de Ação e ofício justificando a necessidade de modificação no mesmo;

XX - em conformidade com o Decreto Estadual de n° 5.612/2016, a prestação de contas dos recursos repassados será realizada através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução. O Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução deverá ser encaminhado ao órgão gestor estadual a cada 6 (seis) meses, a partir do início da execução do projeto, após estar devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

XXI - executar os recursos na sua integralidade num prazo de até 18 (dezoito) meses após o recebimento do repasse, os quais poderão ser reprogramados, mediante justificativa, pelo prazo de até 6 (seis) meses;

XXII - efetuar a devolução ao FIPAR Estadual do saldo dos recursos não executados ao final dos 24 (vinte e quatro meses) que podem durar a execução.

ATRIBUIÇÕES DO ESTADO

Art. 3º Formalizar o repasse automático fundo a fundo com os municípios contemplados e que cumpriram as exigências da presente Deliberação.

Art. 4° Realizar o assessoramento técnico necessário à execução da ação.

Art. 5° Disponibilizar, oportunamente, instrumentos e sistemas de informação, necessários para o acompanhamento, avaliação, controle e prestação de contas dos recursos.

Art. 6° Promover e apoiar a capacitação dos trabalhadores municipais e estaduais, para a melhor execução dos serviços e do incentivo financeiro.

Art. 7° Fomentar e fortalecer o desenvolvimento de ações intra e intersetoriais entre as políticas públicas.

Art. 8º Apresentar ao CEDI-PR informações sobre o andamento da execução do Plano de Ação.

Art. 9° Prestar informações que subsidiem as ações do CEDI/PR quanto ao monitoramento e à

avaliação do Plano de Ação.

DAS PENALIDADES

Art. 10. O descumprimento deste termo, por parte do Município, implicará na suspensão dos repasses financeiros do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso e até mesmo a devolução parcial ou integral dos recursos recebidos.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, no âmbito dos Conselhos Municipais, serão apreciadas e julgadas pelo Órgão Gestor Estadual e pelo Conselho Estadual dos Direitos do Idoso.

Curitiba, 05 de março de 2018.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Romualdo Batista
Prefeito Municipal

Gisele Maria Munhoz Knupp
Secretária Municipal Responsável pela execução da Política da Pessoa Idosa

CONSELHO MUNIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO -
CMDI
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 – Centro
Fone (044) 3233-3630 – Fax: 3233-2171
E-mail: mandaguari.secsocial@gmail.com.br
Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 07/2017

Súmula: Aprovação da alteração do Plano de Ação referente a Deliberação Nº 001/2017 – CEDI/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Mandaguari – CMDI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 975 de 28 de março de 2005, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada do dia 10 de outubro de 2017.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar a alteração do Plano de Ação referente à Deliberação Nº 001/2017 – CEDI/PR, que estabelece o incentivo financeiro estadual fundo a fundo para a atuação no desenvolvimento de ações para implantação e/ou implementação de projetos, programas e/ou serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso- FIPAR/PR, com a suplementação no valor de R$ 20.000,00(vinte mil reais) conforme Deliberação Nº 012/2017 – CEDI/PR.

Artigo 2º - Ratificar os dados preenchidos na Folha de Rosto

Artigo 3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 10 de outubro de 2017

Jéssica Geovana Castro Simões
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

CONSELHO MUNIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI
Rua Manoel Antunes Pereira, 235 - Centro
Fone (044) 3233-3630 - Fax: 3233-2171
E-mail: mandaguari.secsocial@gmail.com.br
Mandaguari - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 07/2017

Súmula Aprovação da alteração do Plano de Ação referente a Deliberação Nº 001/2017 – CEDI/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Mandaguari - CMDI no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 975 de 28 de março de 2005 e

Considerando a deliberação da plenária realizada do dia 10 de outubro de 2017

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar a alteração do Plano de Ação referente à Deliberação Nº 001/2017 – CEDI/PR, que estabelece o incentivo financeiro estadual fundo a fundo para a atuação no desenvolvimento de ações para implantação e/ou implementação de projetos, programas e ou serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso- FIPAR/PR com a suplementação no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) conforme Deliberação Nº 013/2017 – CEDI/PR

Artigo 2º - Ratificar os dados preenchidos na Folha de Rosto

Artigo 3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Mandaguari, 10 de outubro de 2017

Jessica Giovana Castro Simões
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

DECRETO Nº 386/2017

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Adicional Suplementar no Orçamento para 2017 do município de Mandaguari-PR.

O Prefeito Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Romualdo Batista, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº. 2.964/2017,

DECRETA:

Artigo 1º - Este Decreto autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Adicional Suplementar para o exercício de 2017(Lei Orçamentária 2808/2016) do Município de Mandaguari-PR.

Artigo 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do município de Mandaguari-PR para o exercício de 2017, um crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação

04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
04.003 Programa de apoio ao Fundo Municipal de Cultura
04.003.13.392.0005.2.045. Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura
268 -3.3 90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 60.000,00
Total Suplementação: 60.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito aberto no artigo 2º, é utilizado como recurso o Anulação de Dotação, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de acordo com o Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal 4320/64.

Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

06 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO E
06.008 Unidade de Habitação
06.008.16.482.0030.1.171. Aquisição de Terrenos para Construção de Casa Populares
356 - 4.4 90.61.00.00 000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
Total Redução

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mandaguari, em 10 de outubro de 2017

ROMUALDO BATISTA
PREFEITO MUNICIPAL

Assistência Social- Conselho Tutelar
612 -3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMEI
09.001 Unidade de Agricultura
09.001.20.605.0021.2.094. Manutenção das atividades operacionais, administrativas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento
641 -3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Total Suplementação:

Artigo 3º - Para cobertura do crédito aberto é utilizado como recurso o Excesso de Arrecadação, no valor de R$ (trezentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e vinte e cinco reais), de ac Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal 4320/64.

Excesso de Arrecadação:

Receita		Fonte
1.7.2.1.01.04.00.00	- COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO	000

Total:

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mandaguari, em 10 de outubro de 2017

ROMUALDO BATISTA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Lei nº 2.964/2017

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal abertura de crédito Adicional Suplementar na para 2017 do município de Mandaguari-PR.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado aprovará e eu Romualdo Batista, Prefeito sancionarei a seguinte

LEI:

Artigo 1º - Esta Lei autoriza o Executivo efetuar a abertura de crédito Adicional Suplementar para o exercício Orçamentária 2808/2016) do Município de Mandaguari-PR.

Artigo 2º - Fica o Executivo Municipal a Orçamento do município de Mandaguari-PR para o exercício de 2017 Adicional Suplementar no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação

04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
04.003 Programa de apoio ao Fundo Municipal de Cultura
04.003.13.392.0005.2.045. Manutenção das Atividades do Fundo Municipal Cultura
268 -3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Total Suplementação:

Artigo 3º - Para cobertura do crédito aberto é utilizado como recurso o Anulação de Dotação, no valor de R$ 60.000 mil reais), de acordo com o Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal

Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

06 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO E
06.008 Unidade de Habitação
06.008.16.482.0030.1.171. Aquisição de Terrenos para Construção de Casa Populares
356 - 4.4 90.61.00.00 000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
Total Redução

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vi revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mandaguari, em 10 outubro de 201

ROMUALDO BATISTA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Estado do Paraná
Praça Rui Barbosa, 34 - Fone/Fax (44) 3231
e-mail: pmmfambe@wnet.com.br
CNPJ 76.282.098/0001-47

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2017
PROCESSO Nº 099/2017

1 Para que produzam-se os efeitos legais em sua plenitude e co inciso VI do art. 43 da Lei nº 8.666/93, **HOMOLOGO** a decisão Oficial e respectiva equipe de apoio, devidamente designados nº 223/2017 de 16/05/2017, referente ao **Pregão Presencial** ADJUDICO o objeto ora licitado, o qual resume-se por: "**Aquis de Medicamentos para atender as necessidades do Hospita Centro de Saúde Municipal**", em favor das empresas *PRO-SAU DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME* com cadastro CNPJ 07.344.756/0001-05 no valor global de R$ 131.272,00 (cento e duzentos e setenta e dois reais), *COMERCIAL MARK ATACAD* com cadastro CNPJ/MF sob o n.º 09.315.996/0001-97 no valo 25.847,20 (vinte e cinco mil oitocentos e quarenta e sete centavos); *MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA* com cadastro CNPJ/MF sob o n.º 21.484.336/0001-47 no valo

Câmara Municipal de Marialva

Rua Nossa Senhora do Rocio, 873 – Centro – CEP 86990-000 / Marialva (PR)
CNPJ: 77.924.678/0001-95 - Telefone: (44) 3232-1300
camara@camaramarialva.pr.gov.br
www.camaramarialva.pr.gov.br

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICPAL Nº 1/2017

Súmula: Dá nova redação ao Art. 178 e acrescenta-lhe os Inc. I, II e III.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARIALVA-PR, aprovou e a Mesa Executiva, nos termos de dispositivos da Lei Orgânica Municipal, **PROMULGA** a seguinte **EMENDA:**

Art. 1º. Dá nova redação ao Art. 178 e acrescenta-lhe os Incisos I, II e III, que passarão a viger da seguinte forma:

Art. 178. Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o Art. 165, § 9º, Inc. I, da Constituição Federal serão obedecidas as seguintes normas:

I. O Projeto do Plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

DECRETO Nº 387/2017

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento para 2017 do Município de Mandaguari-PR.

O Prefeito Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Romualdo Batista, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº. 2.965/2017,

DECRETA:

Artigo 1º - Esta Lei autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Adicional Suplementar para o exercício de 2017(Lei Orçamentária 2808/2016) do município de Mandaguari-PR.

Artigo 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do município de Mandaguari-PR para o exercício de 2017, um crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 352.425,00 (trezentos e cinqüenta e dois mil quatrocentos e vinte e cinco reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação

03 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
03.008 Encargos Gerais do Município
03.008.28.846.0002.6.017. Encargos Especiais do Município
121-4.6.90.71.00.00 000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO 352.425,00
07 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Lei nº 2.965/2017

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito Adicional Suplementar no Orçame para 2017 do município de Mandaguari-PR.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Par aprovará e eu Romualdo Batista, Prefeito Munici sancionarei a seguinte

LEI:

Artigo 1º - Esta Lei autoriza o Executivo municip efetuar a abertura de crédito Adicional Suplementar para o exercício de 2017 Orçamentária 2808/2016) do município de Mandaguari-PR.

Artigo 2º - Fica o Executivo Municipal autorizad Orçamento do município de Mandaguari-PR para o exercício de 2017, um cr Adicional Suplementar no valor de R$ 352.425,00 (trezentos e cinqüenta e dois quatrocentos e vinte e cinco reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de rece despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação

03 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
03.008 Encargos Gerais do Município
03.008.28.846.0002.6.017. Encargos Especiais do Município
121-4.6.90.71.00.00 000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL 352.42
RESGATADO

CÂMARA MUNICIPAL DE
MANDAGUARI

Rua Manoel Antunes Pereira, 279
www.camaramandaguari.pr.gov.br
camara@camaramandaguari.pr.gov.br
(44) 3233-1184

CONTROLE DO TRÂMITE LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº	020/2020	**AUTOR**	Poder Executivo Municipal
SÚMULA	Autoriza o executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito adicional especial no orçamento para 2020, inclusão nas diretrizes orçamentária para 2020 e inclusão no plano plurianual 2018-2021 do município de Mandaguari-Paraná.		
PROTOCOLO	178/2020	**SERVIDOR**	**Claudia Pereira Velasco**
			Claudia Velasco

DESPACHO PRESIDENTE	
DATA	09/03/20
ASSINATURA	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO	
DATA RECEBIMENTO	10/03/2020
VEREADOR	

PARECER JURÍDICO	
DATA RECEBIMENTO	11/03/20
DATA DO PARECER	13/03/20

DESPACHO PRESIDENTE	
DATA	09/03/20
ASSINATURA	

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	
DATA RECEBIMENTO	17.03.2020
VEREADOR	

DESPACHO PRESIDENTE	
DATA	09/03/20
ASSINATURA	

COMISSÃO DE POLÍTICAS MUNICIPAIS	
DATA RECEBIMENTO	17/03/2020
VEREADOR	

Carlos Henrique Bredariol Batista
Carlos Henrique Bredariol Batista
Diretor Geral Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE
MANDAGUARI

Rua Manoel Antunes Pereira, 279
www.camaramandaguari.pr.gov.br
camara@camaramandaguari.pr.gov.br
(44) 3233-1184

PARECER EXARADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº 020/2020
Autor: Executivo Municipal.

Em análise ao projeto em epigrafe, esta Comissão solicita que seja o mesmo encaminhado para a Assessoria Jurídica desta Casa para análise e emissão de parecer.

É o parecer.

Mandaguari, 10 de Março de 2020.

João Jorge Marques.....Presidente

Marcia Serafini Cassiano da Silva.....Relator

Nilton José Boti.....Membro

Câmara Municipal de Mandaguari - Mandaguari - PR
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

000243	Autenticação: 02020/03/13000243
Número / Ano	000243/2020
Data / Horário	13/03/2020 - 14:14:22
Assunto	Parecer n° 89/2020 da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal sobre o Projeto de Lei nº 020/2020 do Executivo Municipal.
Interessado	Assessoria Jurídica da Câmara Municipal
Natureza	Administrativo
Tipo Documento	Parecer Jurídico
Número Páginas	3
Comprovante emitido por	Valdineia Valdinéia da S. Souza

CÂMARA MUNICIPAL DE
MANDAGUARI

Rua Manoel Antunes Pereira, 279
www.camaramandaguari.pr.gov.br
camara@camaramandaguari.pr.gov.br
(44) 3233-1184

ORIGEM: Presidência da Câmara Municipal de Mandaguari.

INTERESSADO: Comissão de Constituição legislação e Justiça.

EMENTA: Solicitação de parecer sobre Projeto de Lei nº 020/2020, do Executivo Municipal que autoriza a efetuar a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2020.

PARECER nº 89-2020 – Assessoria Jurídica Câmara Municipal

Esta Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Mandaguari é instada a se manifestar sobre o Projeto de Lei nº 020/2020, do Executivo Municipal, que autoriza a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar especial no exercício de 2020, no valor de R$ 100.622,41 (cem mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos) para a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Cabe ao Poder Legislativo, conforme Lei Orgânica Municipal, em seu art. 42:

> Art. 42. Cabe à Câmara Municipal, mediante edição de lei, dispor sobre as seguintes matérias:
>
> II - votar o orçamento anual e o plurianual de investimentos, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Dispõe o inciso V, do art. 167 da Constituição da República que *a* abertura de crédito **suplementar** ou *especial* depende de prévia *autorização legislativa* e indicação dos recursos correspondentes.

Rua Manoel Antunes Pereira, 279
www.camaramandaguari.pr.gov.br
camara@camaramandaguari.pr.gov.br
(44) 3233-1184

Segundo norma do artigo 41, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos adicionais classificam-se em: **SUPLEMENTARES** – os destinados para reforço de dotação orçamentária; **ESPECIAIS** – destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e **EXTRAORDINÁRIOS** – para despesas urgentes e imprevistas (calamidade pública, comoção interna, guerras).

Segundo a Lei 4.320, de 17 de março de 1964:

> ***"Art. 42 – Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo".***

Toda vez que for constatada a insuficiência ou inexistência orçamentária para fazer frente à determinada despesa, o Poder Executivo terá a iniciativa das leis que autorizem os créditos adicionais, tanto especiais como suplementares, a qual deverá ser submetida ao crivo do Legislativo para sua aprovação, só após efetivará sua abertura por decreto.

Prosseguindo a análise, segue abaixo dispositivo legal também aplicável ao caso em tela, senão vejamos:

> "Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
>
> § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:
>
> **I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;**
>
> II - os provenientes de excesso de arrecadação;
>
> III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
>
> IV - o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las.
>
> **§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos**

Rua Manoel Antunes Pereira, 279
www.camaramandaguari.pr.gov.br
camara@camaramandaguari.pr.gov.br
(44) 3233-1184

> **"créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas.**
>
> § 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas
>
> mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.
>
> § 4° Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

A iniciativa da matéria é atribuição do Poder Executivo, conforme art. 89, XXXI, da Lei Orgânica do Município, *in verbis*:

> Art. 89. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:
>
> XXXI - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;

O projeto em comento apontou a fonte de recurso o Superávit Financeiro, enquadrando nas modalidade do art. 43, § 1º, I, § 2º, da Lei 4.320/64.

Para a consecução da operação em exame, a lei impõe a existência de prévia autorização legislativa e a expedição de decreto emanado do Poder Executivo.

CONCLUSÃO

Aduzo que o projeto em exame está em plena consonância com a legislação pertinente à matéria, portanto encontra-se apto para tramitar regularmente perante esta Egrégia Casa de Leis, restando aos nobres Edis analisar o mérito do projeto de lei.

É o parecer, sub censura.

Mandaguari, 13 de março de 2020.

Laura Rodrigues Simões

Advogada.

CÂMARA MUNICIPAL DE
MANDAGUARI

Rua Manoel Antunes Pereira, 279
www.camaramandaguari.pr.gov.br
camara@camaramandaguari.pr.gov.br
(44) 3233-1184

PARECER UNIFICADO EXARADO PELAS COMISSÕES PERMANENTES DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO E POLÍTICAS MUNICIPAIS.

Projeto de Lei nº 020/2020
Autor: Executivo Municipal.

Em análise ao projeto em epigrafe, as Comissões Permanentes entendem que o mesmo é legal e constitucional, merecendo ser discutido e aprovado pelos demais pares em Plenário.

É o parecer.

Mandaguari, 17 de Março de 2020.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

João Jorge Marques.....Presidente

Marcia Serafini Cassiano da Silva.....Relator

Nilton José Boti.....Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Jocelino Tavares.....Presidente

Clarice Ignácio Pessoa Pereira.....Relator

Sebastião Alexandre da Silva.....Membro

COMISSÃO DE POLÍTICAS MUNICIPAIS

Luiz Carlos Garcia..... Presidente

Eron Rodrigues Barbiero.....Membro

João Jorge Marques.....Relator

APROVADO
Em 19/03/20
PRESIDENTE